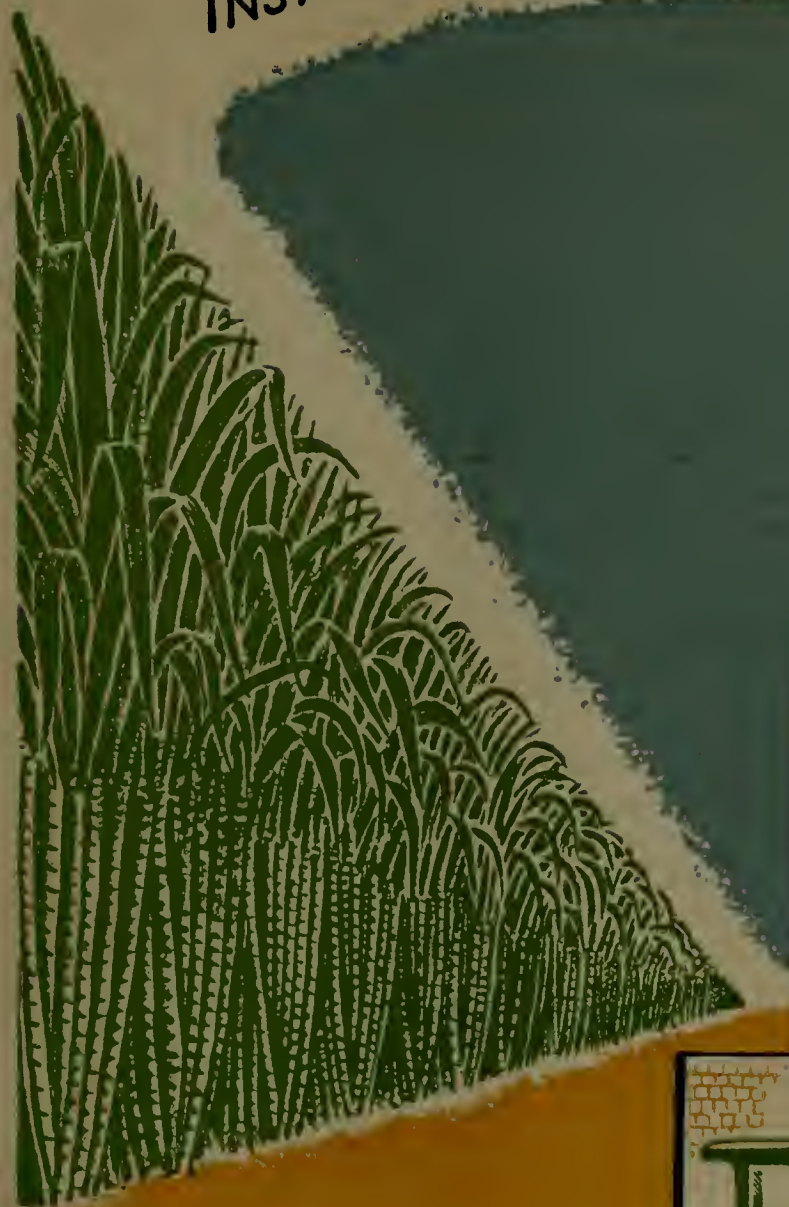


INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL



**BRASIL**

**AÇUCAREIRO**

ANO XII — VOL. XXIII

ABRIL — 1944

N.º 4

# INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

CRIADO PELO DECRETO N.º 22.789, DE 1.º DE JUNHO DE 1933

Expediente : de 12 às 18 horas.  
Aos sábados : de 9 às 12 horas.

## COMISSÃO EXECUTIVA

A. J. Barbosa Lima Sobrinho, presidente — Delegado do Banco do Brasil  
Alberto de Andrade Queiroz — Delegado do Ministério da Fazenda  
Alvaro Simões Lopes — Delegado do Ministério da Agricultura  
José de Castro Azevedo — Delegado do Ministério da Viação  
Otavio Milanez — Delegado do Ministério do Trabalho.

Alfredo de Maya  
Arnaldo Pereira de Oliveira }  
José Rufino Bezerra Cavalcanti } Representantes dos usineiros  
José Carlos Pereira Pinto }

Moacir Soares Pereira — Representante dos banqueiros

Aderbal Carneiro Novais  
Cassiano Pinheiro Maciel }  
João Soares Palmeira } Representantes dos fornecedores

## S U P L E N T E S

Gustavo Fernandes Lima  
João Carlos Belo Lisboa }  
Luiz Dias Rolemberg } Representantes dos usineiros

Manuel Neto Carneiro Campelo Junior — Representante dos banqueiros

João de Lima Teixeira  
José Pinheiro Brandão } Representantes dos fornecedores

Sede: PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42

RIO DE JANEIRO — Caixa Postal, 420 — Endereço telegráfico: COMDECAR

**Fones** { Alcool-Motor, 43-5079 e 23-2999; Assistência à Produção, 28-6192;  
Caixa, 23-2400; Comissão Executiva, 23-4585; Comunicações, 43-8161 e  
23-0796; Contadoria, 23-6250; Estatística, 43-6343; Estudos Econômicos,  
43-9717; Fiscalização, 23-6251; Gabinete da Presidência, 23-2935; Ge-  
rência, 23-5189; Jurídica, 23-6161; Material, 23-6253; Mecanografia,  
23-4133; Pessoal, 43-6109; Portaria, 43-7526; Presidência, 23-6249;  
Publicidade, 23-6252; Restaurante, 23-0313; Serviço do Alcool, 43-3798;  
Serviço Médico, 43-7208; Técnico Industrial, 43-6539.

Depósito de alcool-motor — Avenida Venezuela, 98 — Tel. 43-4099.

Secção Técnica — Avenida Venezuela, 82 — Tel. 43-5297.

## DELEGACIAS REGIONAIS NOS ESTADOS

Endereço telegráfico: SATELÇUCAR

ALAGOAS — Rua Sá e Albuquerque, 426 — Maceió

BAHIA — Rua Miguel Calmon, 18-2.º and. — Salvador

MINAS GERAIS — Palacete Brasil — Av. Afonso Pena — Belo Horizonte

PARAIBA — Praça Antenor Navarro, 36/50 - 2.º andar — João Pessoa

PERNAMBUCO — Av. Marquês de Olinda, 58-1.º and. — Recife

RIO DE JANEIRO — Edifício Lizandro — Praça São Salvador — Campos

SÃO PAULO — Rua 15 de Novembro, 228-3.º and.-S. 301/309 — São Paulo

SERGIPE — Avenida Rio Branco, 92-1.º and. — Aracajú

DISTILARIA CENTRAL DO ESTADO DO RIO: Estação de Martins Lage —  
E. F. Leopoldina.

Endereços: Caixa postal, 102 — Campos; Telegráfico — DICENRIO —  
Campos; Telefônico — Martins Lage, 5.

DISTILARIA CENTRAL PRESIDENTE VARGAS: Cabo — E. F. Great Western  
Pernambuco.

Endereços: Caixa postal, 97 — Recife; Telegráfico — DICENPER — Recife.

DISTILARIA CENTRAL DE PONTE NOVA — Minas Gerais — Caixa postal 60 —  
E. F. Leopoldina.



# BRASIL AÇUCAREIRO

ORGAO OFICIAL DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Registrado, com o n.º 7.626, em 17-10-934, no 3.º Ofício do Registro de  
Títulos e Documentos e no D . I . P.

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42 - 9.º pav.

TELEFONE 23-6252 — CAIXA POSTAL 420

DIRETOR — Miguel Costa Filho.

Redator principal — Joaquim de Melo.

Redatores — Adrião Caminha Filho, José de Oliveira Leite e Renato  
Vieira de Melo.

Assinatura (anual), para o Brasil .....	Cr\$ 25,00
Assinatura (anual), para o exterior .....	Cr\$ 35,00
Número avulso (do mês) . . . . .	Cr\$ 3,00

Vendem-se coleções a partir do 4.º volume, encadernadas, por semestre,  
excetuando-se os 6.º e 7.º volumes. Vende-se também o número especial  
com o índice alfabético e remissivo do 1.º ao 13.º volume.

As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do  
Açúcar e do Alcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.

Pede-se permuta.

We ask for exchange.

On demande l'échange.

Pidese permuta.

## AGENTES :

OTAVIO DE MORAIS — Rua da Alfândega, 35 — Recife — Pernambuco ;

HEITOR PORTO & C.<sup>a</sup> - Caixa Postal, 235 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul

# SUMARIO

ABRIL — 1944

POLITICA AÇUCAREIRA . . . . .	5
DIVERSAS NOTAS — Açúcar para o Distrito Federal — O problema do abastecimento de açúcar — Preços de açúcar — A safra alagoana . . . . .	6
O MUNDO ESTA' PRODUZINDO AÇUCAR EM DEMASIA . . . . .	6
O FUTURO DO AÇUCAR . . . . .	9
COOPERATIVA DOS USINEIROS DE ALAGOAS . . . . .	12
OS PLANOS PARA A PRODUÇÃO DO AÇUCAR APÓS A GUERRA . . . . .	14
CALENDARIO AÇUCAREIRO PARA 1944 . . . . .	15
CRONICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL . . . . .	18
ASPECTOS DA INDUSTRIA AÇUCAREIRA NO MEXICO . . . . .	20
FOLKLORE DO AÇUCAR — Joaquim Ribeiro . . . . .	24
PARA ONDE VAI A FUMMAÇA — Ademar Vidal . . . . .	30
EU VI CACHAÇA SUBSTITUIR BUTANTAN — Sodré Viana . . . . .	32
COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES DE SERGIPE LIMITADA . . . . .	33
A CURVA DA INDUSTRIA AÇUCAREIRA MARANHENSE — Jerônimo de Viveiros . . . . .	34
QUADROS DA SECÇÃO DE ESTATISTICA DO I.A.A. . . . .	38
A HABILITAÇÃO NAS ZONAS CANAVIEIRAS DO BRASIL — Vasconcelos Torres . . . . .	42
ALIMENTAÇÃO E OUTRAS QUESTÕES DAS ZONAS CANAVIEIRAS . . . . .	44
AS CONDIÇÕES SANITARIAS DAS FAZENDAS CANAVIEIRAS DE HAVAI . . . . .	46
APOSENTADORIA PARA OS TRABALHADORES DA INDUSTRIA DE CUBA . . . . .	47
O COMERCIO INTERIOR DO AÇUCAR NA VESPERA DA GUERRA MUNDIAL . . . . .	48
LUISIANA E A LAVOURA CANAVIEIRA — Paulo Parisio . . . . .	52
O BAGAÇO DA CANA DE AÇUCAR NA PREPARAÇÃO DO HUMUS . . . . .	53
CALDAS DAS USINAS — Agamenon Magalhães . . . . .	54
LEGISLAÇÃO E ATOS DO EXECUTIVO . . . . .	55
“O ESTATUTO DA LAVOURA CANAVIEIRA E SUA INTERPRETAÇÃO” . . . . .	56
ATOS DO PRESIDENTE DO I.A.A. . . . .	58
ATAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I.A.A. . . . .	61
DECISÕES ADMINISTRATIVAS . . . . .	68
BALANCETE E ORÇAMENTO DO I.A.A. . . . .	72
PROFESSOR PIERRE MONBEIG . . . . .	73
INAUGURADA A NOVA SANTA CASA DE CAMPOS . . . . .	75
O COOPERATIVISMO ENTRE OS PLANTADORES DE CANA EM SANTA CATARINA — Dalmiro Almeida . . . . .	75
OS FUNDAMENTOS NACIONAIS DA POLITICA DO AÇUCAR . . . . .	76
“GEOGRAFIA DO AÇUCAR” . . . . .	77
BIBLIOGRAFIA . . . . .	79
COMENTARIOS DA IMPRENSA . . . . .	80



# BRASIL AÇUCAREIRO

Órgão oficial do  
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ANO XII — VOL. XXIII

ABRIL — 1944

N.º 4

## POLÍTICA AÇUCAREIRA

Quando, há cerca de um ano, se tornou mais intensa a guerra submarina no litoral brasileiro, fazendo-se, em consequência, precário o suprimento de gasolina, o Instituto do Açúcar e do Alcool teve que tomar medidas imediatas para evitar que o álcool se escoasse como carburante, desfalcando as indústrias e o comércio comum desse produto, nos armazens e nas farmácias. A tendência, no momento, era para pagar qualquer preço pelo álcool carburante. Não havia dúvida de que toda a produção verificada no sul do país se escoaria imediatamente e que haveria que contar com seis meses de absoluta falta de álcool nas indústrias e no comércio em geral. Quando se considera a necessidade do álcool no consumo é que se pode avaliar o que seria essa crise de ausência de álcool, num comércio que interessa não apenas a alguns milhares de donos de carros, mas a toda gente.

Para evitar essa crise havia necessidade de fazer o racionamento do álcool, senão em relação a cada consumidor, ao menos quanto às casas que o vendessem no varejo, ou às indústrias que o empregassem na fabricação de seus produtos. Foi o que fez o Instituto do Açúcar e do Alcool, centralizando a distribuição do álcool e obrigando a registro de suas casas, ou indústrias, a todos os interessados. Deu naturalmente muito trabalho esse registro, trouxe incômodos para muita gente, mas o certo é que habilitou o Instituto do Açúcar e do Alcool a dizer qual a quantidade de álcool de que precisava cada indústria, ou cada comerciante, para a fabricação de seus produtos, ou para atender aos fregueses.

Conhecidas as necessidades desse comércio, era possível reservar para elas uma parte da produção, afim de que não cessasse o fornecimento de álcool, no período de entressafra, quando não se podia contar, como ainda não se conta, com a possibilidade de trazer álcool dos Estados do Norte. O Instituto

fez a estocagem do álcool necessário. Se não houve excesso de álcool, para um consumo livre, o certo é que não faltou às indústrias e ao comércio, durante todo o ano. Não fossem tomadas as medidas indispensáveis e o álcool faltaria de maneira total, nem seria possível prever o preço que podia alcançar, nas fases de maior escassez. Nesse ponto, o Instituto garantiu, para os produtores, os compradores e os consumidores, um preço certo, que se não alterou durante o decurso da safra.

O preço fixado pelo Instituto não satisfaz, nem podia satisfazer a todos. O produtor, que o pleiteava, considerou-o baixo, depois de fixado pelo Instituto; os industriais, que consomem álcool nas suas indústrias, não se cansaram de dizer que o achavam exagerado. Questão de ponto de vista. Se considerássemos o custo de produção, o preço fixado deixava ampla e indiscutível margem de lucro, sobretudo se se considerasse a situação e a margem do álcool residual. De resto, o preço estabelecido seria acrescido de bonificações, que na realidade permitiram pagar ao produtor um preço sem paralelo. O álcool que, antes da ação do Instituto, estava vendido (como se verificou em muitos contratos) a Cr\$ 0,60, recebeu mais de Cr\$ 1,30. As bonificações foram estabelecidas pelo Instituto no propósito de não majorar excessivamente o álcool destinado a carburante, oferecendo-lhe, em compensação, parte da margem resultante do preço mais alto fixado para o álcool destinado às indústrias e ao comércio comum. Era também a maneira de manter uma certa equivalência entre o preço de gasolina e o de álcool, sem prejudicar o produtor de álcool carburante, que recebia mais que o preço de venda de seu produto, através de bonificações concedidas pelo Instituto.

Esse plano, que atendia a necessidades evidentes, havia de trazer alguns embaraços e uma grande soma de trabalho para o Insti-

tuto. Não se arreceiou dêsse trabalho o Instituto, que encontrava diante de si o estímulo do interesse público a que servia. Pode-se criticar a ação desenvolvida por essa autarquia, mas o que não se faz, ou o que não se fez, é mostrar de que modo deveria, ou poderia ter agido, para a solução dos problemas indicados.

O industrial, que utiliza álcool na fabricação de seus produtos, considera excessivo o preço fixado para esse artigo. Mas se o Instituto não defendesse, nesse ponto, o interesse do produtor, aumentando-lhe, como aumentou, a margem de lucro obtida, teria que enfrentar a sonegação da produção, que iria procurar, no mercado clandestino, uma oportunidade mais alvissareira. Conciliar êsses interesses foi o que procurou fazer o Instituto, embora convencido de que as queixas de uns e outros continuariam, como expansão dessa eterna insatisfação humana, que considera sempre pouco o que recebe, quando pensa no muito que ambiciona.

O plano estabelecido pelo Instituto apresenta uma vantagem, que não deve ser desprezada: monopolizando a distribuição de álcool, facilita a defesa dos preços dêsse produto, quando se tornar franca a entrada de gasolina no país. Vale, pois, pela segurança das vantagens e estímulos oferecidos à indústria álcooleira, dentro da orientação do Presidente Getúlio Vargas. Com o volume de produção álcooleira, que o Brasil já possui, a liberdade de vendas valeria, pela concorrência, a certeza de uma baixa de preços. Estabelecendo as bases para um sistema de distribuição controlado, o Instituto do Açúcar e do Alcool visou assegurar à produção de álcool uma situação de confiança e de prosperidade, como a que foi obtida para o açúcar. Tudo isso pode ser complexo e trabalhoso. Não se esqueça, porém, que não faltaram queixas e protestos contra as complicações que o Instituto impusera à produção de açúcar. Foram, porém, essas complicações que salvaram o açúcar.

Elas salvarão, também, o álcool, quando não se apresente tão facil a situação, findas as aperturas da guerra.

\* \* \*

A "Folha da Manhã", de São Paulo, edição de 21 de março findo, publicou a seguinte nota que lhe foi enviada pelo gabinete do Presidente do Instituto do Açúcar e do Ál-

cool, a propósito do artigo de 12 do mesmo mês estampado por aquele jornal, sob o título "O direito e o dever de produzir":

"O artigo de fundo da "Folha da Manhã", edição de 12 de março do corrente ano, diz o seguinte: "O que isso quer dizer é que poderíamos estar agora vendendo aos Estados Unidos 5, 10 ou mais milhões de sacos de açúcar. O preço lá pago é compensador. Escoar-se-iam as safras do norte ainda que muito majoradas. Dobrar-se-ia a produção do sul em regime de auto-suficiência. Colher-se-iam vantagens tantas e tamanhas que seria de se desejar, ante tal situação, se procedesse a uma revisão fundamental na nossa política açucareira".

Logo depois de Pearl Harbour, o Instituto do Açúcar e do Alcool teve impressão semelhante e procurou estabelecer os necessários contactos com as autoridades americanas. A importação de açúcar, nos Estados Unidos, está sujeita a uma tarifa alta, que anula todas as vantagens dos preços existentes no mercado americano. Qualquer plano brasileiro deveria estar condicionado, evidentemente, à concessão de uma quota de exportação, que tivesse, a exemplo de Cuba, de Porto Rico, etc., uma tarifa preferencial. Chegou mesmo o Instituto a sugerir a fixação de uma quota de exportação para o período de guerra, admitindo que, depois da paz, pudesse ser progressivamente reduzida, num período de adaptação que evitasse sacrifícios para o produtor brasileiro. Isso em janeiro de 1942, isto é, logo depois de Pearl Harbor.

A resposta americana, entretanto, foi uma negativa categórica. Não tinham os Estados Unidos meios de transporte para o açúcar brasileiro. Preferiam destinar a praça disponível a artigos necessários à preparação guerreira. Se daí resultasse escassez de açúcar no mercado interno americano, o racionamento se encarregaria de equilibrar a situação. Convém observar que o racionamento existente nos Estados Unidos atinge as indústrias e o consumo doméstico. Houve redução de 30% (em relação ao consumo de 1941) na quota das indústrias de bebidas, sorveterias, fábricas de doces, bombons, etc. Os particulares, hotéis, restaurantes, fábricas de fruta em conserva e de sucos de fruta, tiveram apenas 50% de suas necessidades, verificadas de acordo com o consumo de 1941.

E' verdade que os Estados Unidos aboliram, posteriormente, o regime das quotas de



importação de açúcar, mas nem assim o Brasil poderia candidatar-se ao mercado americano, pela falta de transporte. Por isso tinha razão o Instituto, quando subordinava qualquer decisão nesse sentido a uma espécie de convênio para embarque do açúcar. O desinteresse dos Estados Unidos, entretanto, pelo açúcar brasileiro continuou inalterável e pela mesma razão que fizera fracassar as "demarques" iniciais: a escassez de praça na marinha mercante. Em suma, o povo americano preferia o racionamento do açúcar a qualquer desvio de transporte, que pudesse servir à preparação guerreira. Ainda nesse ponto, os Estados Unidos demonstraram a sua decisão exemplar, não se poupando a nenhum esforço e não recusando nenhuma restrição, para que todos os recursos se destinassem à guerra e à vitória. Não será demasiado acrescentar (para melhor compreensão das restrições americanas) que a redução verificada, no consumo do açúcar, em algumas regiões brasileiras (nos Estados do sul), não chega a 20% sobre o consumo doméstico".

\* \* \*

Em carta dirigida ao presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Rio de Janeiro, afirma um usineiro fluminense, o Sr. Luiz Guaraná: 1) que o açúcar requisitado aos produtores de Campos, para suprimento do Distrito Federal, foi fornecido ao consumo do Estado de Minas Gerais, por intermédio de refinarias cariocas; 2) e que assim foram desprezados interesses de refinarias mineiras. Nenhuma dessas afirmativas é exata.

Nos primeiros meses da safra de Campos, Minas Gerais foi suprida, em parte, pelas usinas fluminenses. Quando se tornou necessário, entretanto, trazer açúcar de Campos para o suprimento do Distrito Federal, numa fase em que tal suprimento deveria fazer-se com açúcar do norte do país (como acontecia todos os anos), surgiu uma situação nova, com a evidência de que os estoques de Campos não chegariam para atender a esse novo consumo e às necessidades normais do Estado do Rio, a menos que fossem canceladas as vendas feitas ao Estado de Minas. Daí as restrições adotadas, embora se houvesse liberado uma certa parcela de cristal e todo o açúcar mascavinho de Campos vendido ao mercado mineiro, para atenuar a crise que se notava nesse último Estado. Permitir, porém, a saí-

da livre de açúcar de Campos seria desfalcocar o próprio consumo fluminense, dada a atração exercida pelos compradores mineiros, que não discutiam preço.

No momento em que o Distrito Federal era excepcionalmente suprido pelo mercado campista, foi proibida a saída de açúcar refinado desta capital. Somente depois que chegaram as primeiras partidas de açúcar do norte é que desapareceu a proibição, mas para que se destinasse a Minas, não o açúcar de Campos, mas o do norte, uma vez que se considerava mais lógico e natural reservar o açúcar de Campos para o próprio mercado fluminense. Essa orientação, a que o Instituto do Açúcar e do Alcool deu a sua solidariedade foi adotada pela Comissão de Abastecimento do Estado do Rio, na qual estão representados os produtores fluminenses por dois usineiros campistas. Figura ainda essa norma numa das Resoluções da Comissão de Abastecimento da Coordenação da Mobilização Econômica, nos seguintes termos:

"Considerando que o atual estoque de açúcar do Estado do Rio apenas atende às necessidades de consumo dos mercados fluminenses; considerando, entretanto, que já foram dadas providências para garantir o açúcar necessário ao abastecimento do Estado de Minas Gerais, através do Porto do Rio de Janeiro, para o que foi estabelecido sobre todos os embarques de açúcar destinados a esse porto, uma percentagem para garantia do suprimento daquele Estado; considerando ainda, que, para melhor abastecimento de centros consumidores, decorrentes das razões acima indicadas, torna-se preciso revisão das vendas já efetuadas, afim de colocá-las em conformidade com o plano geral de abastecimento, resolve, etc."

Quanto às refinarias mineiras, tem o Instituto se esforçado para assegurar as quotas de que elas precisam. Com a chegada de açúcar do norte do país, se tem saído açúcar refinado para Minas, o certo é que também se vendeu muita rama — tôda a rama de que se podia dispôr no momento.

Resta o último ponto: o do preço. Reconhece o Instituto que são excessivos os preços e tudo tem feito para combater o mercado negro. Os produtores acusam os comerciantes de especulação; os comerciantes dizem que já adquirem o açúcar onerado com as margens clandestinas, exigidas pelo produtor acima do preço fixado pelo Instituto. Por isso se esforça o Instituto para que o

## DIVERSAS NOTAS

### AÇUCAR PARA O DISTRITO FEDERAL

Em tempo foi comunicado à administração do Instituto do Açúcar e do Alcool, pela Delegacia Regional da Bahia, que as usinas daquele Estado apresentavam relutância à entrega da quota do Distrito Federal. Trazido o fato ao conhecimento da Comissão Executiva do I.A.A., determinou a mesma as providências cabíveis no caso. Levado ao conhecimento das usinas baianas que a Comissão não concordava, de forma alguma, com a abstenção da entrega da quota do Distrito Federal, já manifestaram o propósito de concorrer com a referida quota as usinas Paranaguá, Passagem, Itapetinguí, Nossa Senhora da Vitória e Santa Luzia, aguardando as mesmas transporte para o embarque do açúcar correspondente. As demais usinas não se manifestaram ainda sobre o caso, estando a Delegacia Regional insistindo junto às mesmas por uma solução favorável à entrega da quota do Distrito Federal.

Na sessão efetuada em 1.º de março último, a Comissão Executiva manteve sua decisão anterior, no sentido da obrigatoriedade da entrega da quota do Distrito Federal pelas usinas da Bahia.

### O PROBLEMA DO ABASTECIMENTO DE AÇUCAR

Em fins de março último, o Comandante Amaral Peixoto, Interventor Federal no Estado do Rio, concedeu uma entrevista aos jornais de São Paulo, onde se encontrava. S. Ex.<sup>a</sup> expôs amplamente aos representantes da imprensa o que vem sendo feito sob sua direção no sentido de abastecer as populações do país dos gêneros de toda espécie de que necessitam.

Com relação ao açúcar disse o Interventor fluminense ser preciso organizar-se um plano único, tal como com o sal e outros produtos.

açúcar liberado para Minas seja posto à disposição das Prefeituras, que estão em condições melhores para auxiliar o combate ao mercado negro, denunciando os verdadeiros culpados.

E' verdade que essa orientação não merece aplausos do Sr. Luiz Guaraná, que propõe um lema novo para a política do açúcar — "trabalhar dentro da liberdade" — Esqueceu-se, porém, S. S.<sup>a</sup> de que não deixaria de ser paradoxal a defesa de liberdade irrestrita, num regime, como o do açúcar, que ainda é, na essência, um monopólio de produção.

As restrições adotadas foram ditadas, tão somente, pelo interesse público. Se a mercadoria escasseia e não se organiza a sua distribuição, há que contar com a especulação ilimitada dos preços e a distribuição desigual do produto. Verificando a quota de consumo de cada município, o Instituto do Açúcar e do Alcool se empenha para que o açúcar seja liberado proporcionalmente às necessidades locais. Não se inspira, pois, a sua ação no impossível prazer de adotar restrições, mas na defesa de interesses do povo.

### O MUNDO ESTA' PRODUZINDO AÇUCAR EM DEMASIA

Numa palestra pelo rádio, o Senhor O. T. Faulkner, reitor do "Imperial College of Tropical Agriculture", falando sobre a indústria açucareira nas ilhas britânicas do Mar das Antilhas, afirmou que a produção mundial de açúcar era excessiva. Disse que os produtores de cana de açúcar julgavam contrário à equidade, além de trágico, o fato dos produtores de açúcar de beterraba receberem subsídio, quando o artigo tropical poderia ser produzido muito mais barato.

Acrescentou o Senhor Faulkner que era preciso encontrar uma utilização adicional para o açúcar, além do seu uso como alimento e que tanto o Ministério das Colônias britânico como o "Colonial Products Research Council" estavam se interessando muito por essa questão.



Acrescentou S. Ex.<sup>a</sup> :

“No caso do açúcar, a quantidade vinda ultimamente de Pernambuco aumentou consideravelmente, destinando-se ao abastecimento principalmente do Distrito Federal, do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Rio Grande do Sul. A nossa Marinha Mercante tem desenvolvido, nesse sentido, todos os esforços. Apesar de não ter havido comboios, o transporte está sendo efetuado com melhor aproveitamento possível da capacidade dos navios.”

\* \* \*

A “Folha da Manhã”, de São Paulo, em 20 de fevereiro último, publicou o seguinte telegrama do Rio :

“As autoridades fluminenses, através de uma série de medidas eminentemente racionais, vêm procurando, dentro das possibilidades do momento, resolver os graves problemas do abastecimento, não só das populações dos grandes centros urbanos, como também do “hinterland”. Ainda agora, dentro dessa política, acaba o Interventor Amiral Peixoto de determinar providências destinadas a dar solução prática à distribuição de açúcar no território fluminense. Essas providências foram tomadas depois de recebidos os dados da Comissão encarregada pelo governo de solucionar a distribuição desse produto. Obedeceu essa distribuição ao índice demográfico dos respectivos Municípios fluminenses, sendo que a fixação das quotas para os mesmos foi ainda estabelecida levando-se em conta as informações prestadas pelos prefeitos. Dêse modo, e de maneira definitiva, ficaram solucionadas as questões relacionadas com o abastecimento de açúcar no Estado do Rio. O preço foi fixado, somando-se ao custo do produto — na usina — as despesas com o frete, e comissões razoáveis para os atacadistas e varejistas, preços êsses flexíveis, de acôrdo com as condições de transporte.

A quantidade total de açúcar, a ser distribuída no Estado do Rio, é de 80.600 sacos mensais, o que é, no momento, suficiente para atender às exigências das populações.

O governo, por outro lado, visando o duplo objetivo de proporcionar ao consumidor

preços módicos, determinou que a distribuição fôsse feita, tomando-se por base a localização das usinas em relação aos Municípios consumidores, evitando-se, assim, a majoração do produto e, ainda, promovendo maior economia de espaço nos transportes, tão indispensável nesta hora para satisfazer as exigências do Brasil em guerra.

## PREÇOS DE AÇUCAR

Na sessão efetuada a 8 de março último, pela Comissão Executiva do I.A.A., o Sr. Barbosa Lima Sobrinho declarou que, em sua recente visita a São Paulo, teve oportunidade de procurar os Srs. Fernando Costa, Interventor Federal, e Melo Moraes, Secretário da Agricultura, afim de proporcionar maior aproximação do Governo do Estado com o Instituto, em relação aos interesses comuns. Não privava das relações do Dr. Melo Moraes, em quem encontrou um homem público inteligente e culto, com inteiro conhecimento dos problemas agrícolas do Brasil. Ao Dr. Fernando Costa prende-o já uma velha amizade, independente da admiração que tem pelas suas qualidades de administrador, aliadas à sua gentileza e bondade. Tanto na Interventoria como na Secretaria da Agricultura, encontrou o melhor ambiente.

S. S.<sup>a</sup>, conforme disse, procurou, também, a Comissão de Abastecimento do Estado, para se inteirar dos motivos da desinteligência que havia em relação à questão dos preços Cif. Conhecendo a tese da Cooperativa de Pernambuco sobre o assunto, queria pesar os argumentos do Dr. Sousa Nazareth, contrários àquela tese. Quando a Comissão Executiva aprovou a relação de preços Cif, mandou constar de ata que as respectivas tabelas dependiam de consulta às comissões de abastecimento dos diversos Estados e, se houvesse impugnação, o assunto voltaria a debate para a decisão que fôsse mais acertada. Previa, mesmo, que a nova tabela não seria, desde logo, aceita por São Paulo.

De fato, o Dr. Sousa Nazareth, por escrito, já ponderara que, baseado no preço Fob, aprovado pelo Instituto, em tempo oportuno tabelara o açúcar para o Estado. Nessa ocasião, atendendo a sugestões do Centro Regulador de Preços, fixara o preço do açúcar cristal em Cr\$ 107,00 do atacadista para o varejista e em Cr\$ 114,00 do varejista para o

consumidor. Estas condições permitiam uma margem de Cr\$ 6,58, por saco, ao atacadista, que servia de estímulo à importação, pondo côbro ao câmbio negro. Pela nova tabela, na base de Cr\$ 98,00 Cif Santos, o açúcar cristal chegaria a São Paulo pelo preço de Cr\$ 104,00, portanto com o acréscimo de Cr\$ 3,80 no preço, o que reduzirá consideravelmente aquela margem de Cr\$ 6,58.

Pessoalmente, alegou o Dr. Nazareth que existia em São Paulo grande número de pequenos negociantes que são, de fato, atacadistas, porque, além de distribuírem o açúcar na própria capital do Estado, o mandam também para o interior. Não sendo grandes comerciantes, seu comércio é essencialmente fragmentado. Daí a justiça da margem fixada, de Cr\$ 6,58.

Reconhece a Comissão de Abastecimento de São Paulo que os produtores pernambucanos teriam o direito de vender o açúcar diretamente aos industriais paulistas, cabendo-lhes, então, a faculdade de faturar a mercadoria pelo preço Cif e, ainda, de se atribuir a diferença, para atingir a margem do atacadista.

Por outro lado, não tem havido boa vontade de Pernambuco em aceitar transações na base Fob, mesmo quando propostas pelos compradores habituais e em quantidades superiores a 3.000 sacos de açúcar, nos termos da resolução da Comissão Executiva.

Se Pernambuco dispusesse em São Paulo de uma organização para receber o açúcar e vendê-lo a Cr\$ 107,00 ao varejista da capital do Estado e pelo mesmo preço ao atacadista do interior, o problema estaria solucionado. O Dr. J. Bezerra Filho poderia entender-se com os produtores de seu Estado para que examinassem o assunto sob este aspecto.

Após longo debate, o presidente sugeriu e foi aprovada a seguinte resolução :

- “1) — Para as vendas até 3.000 sacos, prevalecem as bases Cif estabelecidas pelo Instituto ;
- 2) — Para as vendas a partir de 3.000 sacos não poderá ser recusada a base Fob, sempre que o comprador o proponha aos centros produtores do norte, desde que se trate de compradores habituais e que possam provar distribuição mensal não inferior a 3.000 sacos ;

- 3) — Reconhece-se ao produtor o direito à margem do atacadista, sempre que venda e entregue a mercadoria, diretamente, ao varejista”.

## A SAFRA ALAGOANA

O presidente do I.A.A. recebeu, com data de 29 de fevereiro último, o seguinte telegrama do Sindicato da Indústria do Açúcar de Alagoas :

“Dr. Barbosa Lima Sobrinho — Rio. — Sendo certo que a produção das usinas de Alagoas não atingirá 1.850.000 sacos, limitação atual do Estado, podendo-se, em face da estiagem rigorosa, calcular o decesso acima de 150.000, e tendo entretanto várias usinas atingido suas respectivas limitações, com a existência de extra-limite, inclusive canas de fornecedores, requeiro a Vossência e à Comissão Executiva a liberação de 100.000 sacos, por conta do referido decesso, afim de evitar parada nas moagens, ficando a devida distribuição a critério da Delegacia Regional e da Cooperativa dos Usineiros, como na safra anterior. Preciso esclarecer que a produção total das usinas, até 31 de janeiro, atingiu 1.025.000 sacos, o que demonstrá a impossibilidade de alcançarmos os limites autorizados. Peço permissão a Vossência para solicitar a máxima urgência na solução do assunto. Saudações cordiais. — **Alfredo de Maya**, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar de Alagoas”.

Esse telegrama, foi lido perante a Comissão Executiva, em sessão de 1 de março último, tendo o presidente declarado que o pedido representava apenas uma antecipação da liberação de excessos, dentro da quota do Estado, o que, aliás, a Comissão Executiva concedeu em safras anteriores. Desde que o Estado não atinja o seu limite de produção, a liberação dos excessos parciais é legal, podendo ser a liberação antecipada, mediante os compromissos necessários dos produtores.

Em seguida, por proposta do presidente, foi aprovado pela Comissão Executiva o seguinte :

“Deferido o que requer o Sindicato da Indústria do Açúcar de Alagoas, responsabilizando-se os usineiros favorecidos pelo reajustamento das quotas, no caso de



## O FUTURO DO AÇÚCAR

Em dezembro do ano passado, escreviam Lowry & Co., Inc., na sua "Sugar Review", o seguinte sobre o desenvolvimento futuro das coisas açucareiras:

"Se as exigências de álcool não sobrepujarem as do açúcar e presumindo que, na primavera, as sementeiras de beterraba, neste país sejam mais ou menos normais, com tempo favorável nas áreas plantadas com cana e beterraba, nosso suprimento de açúcar e facilidades de praça em 1944 parecem suficientes para justificar uma maior distribuição do produto, incrementando-se as quotas industriais. Nossas asserções se baseiam na conjectura de que o estoque a ser acumulado a 30 de setembro, 31 de dezembro de 1944 ou em qualquer outra data não será tão grande quanto se pretende. Aliás, a questão do abastecimento, distribuição e estoque já foi abordada, mais ou menos detalhadamente, no nosso número 26, publicado em outubro deste ano.

Não arriscamos profecias sobre o término da guerra. Existe, contudo, uma impressão crescente de que a fase européia terá seu epílogo em 1944 e que a guerra com o Japão poderá ir até 1945. De qualquer maneira, a cada mês que se escoar, mais e mais nos aproximamos do estado de transição entre guerra e paz e, para uma situação econômica, que será chamada o mundo de pós-guerra. A despeito do fato de não podermos estabelecer datas definitivas, não é cedo demais para começar o planejamento, para indagar dos problemas, olhar o futuro, provocar idéias e discussões sobre o que há em matéria de reservas para o açúcar, nos tempos cheios de incertezas, quando se apagarem as luzes de 1944.

Parece-nos que exame tão amplo pode ser feito, logicamente, de dois ângulos: 1) fase de transição de guerra para a paz, durando de um a dois anos e 2) fase da política definitiva após a guerra, a respeito do açúcar, adotada não só pelos Estados Unidos como também pelas principais nações do mundo, a qual poderá estender-se por muitas décadas. No momento, adstringimo-nos essencialmente à:

**FASE DE TRANSIÇÃO** — Na tentativa de prever a questão do suprimento, procura, preços, valor dos títulos e investimentos sobre açúcar. no período a seguir imediatamente ao fim das hostilidades, é fácil arguir que a história sempre se repete o daí tomar 1918/1921 como base para as ações futuras. Não há dúvida que as condições atuais se mostram em muitos aspectos semelhan-

tes às que prevaleceram durante e após a primeira Guerra Mundial; há, contudo, muitos outros pontos de dissemelhança. Nunca esquecer essa circunstância ao delinear-se uma norma de ação para o futuro.

Em 1913, a produção mundial de açúcar foi de 21 milhões de toneladas curtas, repartidas mais ou menos assim: 11 1/2 de cana e 9 1/2 de beterraba. Se bem que a guerra não tivesse sido declarada senão em agosto, a colheita beterrabeira do continente foi seriamente atingida pela mobilização geral, caindo a produção açucareira em cerca de 600 mil toneladas. A partir de então, a produção beterrabeira mundial foi decaindo até chegar aos 3.668.000 toneladas curtas, em 1919, enquanto a de cana se expandia para 14 e meio milhões de toneladas. Noutros termos, verificou-se uma diminuição de cerca de 6 milhões de toneladas na produção beterrabeira, coberta por um avanço de 3 milhões de toneladas na produção de cana, dando uma diferença líquida a menos de 3 milhões de toneladas nos abastecimentos mundiais, aí pelos fins de 1919.

Cessadas as hostilidades em 1918, o controle do açúcar não foi logo abandonado nos Estados Unidos. A safra cubana de 1919 foi comprada à razão de 5.50 centavos por libra, fob, só se suspendendo o controle ao findar aquele ano. A Europa, terminada a guerra, não era a invadida, talada, empobrecida Europa de hoje. O povo, que suportara por tanto tempo as rações curtas, andava atrás de mais açúcar e ou tinha o dinheiro ou o crédito para adquiri-lo. Para citar Willet & Gray:

"No início da última semana de julho (1919), os compradores de todo o mundo porfiavam em comprar a safra cubana de 1919/20. Esperava-se que o controle sobre o açúcar terminasse em 31 de dezembro de 1919 mas, com controle ou sem êle, açúcar era bom negócio. As vendas começaram a 6.50 centavos fob Cuba, isto é, um centavo a mais sobre o antigo preço."

A princípio, os compradores americanos não olharam senão de soslaio para tais cotações. Cuba, infelizmente, passou por uma temporada de más condições atmosféricas de modo que os rumores de que haveria uma queda no volume da safra começaram a ganhar corpo. Quase a seguir, consumidores e industriais nos Estados Unidos ficaram presa de forte excitação e lançaram-se numa competição com o mundo, desandando a comprar não só o açúcar de Cuba mas de regiões longínquas, de modo que, em junho de 1920, os preços

---

ser excedido o limite geral do Estado, e não sendo prejudicado, com essa medida, o escoamento do açúcar intra-limite das usinas do Estado. As usinas beneficiadas se comprometerão ainda a compensar as

parcelas da quota do Distrito Federal, correspondentes às usinas de produção deficitária, por conta de cujos saldos são liberados os excessos das usinas de produção acima da sua limitação."



atingiam o nível fantástico de 25 centavos por libra do tipo granulado. Iniciava-se, assim, a "dança dos milhões". Contudo, cedo se admitiu que, com essa atitude de comprar adiantado, os Estados Unidos ficaram com mais açúcar do que realmente necessitavam. Arranjara-se açúcar para entregar em 1920 e também até para 1921. A bomba estourou na segunda metade de 1920, quando os preços se precipitaram numa queda vertical, acarretando a ruína geral.

Assim foi o período de transição. Chegamos, então, à dolorosa reabilitação do após-guerra e à era da competição. Com preços em derredor de 5 a 5 e meio centavos por libra fob, Cuba desfrutou uma prosperidade que se estendeu por todos os anos da guerra. Graças ao incremento às plantações e à ampliação de suas usinas, a indústria açucareira da ilha foi ganhando uma expansão, que as cifras de produção, abaixo enfileiradas (em toneladas curtas), espelham com clareza:

**Preço médio  
CIF. Nova York**

1913 — 2.758.000 . . . . .	2.22 cents.
1914 — 2.951.000 . . . . .	2.83 "
1915 — 2.963.000 . . . . .	3.59 "
1916 — 3.446.000 . . . . .	4.78 "
1917 — 3.470.000 . . . . .	5.22 "
1918 — 3.945.000 . . . . .	5.49 "

Os preços altos, a especulação no período de 1920 despertaram a atenção dos detentores de capitais para as possibilidades do açúcar. Não foi difícil aos agentes comerciais venderem quantidades consideráveis de títulos e valores de empresas cubanas ao povo americano e de outras terras, correndo assim o dinheiro para as usinas e as áreas canavieiras. O resultado foi uma rápida e nunca vista expansão da potencialidade produtora de Cuba, cuja exteriorização mais expressiva vamos encontrar na safra "record" de 1925, com 5.894.000 toneladas curtas de açúcar.

E' interessante observar que Cuba, com os seus lucros, foi construindo, pedra sôbre pedra, seu edifício econômico: uma procura que ia aumentando sempre e sempre. Mas isso foi desde os seus primórdios até 1913, quando, numa safra, produziu 2.750.000 toneladas de açúcar; já com o estímulo da guerra e a facilidade com que arranjava dinheiro emprestado para ampliar sua indústria básica, foram precisos apenas doze anos para que, numa única safra, outros 2.750.000 toneladas viessem duplicar aquela primeira cifra. A produção, atingia, então, o seu "climax". Pouca atenção prestava-se, por essa época, à questão do açúcar, no após-guerra, para o qual Cuba tinha, "naturalmente" um mercado. A ilha tornou a aumentar sua produção, partindo da média de 2.750.000 toneladas produzidas, e transacionou no período 1930/31 na base de uma produção potencial de, digamos, 5 milhões de toneladas. As coisas dessa vez puderam ser realizadas na sua maior parte porque foi possível pôr em ação ele-

mentos com que já se contava: quer dizer, a maquinaria de usina, as ferrovias construídas e as terras desbravadas em 1920 estavam em condições de prontamente entrar em uso, logo que se conseguisse um mercado capaz de absorver o que poderiam produzir. Por sorte, dispunha Cuba em 1941 de uma grande reserva de cana, para abastecimento, contando, além do mais, com grandes quantidades do vegetal em caminho de novas plantações. O custo dessas plantações ampliadas seria coberto rapidamente com o aumento nos lucros nas safras inteiras, mesmo com os preços então vigorantes. Companhias públicas formadas em 1920 receberam refinanciamento em 1930, de modo que há-de convir-se que, sob o ponto de vista financeiro, o problema cubano não se assemelha com o estado de coisas de há 15 anos passados.

Durante o período de após-guerra a Europa não permaneceu inativa: as fábricas de açúcar foram reconstruídas ou consertadas nos casos necessários, a terra foi novamente posta a cultivar e a indústria beterrabeira ficou em condições de recuperar seus antigos lucros e reaver os mercados perdidos. Em 1925, ano da grande safra cubana, a produção beterrabeira mundial voltava à marca dos nove milhões de toneladas e a de cana ficava nos 19 milhões.

Todos nós conhecemos as condições adversas que predominaram nos negócios açucareiros pelos fins de 1920 e por todo o correr de 1930. Conhecemos também os inúmeros planos, tarifas, restrições, quotas, convênios internacionais, etc., preconizados para melhorar a situação da indústria açucareira.

### UMA COMPARAÇÃO COM O PRESENTE ESTADO DE COISAS

Passemos a examinar agora a situação atual do açúcar no que diz respeito aos seus pontos de semelhança e discordância. Em 1939, a produção mundial atingia o "record" de todos os tempos: 35.659.000 toneladas curtas, valor bruto, divididas em 23.015.000 de cana e 12.644.000 de beterraba. Cêrca de três quartos da produção beterrabeira acham-se concentrados no território europeu, incluindo a Rússia. No quadro seguinte, baseado num relatório do Departamento de Economia Agrícola, dividimos a produção mundial de 1939 numa maneira tal que se veja o açúcar daquelas mesmas áreas com que se pode contar atualmente e, a seguir, aquele de que é possível dispor, logo depois da guerra, sem risco de deterioração. As cifras sôbre beterraba de 1939 abrangem a colheita que começa no princípio do outono daquele ano e vai até fins de dezembro ou janeiro do ano seguinte. O ano-safra para a cana (1939/40) começa geralmente em novembro ou dezembro de 1939 e prolonga-se até junho ou julho de 1940. Noutros termos, as cifras tomam por base um ano estatístico que começa mais ou menos em 1.º de outubro de 1939 e termina em 30 de setembro de 1940.



### PRODUÇÃO BETERRABEIRA EM 1939

Áreas não ocupadas ou provavelmente não devastadas	Em 1.000 toneladas curtas
América do Norte . . . . .	1.849
Reino Unido, Irlanda, Suécia, Itália, Suíça e Turquia . . . . .	1.666
Austrália . . . . .	7
Argentina e Uruguai . . . . .	6
Irã . . . . .	29
Japão e Mandchúria . . . . .	41
	<hr/>
	3.598
<b>Áreas ocupadas, provavelmente taladas ou tornadas imprestáveis</b>	
U. R. S. S. . . . . .	2.730
Europa, exceto as acima enumeradas . . . . .	6.316
	<hr/>
	9.046
Total . . . . .	12.644.000

### PRODUÇÃO CANAVIEIRA EM 1939/40

Áreas não ocupadas ou provavelmente não devastadas	
América do Norte, América Central, Índias Ocidentais e Havai . . . . .	7.040
América do Sul . . . . .	2.720
África . . . . .	1.023
Austrália e Fiji . . . . .	1.173
Índia . . . . .	5.977
Formosa e Japão . . . . .	1.500
	<hr/>
	19.613
<b>Incertas ou duvidosas atualmente</b>	
China e Indochina . . . . .	491
Java . . . . .	1.769
Filipinas . . . . .	1.142
	<hr/>
	3.402
Total . . . . .	23.015.000
Total da produção mundial 1939/40 . .	35.659.000

A safra beterrabeira mundial em 1942 foi estimada em 9.942.000 toneladas, incluindo algumas cifras pouco fidedignas sobre a Rússia, Alemanha e Polônia, isto é, uma diminuição de 2.702.000 toneladas em relação à colheita de 1939. A canaveira referente a 1942/43, exclusive as áreas incertas ou duvidosas enumeradas no quadro acima, mas abarcando o Japão (com cifras inalteradas), foi estimada em 19.947.000 toneladas. Assim, como na guerra passada houve uma

queda na produção beterrabeira, mas sem correspondente aumento na de cana, como se deu àquela época. Essa última manteve-se estacionária nas áreas não ocupadas ou não devastadas e os aliados perderam, pelo menos temporariamente, os 3 milhões de toneladas produzidos habitualmente por Java e as Filipinas.

Para 1944 e 1945 as cifras de produção podem melhorar; as áreas canavieiras quase com certeza poderão exibir melhoras. Cuba aparece nas estatísticas de 1942/43, já citadas, com 3.250.000 toneladas curtas. Nas duas safras próximas, a produção insular poderá alcançar muito bem os 4 1/2 a 5 milhões de toneladas, por safra, se as canas não forem desviadas para fazer melaços invertidos de alto grau, destinados à fabricação de álcool. Com as fábricas e campos de cultivo com que conta, Cuba não verá sua expansão industrial sujeita à lentidão registrada durante a passada conflagração. Outras zonas canavieiras, nestes próximos anos, deverão pelo menos sustentar o mesmo nível e talvez, em certos casos, haja aumentos nos números relativos a 1942/43. Alguns países viram-se forçados a restringir suas produções, à vista das dificuldades de transporte. Temos exemplos disso na Austrália, Fiji, São Domingos, Índias Ocidentais Francesas e Peru. Melhorando a situação dos transportes, a produção daquelas zonas poderá rapidamente atingir os níveis anteriores à guerra, tendo em conta as facilidades de moagem e os campos de plantio existentes. Quanto à produção de Java e das Filipinas, com toda a probabilidade, não está de todo destruída e mesmo que a capacidade total de produção dessas ilhas não deva ser contada pelos aliados para o período imediatamente seguinte ao termo do conflito, restará contudo, como uma reserva abastecedora em potencial, quando e se ficar em condições de disponibilidade.

Em contraposição a esse aumento potencial da produção canaveira em 1944 e 1945, haverá depredação e destruição no que toca à beterraba europeia. É verdade que tal coisa fica dependente, em grau acentuado, dos danos, se já houve, causados às usinas e à maquinaria pelos invasores, em retirada. A produção de beterrabas na Europa sofreu, fora de qualquer dúvida, forte redução, em confronto com a safra de 1939, sobretudo na Rússia. Nas zonas sob controle alemão, todavia, temos informes de que a produção da solanácea sofreu relativamente pouco, em comparação com safras de outros produtos e que mesmo vários esquemas foram postos em prática para manter a capacidade produtiva em nível alto.

Quando tivermos de apreciar as possibilidades do abastecimento açucareiro, logo que cessem as hostilidades, devemos prestar a devida atenção aos seguintes fatores:

1) A extensão dos danos causados às usinas de açúcar e o tempo necessário para consertá-las antes que a produção fique adstrita a uma base, pelo menos, de auto-suficiência.

2) A fase intermediária. Ou antes, a quantidade de açúcar que a Europa necessitará dos países canavieiros durante o período de transição.

Muita gente da indústria açucareira acredita que haverá uma formidável procura de açúcar

logo que a guerra termine; qualquer coisa parecida com o que se viu nos fins de 1919 e princípios de 1920. Não concordamos com tal modo de pensar, se bem que admitamos que se processará um certo aumento na procura. Em primeiro lugar, a Europa necessitará de quantidades enormes de alimentos e materiais de toda espécie e o açúcar terá de ocupar o seu próprio e correspondente lugar no quadro geral. Segundo, a Europa não disporá de dinheiro para disputar alguma coisa ou tudo que deseja. Ela terá de ficar na dependência do auxílio do resto do mundo pelo menos durante uns seis meses ou mesmo mais. Acreditamos que muita gente esquece êsse fato e o papel que a U.N.R.R.A. desempenhará no ditar a quantidade e a espécie de suprimento que a Europa obterá e de que áreas tais provisões provirão. Um retrospecto recente sobre as necessidades imediatas do continente europeu, nos primeiros seis meses após sua libertação, mostrava que cerca de 46 milhões de toneladas métricas de gêneros serão imprescindíveis para a subsistência, pura e simples, e para fins de reconstrução. Os alimentos entram na lista com cerca de 8 milhões de toneladas. O açúcar, fora de dúvida, está incluído, mas é significativo que no enunciado das entregas não figure o nome desse produto. Conferiu-se especial importância aos cereais, ervilhas, lentilhas, sojas, para citar apenas os artigos mais importantes. As sementes também figuram em lugar de destaque, parecendo que há a intenção de fazer retornar os países libertados ao nível de auto-suficiência, aumentando-lhes depois a capacidade própria de encher o estômago, satisfazendo-lhes a fome aguda com alimentos como trigo, feijão, ervilha, batata, couve, cenouras e nabos, o mais depressa possível. Mesmo que algumas das áreas libertadas contem com disponibilidades no exterior ou crédito e que países, como a Grã-Bretanha, Canadá e os Estados Unidos possam comprar o açúcar de que precisam, não cremos que se permita o estabelecimento de uma competição no após-guerra, com o fito de açambarcar êsse ou aquele gênero.

Em resumo, podemos dizer que tudo indica todas as disponibilidades existentes de açúcar serão utilizadas durante um curto período por chegar ainda. Preços razoáveis, por consequência, serão assegurados ao produtor, no após-guerra; mas, por outro lado, em benefício do consumidor, não serão mais permitidos os mercados oscilantes, com tendências altistas, dadas as medidas controladoras ora em vigor ou que venham a vigorar à medida que as circunstâncias ditarem. Para citar um exemplo, temos a U.N.R.R.A. com seu poder implícito de veto sobre compras de governos ou de particulares. O que ficou dito linhas acima, aliás, fundamenta-se no êxito das medidas preventivas da inflação, não se aplicando mais a qualquer possível efeito em contrário.

Com a compra antecipada das safras cubana e dominicana, o programa de 1944 está bem definido; lançando nossas vistas um pouco mais longe, veremos, entretanto, que para 1945 e anos seguintes; deverão ser tomadas importantes decisões no tocante à política do açúcar. Exemplos:

a política tarifária em vários países importadores e exportadores; quotas domésticas e internacionais; grau de controle exercido sobre o açúcar pelos governos dentro de suas próprias economias internas ou graças a organismos internacionais; o desenvolvimento de novos mercados consumidores; novos usos industriais para o açúcar, etc. Tais assuntos merecerão, em tempo oportuno, estudo mais amplo de nossa parte."

---

### COOPERATIVA DOS USINEIROS DE ALAGOAS

O presidente do I.A.A., recebeu da Cooperativa dos Usineiros de Alagoas Ltda., criada em substituição à Comissão de Vendas dos Usineiros de Alagoas, comunicação de ter iniciado as suas operações no dia 16 de março último. A Cooperativa congrega a totalidade dos usineiros do Estado de Alagoas e sua Diretoria é composta dos Srs. Alfredo de Maya, Presidente; Otávio Nobre, Diretor Tesoureiro e Mário Dubeux Leão, Diretor Comercial.

## "Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira"

Barbosa Lima Sobrinho

Preço. . . . . Cr\$ 8,00  
Pelo Correio. . . . . Cr\$ 10,00

À venda nas Livrarias



# Notícias de Petree & Dorr

**COMPREM BONUS DE GUERRA! BUY WAR BONDS!**

**E' DEVER DE TODOS AJUDAR AS NAÇÕES UNIDAS PARA A VITÓRIA**

Economizar é enriquecer. E a ECONOMIA é mais do que uma VIRTUDE :  
é uma NECESSIDADE de carater decisivo para o BEM-ESTAR da Sociedade

A melhor maneira de garantir êsse BEM-ESTAR está na compra de

## BONUS DE GUERRA

Nas usinas de açúcar a ECONOMIA é, também, uma necessidade, pois o açúcar produzido equivale ao dinheiro, sendo a USINA, com suas diferentes secções, o banco onde se deposita o OURO CRISTALINO nas várias contas em que a eficiência dos aparelhos determina os juros ou perdas. As instalações novas e mais eficientes evitam prejuizos e asseguram a ECONOMIA.

Como exemplo de ECONOMIA possível numa Usina de Açúcar, citamos os resultados obtidos em importante Usina brasileira, onde a decantação velha descontinua foi substituída pela

## CLARIFICAÇÃO COMPOSTA DORR,

evitando perdas de açúcar, calor e tempo no processo de depuração das garapas

### CUSTO DE DEPURAÇÃO DA GARAPA

Cruzeiros por tonelada de cana moída

	Decantação aberta		Clarificação composta Dorr	
	Antiga descontínua	1940	Contínua, conserva calor e açúcar	1942
Salários . . . . .	1,06		0,84	0,75
Produtos empregados . . . . .	2,44		1,96	2,11
Perdas e gastos na filtração ..	3,50		2,13	1,90
TOTAL — cruzeiros/ton. cana	7,00		4,93	4,76
ECONOMIA COM CC DORR..			2,07	2,24
Toneladas de cana moída ...	84,930		108,425	125,225
Total de lucros com CC DORR			Cr\$ 224,440	Cr\$ 280,504
Total de ECONOMIA com a instalação da Clarificação Composta DORR, em 2 safras . . . . .				Cr\$ 504,944

Os resultados provam, mais uma vez, que a instalação dos CLARIFICADORES DORR, no processo de CLARIFICAÇÃO COMPOSTA DORR, consegue uma ECONOMIA que amortiza o custo de duas ou três safras, sem levar em conta a melhor qualidade de açúcar e as reais economias no consumo do vapor nas diferentes secções.

Na situação atual, vários clientes têm recebido Preferência nas encomendas e aconselhamos a vantagem de uma proposta condicional para melhorar as instalações.

**ECONOMIZAR E' ENRIQUECER!**

## PETREE & DORR ENGRS. INC.

570 Lexington Ave., New York City.  
Caixa Postal 3623 — Rio de Janeiro — Telefone 27-6616

## OS PLANOS PARA PRODUÇÃO DO AÇÚCAR APÓS A GUERRA

No seu número de Janeiro dêste ano, "Sugar" volta a se ocupar do problema da produção de açúcar no após-guerra. A conhecida revista especializada norte-americana sustenta o ponto de vista de que é necessário iniciar quanto antes o trabalho de preparar a indústria açucareira para atender às necessidades mais urgentes que surgirão depois de encerrado o conflito.

"Sugar" desenvolve nesse sentido uma argumentação sem dúvida pertinente e, embora visem mais diretamente à indústria açucareira dos Estados Unidos, os seus argumentos podem ser aproveitados como advertência e orientação por todos os países produtores de açúcar, que naturalmente serão convocados a contribuir para o suprimento mundial e que se encontram em condições semelhantes às daquele país no que se refere ao sistema de controle oficial da produção açucareira. Embora não nos pareça muito sólida a confiança manifestada por aquela revista de que o simples jôgo das leis econômicas poderá resolver os problemas que o fim da guerra trará, nem por isso deixamos de reconhecer a oportunidade das observações contidas no artigo em apreço, motivo por que, **data venia**, reproduzimo-lo em nossas colunas. E' o seguinte o artigo :

"A falta de estatísticas dignas de crédito sobre a produção de açúcar no hemisfério oriental tornam as comparações da presente safra com as anteriores bastante precárias. Dos países beligerantes e áreas ocupadas da Europa conhecem-se alguns raros informes; nenhum, porém, das importantes áreas canavieiras do Oriente, agora sob controle dos nipônicos. Na realidade, essas estatísticas são inferiores ao seu valor comercial normal. A escassez do produto não se resolve, nos pontos em que se manifesta, pelas importações e onde os excessos se acumulam não é possível distribuí-los por falta de transporte. A situação real é esta: por tôda parte, mesmo nas regiões não atingidas pela guerra, as populações sentem falta de açúcar e essa situação sômente será resolvida quando, desaparecidas as condições criadas pela guerra, as mercadorias puderem circular livremente. Tem-se procurado, frequentemente, estabelecer comparação entre a situação presente e a da primeira guerra mundial. Não são tão íntimas, contudo, as analogias. Na guerra de 1914, as lavouras de beterraba e as fábricas de açúcar da França foram destruídas; agora, a produção de açúcar na Europa oriental foi reduzida por falta de mão de obra e de materiais. Na parte oriental, as lavouras de beterraba da Ucrânia, das quais a União Soviética obtinha 80 por cento da sua produção de açúcar, foram duramente atingidas pela luta, a tal ponto que se pode contar com o desaparecimento de 2 milhões de toneladas de açúcar por ano. Na Alemanha, as áreas de plantio não foram reduzidas; entretanto, os consumidores civís estão sofrendo restrições, pois grande parte da safra está sendo empregada para fins industriais.

Em todos os países do continente europeu de menor produção registrou-se declínio, por força de causas mais ou menos relacionadas com a guerra. Em resumo, a produção de açúcar de beterraba sofreu em relação à última safra anterior à guerra, uma redução de 25 por cento, ou seja 3 milhões de toneladas, aproximadamente.

Na indústria do açúcar de cana existem também marcados contrastes. Durante a primeira guerra mundial, Java continuou a produzir açúcar quase normalmente, mas apenas pôde embarcar uma pequena parte da sua produção, de forma que ficou acumulado um volumoso estoque pronto a ser lançado no mercado mundial, logo que se encerrassem as hostilidades. Hoje, Java está nas mãos dos japoneses e todo açúcar que saia das suas usinas será utilizado pelos nipônicos. A indústria das Filipinas, que se expandiu grandemente de 1916 a 1920, está nas mesmas condições. Temporariamente, não podemos contar com a produção dessas duas importantes áreas e tudo indica que, dois ou três anos depois de terminado o conflito, não teremos açúcar de Java e das Filipinas, por isto que os invasores não se esquecerão de destruir as fábricas, quando tiverem de abandonar aqueles territórios. Constatamos, pois, reduções de 20 a 25 por cento no suprimento mundial e podemos ter a certeza, pelo menos no que se refere ao açúcar de cana, de que o período de restauração será mais longo que o da guerra passada. A essas perdas certas podemos opor os possíveis aumentos de produção no hemisfério ocidental. Cuba dilatou a sua produção; contudo, mesmo nesse país não é lícito esperar um aumento tão acentuado como o que se verificou há vinte e cinco anos. Nos Estados Unidos, as restrições impostas pelo governo federal, bem como as dificuldades oriundas da falta de materiais necessários à indústria, a escassez de mão de obra e a incerteza quanto à ação oficial, levaram a uma redução material na produção açucareira, em contraste com a expansão verificada na guerra passada. Os plantadores de beterraba, por sua vez, preferem cultivar outras lavouras que não se encontram sob o regime de rígido controle de preços e sômente tornarão a cultivar beterrabas quando as condições de competição voltarem à normalidade.

E' possível que não se venha a realizar a expectativa popular de que a guerra terminará êste ano ainda. Nessas condições não se deve perder de vista que os suprimentos de açúcar para 1944 e, em grande parte para 1945, já foram estabelecidos e não podem ser substancialmente alterados. Devem portanto ser feitos planos para o futuro, visando ao ano de 1945/46 e mais adiante. Nesses planos não devem ser esquecidas certas condições por si mesmas evidentes: logo que sejam libertados os países europeus ocupados pelos nazistas, haverá enorme procura de gêneros alimentícios para as suas populações famintas. Os Estados Unidos e seus aliados assumiram a responsabilidade de



# CALENDÁRIO AÇUCAREIRO DE 1944

*Da firma Lamborn & Co., Inc., corretores de açúcar nos Estados Unidos, recebemos um calendário com anotações especiais sobre os principais fatos açucareiros do ano passado. Excluindo as notícias de interesse e repercussão puramente locais, extraímos para as nossas páginas os seguintes tópicos, que constituem apreciável ponto de referência para estudos sobre o movimento açucareiro no mundo :*

## JANEIRO :

*Início da colheita das safras açucareiras das Índias Ocidentais Inglesas e Francesas, Cuba, Ilhas Virgem, República Dominicana, América Central, Peru e Egito. Produção do grupo em 1940/41: 4.070.000 toneladas longas de açúcar, isto é 13,4 por cento da produção mundial, que foi de..... 30.300.000 toneladas.*

## FEVEREIRO :

*A Espanha, único país na Europa que planta tanto cana como beterraba em escala comercial, completa habitualmente a colheita beterrabeira nesse mês. Em 1940/41 o país produziu cerca de 175.000 toneladas de açúcar, sendo 10.000 à base de cana.*

## MARÇO :

*No dia 27 de março de 1942, o "War Production Board" estabeleceu o sistema de zoneamento para a distribuição de açúcar nos Estados Unidos, dividindo o país em 8 zonas. Posteriormente, sob a OPA (Office of Price Administration), o número de zonas aumentava ou diminuía em função dos abastecimentos disponíveis para as várias áreas.*

## ABRIL :

*Foi feita, a 16 desse mês, a primeira concessão de 1/2 libra de açúcar, semanal, por pessoa, sobre o racionamento estabelecido. Os EE. UU. compram a safra cubana de 3 milhões de toneladas curtas de açúcar, por intermédio da "Commodity Credit Corporation", cujos representantes assinam o contrato respectivo, em Havana. A produção açucareira da Luisiana, em 1942/43, de acôrdo com informes da Liga Americana de Cana de Açúcar, foi de 398.330 toneladas curtas contra 322.243 da safra anterior.*

## MAIO :

*Em 1942 realizou-se o registro de todas as donas de casa, para efeito de racionar o açúcar. Essa tarefa, inicia-*

fornecer esses alimentos, mas será sobre este país que recairá o maior peso do encargo. A experiência adquirida na África do Norte e na Itália mostrou que o açúcar é o alimento mais urgentemente procurado e será necessário atender aos pedidos. À medida que a guerra se prolongar, os Estados Unidos serão obrigados a aumentar os seus exércitos e depois de encerrado o conflito haverá necessidade de manter mobilizadas forças numerosas. Para suprir essas tropas e atender às encomendas de acôrdo com a lei de empréstimos e arrendamento, serão precisas quantidades cada vez maiores de açúcar. Uma vez terminada a luta, as populações civis das Nações Unidas, privadas durante tanto tempo das suas rações habituais de açúcar, de certo reclamarão a volta ao consumo normal. No Pacífico, não é de se espe-

rar uma rápida derrota dos japoneses, mas quando isso acontecer ainda decorrerá um considerável lapso de tempo, até que Java e as Filipinas estejam em condições de concorrer para o abastecimento do mercado mundial na proporção em que o faziam. Considerando todos esses fatores, apresenta-se esta conclusão óbvia: é indispensável iniciar imediatamente os preparativos para atender a maior procura de açúcar depois de terminadas as hostilidades. Se a indústria açucareira não estivesse sob o regime de restrições, o jôgo natural das leis econômicas atenderia à situação. Como, porém, a indústria está sob o controle governamental, cabe às autoridades modificar a política de repressão que as guiou até agora e preparar-se para as novas condições que vão surgir."

da no dia 3, terminou no dia 7. Foi a primeira vez na história americana que se procedeu a tão amplo inquérito com o fim de limitar o consumo de um produto. A Office Price Administration designou 55 especialistas para colaborar na solução dos problemas oriundos do racionamento.

#### JUNHO :

Início das safras da Argentina, Austrália, Equador, e Ilhas Fiji. Em 1940/41, esses países produziram..... 1.433.000 toneladas de açúcar ou, aproximadamente, 4,7 por cento da produção mundial: 30.300.000.

A 10/6/43, constituiu-se a Sugar Research Foundation, Inc., uma organização destinada a orientar as pesquisas sobre o papel do açúcar na dieta humana. A nova sociedade não visará lucros nesse empreendimento. Joseph F. Abbott foi eleito presidente e Ody H. Lamborn diretor-executivo.

#### JULHO :

A colheita beterrabeira nos EE. UU. começa, dentro de certos limites, na Califórnia em junho/julho; nos outros Estados, seu início geralmente é em setembro e outubro. A produção foi, em 1942/43, de 32.327.342 sacos de 45,400 kg de açúcar refinado, o que dá 1.729.513 toneladas curtas, valor bruto.

#### AGOSTO :

Maurício, Reunião e a Itália começam habitualmente a colher suas safras açucareiras em agosto. Os aludidos países, durante o período anterior à guerra (1940/41), tiveram uma produção de cerca de 886.000 toneladas longas de açúcar, ou, 2,9% da mundial.

#### SETEMBRO :

Os países beterrabeiros da Europa (exceto a Itália e a Espanha) têm normalmente o começo de suas safras neste mês. O continente, fora aqueles

dois países, produziu uns 8.845.000 toneladas de açúcar, valor bruto, o que dá uma percentagem de 28 em relação à produção mundial.

#### OUTUBRO :

Safras de Luisiana, Surinam, Venezuela, Brasil (1) e Canadá. O grupo produziu, em 1940/41, 1.497.000 toneladas longas de açúcar — 4,9 da produção mundial.

#### NOVEMBRO :

No Havai, Filipinas, Formosa e Japão, começam os trabalhos de safra; a produção dessas áreas durante 1940/41, orçou 2.814.000 toneladas longas de açúcar ou cerca de 9,3% da cifra mundial.

#### DEZEMBRO :

Início das safras açucareiras da Índia, Porto Rico, Flórida, Haiti e México. A produção do grupo somou, em 1940/41, 6.510.000 toneladas longas de açúcar, quer dizer, 21,5 por cento do total relativo ao mundo.

(1) — O Brasil tem duas safras: a do Norte inicia-se em maio-junho; a do Sul em setembro-outubro (N. da R.)

## “Os Holandeses no Brasil”

Jan Andries Moerbeek — Motivos porque a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil. Amsterdam. 1624.

Lista de tudo que o Brasil pode produzir anualmente. 1625.

Tradução do Rev. P.º Fr. Agostinho Keijzers e José Honorio Rodrigues. Prefácio, notas e bibliografia de José Honorio Rodrigues.

A venda nas Livrarias ..... Cr\$ 5.00





## CONSTRUTORA de DISTILARIAS e INSTALAÇÕES QUÍMICAS S.A.

CAPITAL SOCIAL REALIZADO : Cr\$ 15.000.000,00

Oficinas : SÃO PAULO  
Rua Passo da Pátria, 1515  
Alto da Lapa — Bela Aliança.  
Caixa : 3161 - Fone: 5-0617

Teleg. "CODIQ"

Escritório no RIO  
Praça 15 de Novembro, 42-3.º pav.  
(Salas 301/302)  
Caixa : 3354 - Fone : 23-6209



### A MAIOR ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO DE DISTILARIAS DE ÁLCOOL E INSTALAÇÕES QUÍMICAS

Área dos terrenos pertencentes à Cia. — 45.000 m<sup>2</sup>

600 operários, 60 técnicos e empregados.

Fundição de bronze, ferro e aço

Fábrica própria de moto-bombas

Construção de material de usinas de açúcar.

Contratou, de 1941 a fins de 1943, 51 distilarias de álcool etílico, todas construídas no Brasil, partindo de melaço, cana, mandioca, milho, laranja e bananas, das quais 30 já funcionando, 12 em montagem e 9 em construção.

Construiu, no ramo de destilação, distilarias, de: acetona, álcool butílico, eter sulfúrico, aguardente fina de laranja e banana; benzol, xistos, carvão e madeira.

A capacidade de produção diária das distilarias de álcool construídas por CODIQ é de 345.000 litros, tendo duplicado, desta forma, a capacidade de produção das distilarias de álcool anidro existentes no Brasil, antes da guerra

# CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

## AUSTRALIA

Em um dos seus últimos números aqui chegado, "The Australian Sugar Journal" dedica o seu editorial ao exame dos progressos técnicos realizados pela indústria açucareira daquele domínio britânico.

Tomando por base dois relatórios referentes à situação da indústria do açúcar nos anos de 1904 e 1905, aquela revista, através de um estudo comparativo de dados positivos, traça o caminho percorrido pelos industriais do açúcar australianos, no sentido do aperfeiçoamento dos seus métodos de trabalho. Vale a pena acompanhar a exposição do "Australiana Sugar Journal", resumindo os elementos e informações compendiados no seu editorial.

O ano de 1904 é geralmente considerado um dos mais favoráveis para a indústria; a produção de açúcar nessa safra foi uma das maiores até então registradas. Naquele ano estavam em funcionamento 55 usinas. Destas, 45 moeram safra de menos de 50 mil toneladas, 32 tiveram safras de menos de 20 mil toneladas, 22 moeram menos de 10 mil toneladas e 16 trabalharam safras de menos de 5 mil toneladas de canas. Uma usina moeu 87.315 toneladas e essa cifra constituiu um record para a época. Na safra de 1939, a mais recente de antes da guerra, trabalharam 33 usinas, que, em conjunto, moeram um volume de canas quatro e meia vezes maior que o da safra de 1904. Das 33 usinas, 26 moeram safras de mais de 100.000 toneladas, 16 mais de 200.000 toneladas e 2 mais de 300.000 toneladas.

Essas cifras, comenta a revista australiana, podem dar a entender apenas que, no período de 1904 a 1939, houve um grande aumento de lavou-ras e que as pequenas unidades foram substituídas ou fundidas em número menor de fábricas mais poderosas. No entanto, são ainda mais significativas, quando completadas com outros dados relativos ao aumento da produção de açúcar e à percentagem de recuperação. Assim é que a produção da matéria prima elevou-se de 350 por cento (1.342.659 toneladas de canas em 1904 contra 6.038.821 em 1939), enquanto a de açúcar acusava um aumento de 545 por cento (138.264 contra 891.422 toneladas). Isso prova justamente o progresso técnico conseguido no período considerado, pois, enquanto em 1904 eram necessárias 9,62 toneladas de cana para produzir uma tonelada de açúcar, em 1939 chega-se a êsse mesmo resultado com o emprêgo de apenas 6,77 toneladas de canas.

Até 1904, informa a revista citada, poucas usinas de Queensland haviam adotado as práticas de controle sistemático dos seus processos de fabricação; uma notável exceção para a época era a Colonial Sugar Refining Co. Ltd., que exercia o controle técnico das suas atividades, empregando para isso numeroso pessoal especializado.

Com referência a êsse aspecto da produção, encontram-se alguns dados no relatório relativo

a 1905. O controle químico passou a ser feito nas usinas de que o govêrno tomara posse um ano antes. Nessas fábricas, que não eram as mais aperfeiçoadas então em funcionamento, chegou-se a conseguir, numa delas, uma recuperação de 79 por cento. Em 1939, cifras que compreendem 26 usinas dão uma média de recuperação de 86,7 por cento. O progresso técnico está perfeitamente assinalado nesses dados.

"The Australian Sugar Journal" aponta, ainda, como fatores que influíram decisivamente para o progresso técnico realizado pela indústria açucareira australiana os seguintes: pagamento das canas na base da riqueza sacarina, medida adotada em 1916; os altos preços que o açúcar alcançou nos anos que se seguiram à primeira guerra mundial; a criação de um departamento de tecnologia junto ao Bureau das Estações Experimentais de Açúcar; e a fundação, em Queensland, de uma Sociedade de Tecnologistas da Cana de Açúcar.

Essas inovações deram início a uma fase intensa de atividade técnica na indústria, criando-se entre as suas principais unidades um sistema de cooperação e de coordenação de esforços, no que se refere às pesquisas especializadas. O período compreendido entre 1930 e 1939 foi, assim, muito frutuoso em progresso técnico na história da indústrias açucareira de Queensland.

## C U B A

Escrevendo para o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", os srs. Luis Mendoza & Cia., de Havana, comentam as dificuldades com que se defrontam os Estados Unidos e Cuba nas negociações para compra da produção cubana de melão de 1944.

Em seus termos essenciais, o problema parece simples. Os Estados Unidos acreditam que precisarão de toda a produção de melão para o seu esforço de guerra, mas reconhecem que o govêrno cubano tem direito a reter um certo volume de melões para fabricar álcool, destinado a substituir a gasolina que deixou de receber dos norte-americanos. No ano passado Cuba recebeu dos Estados Unidos apenas 20 milhões de galões de gasolina, quando antes do ataque a Pearl Harbour recebia 50 milhões.

Por outro lado, acrescenta aquela firma, os Estados Unidos insistem para que Cuba aproveite, na produção de açúcar e melão, todas as suas canas disponíveis. Todavia, não querem comprar e transportar mais do que 4.250.000 toneladas curtas, quando se sabe que as usinas cubanas podem produzir nesta safra mais 500.000 toneladas, bastando para isso que os rendimentos sejam iguais aos do ano passado.

Entendem os técnicos cubanos que a grande dificuldade do problema está no seguinte: a impossibilidade em que se encontram os refinadores norte-americanos, seja por falta de transporte ou escassez de mão de obra, de beneficiar um vo-



lume de açúcar maior do que o representado pelas compras já realizadas. De sua parte, Cuba reluta em produzir mais açúcar mesmo com um contrato de venda — que não seja destinado ao consumo. Isso porque o controle governamental poderia terminar repentinamente e ela ficaria com um estoque que fatalmente perturbaria a venda da safra imediata. Do ponto de vista cubano, seria preferível produzir uma quantidade que não seria vendida aos Estados Unidos, e sim separada para o chamado mercado mundial ou destinada às indústrias de doces.

### J A V A

Diz uma correspondência de Tóquio para o jornal "Der Neue Tag", de Praga, edição de 9-9-1943, que o Japão está tomando uma série de medidas visando a regular a produção de inúmeros produtos agrícolas de Java, como, por exemplo, o açúcar, o café, o chá e a borracha. Só o quinino está excetuado. As plantações terão de permanecer numa atividade apenas suficiente para certas necessidades, ficando, entretanto, numa como que expectativa para eventuais procuras, no após-guerra, para o que se expandiriam novamente, ou destinar-se-iam ao cultivo de arroz, milho, banana e amendoim, de molde a levantar o nível de auto-suficiência do sudoeste asiático, em matéria alimentar.

Para aquele que fôra o mais importante produto de exportação de Java, o açúcar, a administração nipônica criou uma comissão com o fito de dirigir a indústria do famoso produto. Essa comissão é composta de japoneses entendidos no assunto, que outrora era orientada pelos cartéis, pelas uniões de distribuição, pelos institutos de pesquisa para a produção. A comissão dedica-se hoje inteiramente à reorganização da indústria açucareira, tarefa que será realizada de maneira integral. Observa o cultivo da cana e a distribui-

ção do açúcar e fomenta os negócios ligados com aquela indústria cujo desenvolvimento deseja ampliar o mais breve possível. A direção efetiva das plantações e das fábricas está nas mãos de cinco firmas, já existentes na ilha, e que atualmente estão reunidas sob os moldes de uma única empresa pública. A posição de Java, como grande produtor de açúcar na esfera de co-prosperidade asiática, será mantida no após-guerra, de acôrdo com os planos do Japão.

### R U S S I A

O govêrno soviético já está traçando planos para restaurar a indústria açucareira na Ucrânia. Como se sabe, é nessa região que está localizada a poderosa indústria açucareira russa, a maior da Europa e que foi seriamente prejudicada em consequência da invasão nazista.

Citando despachos de Moscou, "Sugar" informa, no seu número de fevereiro, que o jornal "Izvestia" publicou, recentemente, um artigo, no qual discute as medidas a serem adotadas para conseguir os objetivos de produção para este ano; êstes já foram fixados, para as fazendas do Estado, nos níveis anteriores à guerra. O referido jornal disse que os campos ficaram em abandono e por isso é mister tomar providências drásticas; e sugerir a organização de brigadas permanentes para trabalhar nas fazendas coletivas.

O artigo "de "Izvestia" acrescenta que será necessário plantar beterrabas não só nas zonas onde as refinarias de açúcar já estão funcionando como também naquelas em que as fábricas ainda não foram reconstruídas, mas onde há meios de produzir e facilidades de transporte para a safra. E' também urgente, afirma o jornal moscovita, às áreas beterrabeiras tratores, bois, cavalos, equipamento e substâncias químicas, destinados às tarefas normais do cultivo.

RECIFE • SERRA GRANDE ALAGOAS • MACEIÓ

**USINA SERRA GRANDE S/A**

**ASSUCAR**

TODOS OS TIPOS

**"USGA"**

O COMBUSTIVEL NACIONAL

# ASPECTOS DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA NO MÉXICO

Baseada num relatório da embaixada americana, no México, publica "Foreign Commerce Weekly", edição de novembro do ano passado, o seguinte sobre a situação do açúcar naquele país:

"A situação açucareira do México mudou de certa maneira nestes últimos meses. Nos começos de 1943, com as plantações aumentadas de cerca de 10 por cento, acreditava-se que não só haveria um abastecimento capaz de cobrir facilmente as necessidades internas como também que até houvesse um saldo. Contudo, em virtude das condições do tempo, dos problemas do trabalho e da insuficiente maquinaria agrícola, a safra açucareira deste ano esteve abaixo da do ano passado, se bem que ultrapassasse as anteriores a 1942.

## O CONSUMO REGISTRA NOVO "RECORD"

O consumo de açúcar, bem como a produção, aumentou no México, estes últimos anos, numa escala tal que a estimativa de 1943 — 479.500 toneladas curtas de açúcar refinado e 110.230 de "piloncillo" ou açúcar escuro não refinado (1) — foi a mais elevada na história do país.

O consumo anual "per capita" é de, aproximadamente, 24,970 kg, contra 14,07 kg em 1932 e 16.800 kg durante o período 1933/37. Cerca de 80% do consumo são de refinado e os 20% restantes de "piloncillo". Este é um produto nativo usado há anos; era o gênero favorito na dieta do povo, antes de o mesmo conhecer o produto refinado e como é mais barato continua ainda a ser consumido entre as classes de renda mais baixa.

O consumo de refinado, no México, elevou-se de 108.000 toneladas em 1921 para 479.500 toneladas, segundo a estimativa para 1943. Nos últimos dez anos, o aumento foi notável: a média do quinquênio 1933/37 foi de 263.554 toneladas e, para o período 1938/42, 382.123 toneladas. O refinado consumido pela maioria das pessoas, no México, divide-se em três tipos: de primeiro grau, de segundo grau, mais conhecido por "plantation

(1) — Equivale à nossa rapadura. (N. da R.)

granulated" e, finalmente, o terceiro, utilizado em menor escala, chamado "mascabado", que se parece com o açúcar preto dos Estados Unidos. O aumento no consumo individual de açúcar branco refinado pode ser atribuído a mudanças nos hábitos alimentares, meios mais adequados de transporte e a uma possível maior liberalidade nos desembolsos para aquisição de alimentos. Não se pode esquecer também que uma parte do sucesso é devida à orientação da União Nacional dos Produtores de Açúcar, fazendo instalar e mantendo em muitas localidades armazéns de estocagem, pois, apesar dos progressos nas comunicações rodoviárias, muitas zonas do país ainda ficam isoladas entre si durante a estação chuvosa.

Se bem que também o "piloncillo" visse seu consumo aumentado, não pôde, todavia, manter o "train" do açúcar refinado. No quinquênio 1938/42 cerca de 107.000 toneladas de "piloncillo" foram

consumidas, em comparação com 69.000 toneladas, durante os cinco anos anteriores.

## A UNIÃO DOS PRODUTORES

Em fevereiro de 1942, foi organizada uma união de produtores de açúcar sob a denominação de "Union Nacional de Productores de Azúcar S. A. de

C.V.", que hoje controla cerca de 98% da produção de refinado do país. Trata-se duma sociedade anônima, composta de produtores a qual funciona com representação governamental.

Antes de 1932, as usinas vendiam açúcar onde podiam e em consequência havia despesas de fretes excessivas e perdas. A União adquire o açúcar nos depósitos das usinas e daí em diante dirige todo o movimento do produto até à sua venda. Os preços foram fixados e as tarifas de frete estandardizadas. Os esforços daquela associação no sentido de prover o país com abastecimentos contínuos, a preços firmes e uniformes, foram coroados de êxito. Ela não controla, entretanto, a produção de "piloncillo", que é fabricado por pequenos produtores disseminados saltadamente em várias regiões e que quase sempre encontra seu consumo nos próprios locais de produção.



Cena rural em Tepic, Nayarit



## DISTRIBUIÇÃO DAS CULTURAS

O açúcar é produzido, em escala variável, em quase todos os Estados mexicanos. Os que possuem as mais extensas áreas de cultivo da graminea são, na ordem da importância, os seguintes: Veracruz, Sinaloa, Puebla, Tamaulipas, Jalisco e Morelos. A partir de 1937, todos esses Estados aumentaram sua produção, verificando-se as maiores elevações em Veracruz, Jalisco, Puebla e Morelos.

### 4.º LUGAR ENTRE AS SAFRAS MEXICANAS

Em área, a cana de açúcar está em sétimo lugar entre as culturas mexicanas; em valor, sua posição é a quarta.

As superfícies dedicadas no país ao plantio da cana aumentaram de 86.520 hectares (hectare = 2.471 acres) em 1936/37 para 138.619 hectares, estimados em 1942/43, a maior área plantada com aquele vegetal em qualquer tempo. A média para o quinquênio 1936/37 a 1941/42 foi de 104.434 hectares, um pouco mais de 35% sobre a verificada em relação aos cinco anos antecedentes: 76.413 hectares. A produção açucareira também aumentou, mas devido a variações no rendimento a superfície mais plantada nem sempre deu a maior safra. A média de produção de cana no período 1932/33 — 1936/37 foi de 3.863.000 toneladas, contra 5.762.000 toneladas no quinquênio 1937/38 — 1941/42. A maior produção verificou-se em

1941/42, quando a estimativa orçou pelos 7.496.000. A de 1942/43 é estimada em 7.189.000 toneladas. Se bem que não se disponha ainda de previsões finais, tudo indica que o rendimento de cana em 1942/43 será de uns 47,050 kg por hectare, o que representa uma queda de 14% em relação ao "record" alcançado em 1941/42, isto é, 53,731 kg por hectare, se bem que esteja abaixo apenas 5,5% do rendimento médio apurado para o período 1937/38 — 1941/42.

Os rendimentos de cana têm sido mais altos nas maiores áreas produtoras, onde as condições de plantio são mais favoráveis e se lança mão de métodos melhores de cultivo.

### PERCENTAGENS DE AÇUCAR

No México, 100 toneladas de cana rendem cerca de 20 de açúcar, metade refinado e metade açúcar "nativo".

A percentagem de açúcar refinado, obtido da média de 5.762.000 toneladas de cana pelas usinas mexicanas, no quinquênio 1937/38 — 1941/42 foi de 9.36, isto é, quase a mesma coisa dos cinco anos anteriores, quando a produção canavieira orçou pelos 3.863.000 toneladas. Em geral, a tendência é ascensional: a percentagem varia entre 8.54 a 9.75. Tais cifras são baixas em confronto com as dos principais países produtores de açúcar, no mundo. Durante o decênio 1931/40, Porto Rico teve a média de 11.37 por cento e Cuba 10.5%.

O quadro seguinte dá uma idéia das percentagens referidas:

### AREA, RENDIMENTO E PRODUÇÃO DE CANA DE AÇUCAR DO MEXICO, PERCENTAGEM DE AÇUCAR REFINADO E "PILONCILLO" NAS SAFRAS DE 1936/37 a 1942/43, INCLUSIVE

A N O	Área	Rendimento	Produção de cana de açúcar	Percentagem de açúcar refinado	Percentagem de "piloncillo"
	Hectares	Quilogramas p/hectare	Toneladas curtas		
1936/37 . . . . .	86.520	46.885	4.471.468	8.63	9.27
1937/38 . . . . .	87.294	47.337	4.554.990	9.20	9.78
1938/39 . . . . .	93.672	48.638	5.022.058	9.46	9.99
1939/40 . . . . .	98.346	50.565	5.481.571	9.75	9.79
1940/41 . . . . .	116.300	48.817	6.258.196	9.22	9.80
1941/42 . . . . .	126.556	53.731	7.495.555	9.16	9.75
1942/43 (1) . . . . .	138.619	47.050	7.189.297	9.53	10.000

(1) Estimativa.

Fonte: — Área, rendimento e produção de cana de açúcar, da Dirección General de la Economía Rural. Cifras de percentagem calculadas de dados compilados por aquela repartição.

O açúcar refinado provém de grandes centrais das áreas produtoras de importância. O "piloncillo", na sua maior parte, é produzido em fábricas pequenas, situadas em zonas de produção menor.

No quinquênio 1937/38 — 1940/41 foram colhidas, por ano, cerca de 5.762.474 toneladas curtas de cana, das quais apenas 3.968.658 foram empregadas na produção de açúcar refinado. O resultado foi usado da maneira seguinte: 1.097.442 toneladas para estoque de replantio, produção de álcool, aguardente, consumo humano direto e outros fins. Aumentando a produção caanvieira, correspondentemente ampliaram-se aquelas necessidades. A estimativa para 1942/43 dá uma produção total de 7.189.296 toneladas de cana para fabrico de refinado, cerca de 1.102.300 para a produção de "piloncillo" e 1.322.760 para usos diversos.



Aspecto da usina de açúcar Los Mochis, no México

A média de açúcar refinado produzido no quinquênio 1938/42 foi estimada em 398.046 toneladas, contra a de 271.734 toneladas relativas a igual período antecedente. Representa, assim, uma diferença a mais de uns 46 por cento. A maior produção de açúcar refinado esteve pelas 462.800 toneladas, em 1941/42. Para 1942/43, a estimativa da produção é de... 454.148 toneladas. Constitui ela uma redução das previsões anteriores, que margina-vam a cifra de 529.000 toneladas.

Idêntico ritmo registrou a produção de "piloncillo". A média de 1933/37 foi de 69.536 toneladas contra 106.981 toneladas em 1938/42. A produção estimada para 1943 orçou em 110.230 toneladas, menor, portanto, que a produção de 1942 (126.849) e também do que o "record" de 1941 (130.641 toneladas).

O quadro seguinte explica melhor o assunto :

**ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO, CONSUMO E SALDO DE PRODUÇÃO DE AÇÚCAR REFINADO E "PILONCILLO" NO MEXICO, 1937/43**

(Em toneladas curtas)

Ano	P R O D U Ç Ã O			Exportação	Importação	Consumo	Saldo (1)
	Açúcar refinado	"Piloncillo"	Total				
1937 . . . . .	313.066	69.260	382.326	201	19	376.390	94.233
1938 . . . . .	340.383	77.187	417.570	667	18	414.964	106.331
1939 . . . . .	371.833	98.485	470.318	6.146	23	470.280	90.941
1940 . . . . .	328.195	101.742	429.937	62	22	501.556	16.941
1941 . . . . .	361.450	130.641	429.091	62	56.666	533.557	53.356
1942 . . . . .	462.795	126.849	589.644	903	55	449.825	83.877
1943 (2) . . .	454.148	110.230	564.378	16.590	13.777	589.730	55.446

(1) O saldo não inclui "piloncillo" devido à carência de dados exatos.

(2) Estimativa.

Fonte: Cifras de produção, consumo e saldo do açúcar refinado fornecidas pela União dos Produtores de Açúcar; as relativas à importação e exportação, pela Dirección General de Estadística e as relativas a "piloncillo" provêm da Dirección General de la Economía Rural e Dirección General de Estadística.



## PRODUÇÃO DE ALCOOL

O álcool é produzido no México à base de melaços resultantes do fabrico do açúcar ou diretamente do caldo de cana.

O aumento da produção alcooleira, nos recentes anos, poderá ser acompanhado no quadro seguinte, reportando-se a 1940-1942 e estimando a produção de 1943:

### PRODUÇÃO DE ALCOOL NO MEXICO

(Em litros)

MATERIA PRIMA	1940	1941	1942	1943 (1)
Melaços . . . . .	20.700.049	23.108.045	30.011.949	38.000.000
Caldo de cana . . . . .	2.620.033	2.214.339	6.050.814	8.000.000
Total . . . . .	23.320.052	25.322.384	36.062.763	46.000.000

(1) Estimativa

Fonte: Sociedad Nacional de Productores de Alcohol, S. de R.L.

O aumento da produção alcooleira, em parte motivado por maior volume de exportação para os Estados Unidos, equivale ao adicional de 11.000 toneladas de açúcar. O produto é fabricado também do "piloncillo", se bem que não se saiba a quantidade. As cifras possivelmente estão incluídas sob a rubrica de "melaço".

### IMPORTAÇÃO DE AÇUCAR

O México nunca importou ou exportou grandes quantidades de açúcar. Até há pouco tempo, a produção sempre se manteve passo a passo com o consumo. As maiores importações de açúcar refinado foram realizadas em 1941, quando, segundo numeros oficiais, entraram no país 56.666 toneladas de açúcar. Durante o corrente ano, 1943, até e inclusive setembro, o México recebeu cerca de 13.777 toneladas de açúcar. Para o resto deste ano, são as seguintes as importações, com as respectivas procedências: 22.046 toneladas, dos Estados Unidos; 2.205, do Peru e 12.676, de Cuba.

### SOBEM AS EXPORTAÇÕES

As maiores remessas de açúcar para fora, quer refinado quer na forma de produtos manufaturados, verificaram-se em 1942 e 1943. Os produtos manufaturados incluíam xaropes, doces, enlatados, álcool e outros artigos. Nos anos de 1931, 1932 e 1933, saiu muito açúcar escuro granulado do país, sendo que a maior quantidade registrou-se em 1933, com 94.106 toneladas. A partir desse último ano, todavia, a saída de tal tipo de açúcar decaiu significativamente. Apenas pequenas par-

tidas de "piloncillo" têm ido para o exterior, variando entre 21 e 335 toneladas por ano. Nos começos de 1943, pensou-se em exportar quantidades ponderáveis daquele produto, mas a sua produção é tão espalhada que se tornava inexecutável agrupá-la em volume suficiente para fins de exportação. Tem ido também xarope incristalizável para os Estados Unidos, nos últimos tempos, principalmente para a produção de álcool. Trata-se dum material com muito açúcar invertido, que as usinas mexicanas não podem converter em virtude da falta de equipamento adequado. Durante 1942, o México exportou cerca de 47.684 toneladas do referido material.

### CONTROLE GOVERNAMENTAL

O governo tomou várias medidas tendentes a controlar a exportação açucareira, quer na forma de produtos manufaturados ou açúcar mesmo. Um decreto presidencial, pôsto a vigorar em 11-8-42, estabelecia licenças de exportação, concedidas pelo Ministério da Economia Nacional, para saídas de açúcar, do país. A 19 de maio de 1943, outro decreto federal, que entrou em vigor no dia seguinte, estendia a medida à exportação de xaropes, açúcar candi, artigos confeitados e alimentos em conserva. Uma decisão presidencial mais recente (23/9/43) proibia a exportação de xaropes, caramelos, doces e chocolates, candi nativo, e produtos similares, contendo açúcar, exceto naqueles casos em que ficasse provado que os artigos tinham sido manufaturados exclusivamente com açúcar importado para fins específicos de conversão em tais produtos, destinados à exportação.

Quanto à produção alcooleira, diretamente da cana, não foram tomadas quaisquer medidas destinadas a restringí-la.

# FOLKLORE DO AÇÚCAR

Joaquim Ribeiro

## VI

*Danças populares — A área de expansão de uma dança minhota no Brasil: a caninha verde; versões portuguesas — A aclimação no meio rural: versões do Nordeste, do Sul e do Oeste — a aclimação no meio urbano: a festa da Penha na metrópole — O verdadeiro significado de “caninha verde” nas zonas das vinhas em Portugal — O instrumento musical — Uma cena do “Auto da Paixão” — Os torneios equestres: o “jogo das canas”; repercussão na América Espanhola e no Brasil — Paralelismo entre a coreografia da “caninha verde” e o “jogo das canas”.*

Há danças populares que recebemos, diretamente, de Portugal. Nas zonas canavieiras do Brasil, por exemplo, aclimou-se uma graciosa dança minhota de tal sorte que já levou diversos folkloristas a supô-la de origem nacional (Luciano Gallet e Renato de Almeida).

Refiro-me à “caninha verde”, que todos os informantes dalém-mar apontam como dança popular do Minho. E’ dança cantada. Correm inúmeras versões dos cantos. A versão tipicamente minhota é a seguinte, pu-

blicada na coletânea “Danças e cantares portugueses”, editada no Porto:

Oh minha caninha verde  
Oh meu Senhor do Bomfim  
Linda cara, lindo olhos,  
Virem-se cá para mim.

A-i-ó-ai!  
Oh meu Senhor do Bomfim  
Lindos olhos, linda cara  
Virem-se cá para mim.

Oh minha caninha verde  
Oh meu Senhor do Padrão  
Quem não quer que o mundo fale  
Não lhe dê ocasião.

A-i-ó-ai!  
Não lhe dê ocasião  
Oh minha caninha verde  
Oh meu Senhor do Padrão.

Oh minha caninha verde  
Verde cana de encanar  
Aqui estou à tua beira  
Quem ’stá bem deixa-se estar.

A-i-ó-ai!  
Quem ’stá bem deixa-se estar  
Oh minha caninha verde  
Verde cana de encanar.

## PREÇOS

Desde que foi organizada a União dos Produtores, em 1932, os preços vêm observando uma alta firme. O açúcar refinado de primeiro grau é vendido a 45 centavos, o quilo, no comércio atacadista, como foi fixado pela União; o preço oficial no varejo, na capital do país, é de 48 centavos, por quilo.

## SALDOS DE PRODUÇÃO

As estimativas dos saldos de produção são feitas, em todo o dia 31 de dezembro de cada ano, pela União dos Produtores, desde 1933. De acordo com suas cifras, aqueles excessos variaram de 5.900 toneladas, em 1934, a 106.331, em 1938. Nesses últimos anos, contava-se com um rema-

nescente de 44.000 toneladas. Na situação atual, a produção mais as importações dão uma oferta de 578.000 toneladas e o consumo mais as importações conferem uma procura de 606.000 toneladas, ficando, portanto, um excesso contra a procura de 28.000 toneladas, pelo que o saldo sofreu uma redução.

Um decreto presidencial de 2-6-43 mandava que se constituísse à parte um estoque de 44.000 toneladas curtas, como reserva destinada a controlar o mercado interno. Outro decreto, posto a vigorar em 23-9-43, dava providências para a formação de um estoque de 66.000 toneladas curtas, o mais cedo possível. Posteriormente, aquela cifra foi elevada para 88.000 toneladas curtas. O “Consórcio”, organização de controle semi-governamental, criada por decreto de 2-3-43, fiscalizaria a constituição daquele estoque pela União dos Produtores.”



A cana verde no mar  
Anda à roda do vapor  
Inda está para nascer  
Quem há de ser meu amor.

A-i-ó-ai!  
Quem há de ser seu amor  
A cana verde no mar  
Anda à roda do vapor.

Outra variante portuguesa, registrada em  
"Serenatas, novíssima coleção", de João de  
Sousa Conegundes, diz assim :

Quem achar a cana verde  
Que se perdeu lá no mar  
Será minha companheira  
Enquanto o mundo durar.

Oh minha caninha verde  
Oh minha verde caninha  
Não faças a tua cama  
Anda deitar-te na minha.

Oh minha caninha verde  
Oh minha "salta-paredes"  
Hei de dar uma saia  
Que te dure nove meses.

A cana verde no mar  
Arrebenta ao nascer,  
Assim rebentem os olhos  
A quem me não pode ver.

Oh minha caninha verde  
Verde cana ricóco  
Sou filha de minha mãe  
E neta de minha avó.

Oh minha caninha verde  
Verde cana ricoqueira  
Anda tu para o meu lado  
Que eu vou para a tua beira.

Oh minha caninha verde  
Oh minha "salta-que-atrepa",  
Êstes meninos d'agora  
São levadinhos da breca.

Oh minha caninha verde  
Verde cana de encanar ;  
Pela boca perde o peixe  
Quem te manda a ti falar ?

A cana verde no mar  
Anda à roda do hiate  
Hei de ir daqui p'ra Lisboa  
Aprender a calafate.

O ilustre polígrafo Jaime Cortesão incluiu outra variante lusa no seu formoso livro  
"O que o povo canta em Portugal".

A disseminação da "caninha verde" é tão grande em terras portuguesas que seus versos andam soltos no meio das quadras populares. Assim é que o eminente folclorista lusitano Augusto C. Pires de Lima, registrando o "Cancioneiro" de Santo Tirso (in Revista Lusitana, vol. XVIII, ns. 3-4), colheu as seguintes :

O' minha caninha verde  
Ah !ah ! olaré qui atacho ! (cartaxo)  
Caiu o burro c'os ovos  
Tudo são gemas por baixo.

(Pag. 315)

A cana verde no mar  
Navega por aí além ;  
Foi palavra que Deus disse :  
Quem tudo quer, nada tem.

(Pag. 318)

A cana verde no mar  
Navega e não vai ao fundo ;  
Indas que eu queira não posso  
Tapar a boca do mundo.

(Idem).

E' claro que, dada essa larga popularidade, os imigrantes portugueses trouxessem esta dança para o Brasil, onde, aliás, há grande número de minhotos.

No meio rural brasileiro, por um fácil processo de adaptação, a dança localizou-se nas zonas da cana de açúcar, assumindo novas "variantes" de versos, identificados com a paisagem local.

No Nordeste, diante do grande número de folguedos regionais, não logrou muita repercussão. E' conhecida. E em Alagoas, Anibal Pimentel colheu a seguinte trova, que me comunicou :

Caninha verde  
Anda a roda meu "vapô"  
Ainda está para "nascê"  
Quem será o meu "amô".

No Oeste, entretanto, a persistência é mais nítida e em Goiaz, A. Americano do Brasil no "Cancioneiro de trovas do Brasil Central" informa :

“Cana verde. E’ a mesma dança tão conhecida no litoral e oriunda de Portugal. A diferença está unicamente nos versos que os sertanejos modificaram e aumentaram conforme a exigência do meio”. (Obra citada, pag. 276).

E’ êste folklorista goiano que registra a seguinte “variante”:

Eu pisei na cana verde  
Bem na flor de minha idade,  
Arriscando a minha vida  
P’ra te fazer a vontade.

(Obra citada, pag. 225)

Onde, porém, a caninha verde adquiriu forte colorido regional foi no Sul, no Estado do Rio de Janeiro. De tal modo se apresenta aclimada, que o folklorista, que a observou, Luciano Gallet chegou a acreditar de que se tratava de uma dança nascida, aqui, no Brasil. O registro de Luciano Gallet, é tecnicamente perfeito. Dá a notação musical (Figura I). Reproduz os versos locais, recolhidos na Fazenda de São José da Boa Vista, em julho de 1937:

Caninha verde  
Oh! minha caninha verde  
Por causa da cana verde  
Que é meu triste padecer.

Plantei a cana  
Na beira do Pirai  
E a “marvada” foi ingrata  
Plantei “ela” não brotou

E descreve pormenorizadamente os elementos e a coreografia:

“Instrumentos — Só 1 viola (de 12 cordas) com o cantador que também dança. Se houver 2 cantadores, 2 violas. Aí cantam “versos de mano” como no cateretê. O desafio não é

permitido. E’ só para inimigos. Figurantes Dois círculos de 4 pessoas, com 2 pares em cada círculo (roda). Os pares frente a frente. Chama-se esta a “caninha verde de oito”. Havendo mais gente, organizam-se mais rodas, sempre com 4 pessoas (2 pares em cada roda). A dança — I — O cantador canta o verso e os pares alternam os lugares fronteiros, dançando. II — Acabado o verso, repete só a melodia, e os figurantes “batem o pé”. Nota: Se os dançarinos forem práticos, no momento do canto (dança), alternam os pares com a outra roda. O cantador alterna à vontade. Quando houver 2 cantadores, fica um em cada roda. Resumo. Durante o canto: dança e passe de lugares. Terminado o canto (só música) batem os pés.”

Fazendo a exegese da dança, levanta a conjectura de ser criação nacional nos seguintes termos:

“Lembra esta dança a “Cana Verde” portuguesa. Mas: a) a cana verde é antiga naquela zona do Estado do Rio; b) Antoniozinho (o

informante) diz que era dançada assim por ali; c) os versos falam da cana “marvada”, plantada na beira do Pirai (rio local); d) aquela zona é grande produtora de cana. Por que esta dança não seria brasileira adotada em Portugal? Em Portugal, dançam a “cana verde” nas colheitas de trigo. Acredito que “cana verde” seja daqui.” (Estudos de Folklore, pag. 73).

Renato de Almeida, na sua História da Música no Brasil, obra monumental no gênero, apoia a hipótese de Luciano Gallet, achando-a “verossímil”.

Os argumentos do nosso saudoso musicólogo não são consistentes. A “cana verde” não é exclusividade da “cana de açúcar”; existe a cana do trigo, a cana da cevada, etc. Nas zonas canavieiras é que o vulgo aclimou a “cana verde” como se fôsse referente à “cana de açúcar”; daí os versos locais, aludindo à região canavieira do Pirai.

### Caninha verde

Andantino

Figura I

Versão fluminense da “Caninha Verde” (apud Luciano Gallet)



Essas aclimações, ou melhor, essas **localizações** de tema são comuníssimas nos fatos folklóricos.

No meio rural, como se viu, a dança minhota naturalizou-se.

Já o mesmo não aconteceu no **meio urbano**, onde a “caninha verde” ficou restrita unicamente aos colonos portugueses. Temos frisante exemplo no registro que Melo Moraes Filho faz em “Festas e tradições populares do Brasil”, fixando a tradicional “Festa da Penha” na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de uma festa tipicamente portuguesa, na época em que êle observou e assim salienta:

“Nas romarias da Penha o elemento **predominante foi sempre o português**. Desde o período colonial até hoje, a tradição tem sido mantida como uma recordação das festas congêneres da antiga metrópole, **notando-se porém que os foliões aqui eram na generalidade filhos do continente**”. (Obra citado, pag. 143).

E logo adiante registra os cantos da “cana verde”, obedecendo até à pronúncia minhota:

O' minha caninha **berde**  
O' meu santo de **pedrão**,  
Por amor de uma menina  
Fui cair no alçapão.

Cana **berde** salteada  
Salteada é mais bonita  
P'ra cantar a cana **berde**  
Não se quer folhos de chita.

Fui-me ao Porto, fui-me ao Minho,  
De caminho para Braga,  
Dizei-me, minha menina,  
Que **queres** qu'eu de lá traga.

(Obra citada, pag. 150)

No meio urbano, a caninha verde conservou-se na sua pureza original, lidimamente lusitana, ou melhor minhota. Até o vinho da terra, o saboroso vinho de Portugal não era esquecido:

“Os rapazes ostentavam a tiracolo enorme e pesado chifre chapeado de prata e cheio de vinho” (obra citada, pag. 149).

E não era de estranhar. A “caninha verde” parece ter surgido nas zonas vinícolas do Minho. E' esta, aliás, a opinião autorizada do filólogo Gonçalves Viana nas “Apostilas aos dicionários portugueses” (Tomo I, pag. 217). E a razão é plenamente convincente.

Em Portugal dá-se o nome de “cana verde” aos vinhos produzidos por vinhas doentes. Êste significado, conforme diz o imortal linguista, “talvez possa aclarar o nome que puseram à cantiga minhota”.

Além disso, convém lembrar que, em Portugal, havia um instrumento musical, chamado “cana” e que era, segundo Moraes, “fauta rústica ou assobio feito de cana de cevada”. Possivelmente, dançava-se primitivamente, a caninha verde ao som dessa frauta singela.

Pesquisando, porém, as origens dessa dança, devemos também lembrar que a “cana verde” era uma peça lúdica, espécie de bastão ou cetro. Há uma cena, por exemplo, do antigo “Auto da muito dolorosa Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo”, da autoria do padre Francisco Vaz de Guimarães (edição de Lisboa, 1783), onde pinta a zombaria dos judeus, quando prenderam e torturaram Jesus:

“Aqui açoutarão a Jesus, e como o açoutarão tira-lo-hão fóra, e assentado em huma cadeira com huma **cana verde** na mão, atroão todos em vozes: “Ave Rex Jodeorum” (obra citada, fls. 30).

Esta **cana verde** nada tem que ver com a **cana de açúcar**. Aliás, em linguagem, o vocábulo **cana** designa, antes de tudo, uma espécie de vara ôca por dentro, como a cana de cevada. Tanto isso é evidente, que os vocábulos **caneca** (vaso de barro ou madeira para vinho) e **canada** (medida para líquidos, a duodécima parte do almude) o confirmam.

Usava-se também êsse bastão lúdico, a cana verde, em muitos torneios equestres, que, por isso mesmo, eram chamados “jogos de canas”.

Êsse “jôgo de canas”, que consistia numa curiosa coreografia equestre levada a efeito por cavaleiros armados de canas, era conhecido em tôda a península ibérica e repercutiu tanto na América Espanhola como no Brasil.

Na região platina e na zona das Missões, Daniel Granada registrou a propagação dêsse jôgo:

“Entraban en el **juego de cañas** de que se trata, cuatro cuadrillas: una de “galanes”, y las restantes representando naciones de “indios”, “turcos” y “africanos”. Las cuadrillas de galanes, turcos é indios paramentadas con magnificencia à estilo y uso de sus respectivas nacionalidades; la de africanos, en traje y aspecto á más no poder risible, for-



mando gracioso contraste con la gallardia y lucimiento de sus contrarias. Apostadas en los cuatro ángulos de la plaza, enviaban sucesivamente un faraute, seguido de dos caballeros, á rendir pleito homenaje al primer gobernante de la provincia, ante cuyo palco se deteniám, pronunciando una arenga á nombre de sus gentes, en castellano, el galán y el turco, con su habitual chapurreo el africano, y el indio en la lengua de su nación. Las cabalgaduras, en el trayecto, levantaban y asentaban acompasadamente las manos al són de la música. Vuelto cada cual á su campo, desprendia una de las cuadrillas por el costado de la plaza á todo galope un jinete, que, al pasar por delante de la más inmediata de sus contrarias, era perseguido por otro de ésta armado de **boleadoras de naranjas**, con las que se proponia aprisionarlo, arrojandose al cuerpo con maestría. El caballero perseguido, al llegar al puesto que ocupaba la cuadrilla subsiguiente, detenía-se saliendo de ella un tercero, que á sua vez perseguía de igual manera al perseguidor, y así sucessivamente hasta quedar situadas las cuadrillas en **campos diametralmente opuestos á los que tenían al principio**. Salían después á la arena las cuatro cuadrillas, y se entremezclaban simulando una batalla y sorprendiendo á los espectadores embelesados, entre vitores y aplausos, con graciosas, difíciles y variadas evoluciones, ejecutadas ora al trote, ora á escape, ora al tranco del caballo." (Vocabulario rioplatense, Montevideo, 1890, pag. 139 a 141).

"En las antiguas y célebres misiones jesuíticas del Paraná y Uruguay (informa-nos ainda Granada), presentaban otra forma, no menos original, los juegos de cañas".

No Brasil, desde os tempos coloniais, os jogos de canas eram realizados.

Pedro Taques na "Nobiliarquia Paulistana", a êle se refere :

"Nas grandes e magníficas festas de **escaramuças, sertilhas, canas e encontroadas**, que se executaram com liberal despesa em aplauso de ter cantado missa nova o Reverendo Eusébio Barros de Leite, ... levou Inácio Dias da Silva em tôdas as três tardes sempre os **prêmios de louvor** entre os muitos e destros cavaleiros daquela **função**, da qual foi êle o primeiro mantenedor e guia nas **escaramuças**." (Nobiliarquia, pag. 107-107).

Por aí se vê que êsses jogos duravam vários dias.

Ao passo que, no Pampa, as **canas** foram substituídas por "**boleadoras de naranjas**", no

Brasil não há noticia de nenhuma modificação do velho jôgo equestre peninsular.

Enquanto que o **jôgo de canas** está quase obliterado e só no alto sertão há vestígios de "cavalhadas" (Goiaz), a "**caninha verde**", ao contrário, está ainda bem viva na tradição.

Por ventura, há alguma ligação temática entre o **jôgo de canas** (coreografia equestre) e a **caninha verde** (coreografia a pé) ?

Tanto num como noutro, encontramos alguns elementos temáticos que justificam um paralelismo.

Tanto no jôgo equestre como na dança, são **quatro pares** os figurantes essenciais.

Tanto no jôgo equestre como na caninha verde, os **pares se alternam**, collocando-se em situação **diametralmente oposta**.

Êsse alternamento, no jôgo, se faz após a corrida em volta da área, e na dança após os volteios coreográficos.

Teria a "cana verde", inicialmente, se inspirado no folguedo equestre ?

E' difícil responder, mas os pontos de semelhanças permitem uma inferência conjectural nesse sentido.

\* \* \*

A **caninha verde** reinol adaptou-se facilmente no meio rural brasileiro, uma vez que a cultura da cana, tão generalizada em nossas zonas rurais, favoreceu (dada a identificação puramente verbal da "cana verde" com a "cana de açúcar") tôdas as "variantes" locais.

Guardamos assim, em nossas regiões canavieiras, uma tradição minhota, cujo significado europeu perdeu a sua razão de ser no cenário brasileiro. Para o nosso povo, a "cana verde" ou "caninha verde" é sempre uma alusão à cana de açúcar, e à própria cachaça chamam "caninha".

A aclimação dessa dança popular não foi dificultosa em virtude dêsses elementos verbais.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS — Jaime Cortesão, O que o povo canta em Portugal; Augusto C. Pires de Lima, Tradições populares de Santo Tirso (in Revista Lusitana, XVIII), A. Americano do Brasil, Cancioneiro de trovas do Brasil Central; Luciano Gallet, Estudos de folklore; Renato de Almeida, História da música no Brasil; Melo Moraes Filho, Festas e tradições populares do Brasil; Gonçalves Viana, Apostilas aos dicionários portugueses (tomo I); Auto da Paixão, de Francisco Vaz de Guimarães, (edição 1783); Daniel Granada, Vocabulário rioplatense razonado; Pedro Taques, Nobiliarquia Paulistana; Dança e cantares portugueses (coletânea); J. de Sousa Conegundes, Serenata (coletânea).



# SERVICO COMPLETO de Transmissão de Força **LINK-BELT**



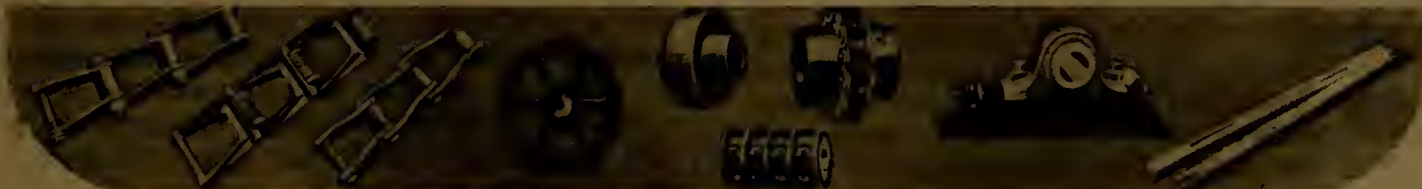
Redutores de velocidade • Reguladores variáveis de velocidade • Transmissão por corrente silenciosa



Chumaceiras de esferas ou rolos • Transmissão por corrente de rolos • Chumaceiras revestidas de babbitt



Anéis de eixo • Suportes corrediços • Caixas de graxa • Pendurais • Polias • Engrenagens • Embreagens



Cadeias • Roda dentadas • Acoplamentos • Placas de fundação • Transmissão de eixo

Os diferentes tipos de máquinas de transmissão de força que aqui se vêem foram *desenhados e fabricados* pela Link-Belt, para funcionar com a máxima eficiência e a maior durabilidade. Essa responsabilidade garante um alto padrão . . . E as recomendações imparciais garantem as aplicações corretas. Permita V.S. que a Link-Belt o ajude a executar os seus projetos para maior eficiência na transmissão de energia em sua fábrica. Escreva-nos diretamente, ou por intermédio de um dos nossos representantes cuja lista se encontra abaixo.

## LINK-BELT COMPANY

Engenheiros—Fabricantes—Exportadores—Estabelecidos em 1875  
233 Broadway, Nova York (7), N.Y., E. U. A. Endereço telegráfico: "LINKBELT"

9467

**FABRICANTES DAS MAIS COMPLETAS  
MÁQUINAS PARA TRANSMISSÃO DE FORÇA**

# LINK-BELT

Representantes:

Cia. Importadora de Máquinas, Rua Visconde Inhauma, 65- 3º., Rio de Janeiro  
Lion & Cia. Ltda., Rua Brigadeiro Tobias 475, São Paulo



## PARA ONDE VAI A FUMAÇA

Ademar Vidal

Nem sempre o engenho tem fumaça clara. O bueiro costuma vomitar fumo escuro, rolos compactos. A fornalha está funcionando mal, queimando lenha ruim, em vista do que se faz necessário, senão urgente, que o mestre procure orientar o grau, segurando-o. Se a fumaça anda preta é por causa da lenha que não é boa. Por outras palavras: a digestão não está se fazendo dentro de regra. Uma providência não deve demorar muito — que venha logo.

E é assim que se procura “endireitar” a fumaça para que sejam evitados vários males. Mas não parece negócio fácil. Na várzea as matas escasseiam, não há madeira em abundância, pelo contrário, existe até muita necessidade. Tanto que sempre foram buscá-la fora, nos lugares conhecidos pela sua riqueza de florestas como, por exemplo, a opulenta região de Camaratuba. De modo que nos engenhos a medida que se apresenta é o aproveitamento imediato de toda e qualquer espécie de lenha. Quase que não se escolhe. Foi lenha, serve para ser queimada. O mesmo que dizer: tudo que vem na rede é peixe. Daí a fornalha não poder funcionar com absoluta regularidade. Quando pega uma carga de madeira de primeira, o fumo fica fino, claro e gracioso; quando queima pau fraco, daquele que dá mais cinza do que braza, a fumaça não pode ser outra, tem que sair em borbotões negros e grossos. A pressão da caldeira não consegue subir muito, estaciona em certo ponto, não podendo ir além, fazendo-se, dêste modo, imprescindível que a fornalha engula mantimentos melhores, mais sólidos e mais ricos de seiva.

Tudo isto influi consideravelmente nos interesses econômicos do senhor (o pessoal dono de engenho passa bem, a barriga cheia, aprecia mesmo gastar com certa liberalidade, porém não pode nem sabe perder coisa nenhuma, tudo representa interesse e daí aquele “consideravelmente”), havendo, porém, uma outra parte que merece fixação, pois que esconde poesia de boa marca. A gente da casa grande não se conforma quando o bueiro está fumando preto. Aquilo se faz preciso modificar o mais depressa possível. Urge que a fumaça vire branca e fina. Há razões suficientes e aceitáveis para que se deseje essa transformação; razões fora do

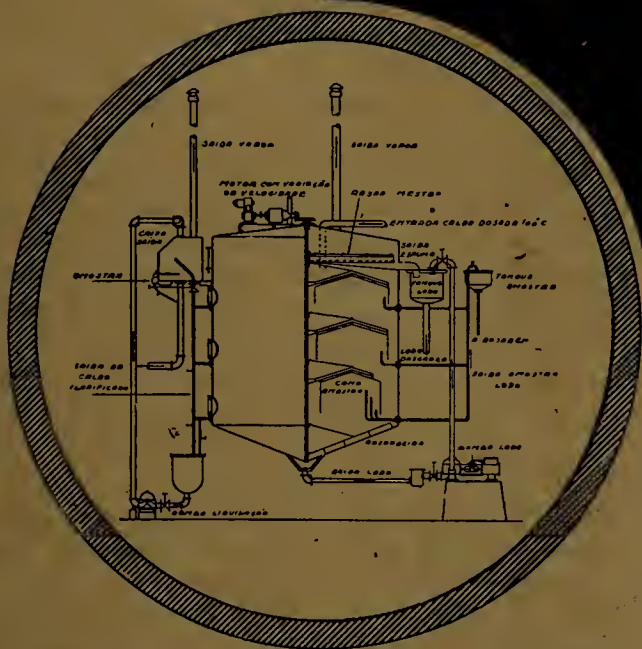
campo econômico e que dizem respeito a lirismo. Uma delas é que quando o bueiro vomita escuro, havendo moça na família do amo, e que esteja em ponto de casamento, arrisque-se a ficar solteira, tia velha para tomar conta dos sobrinhos ou de filhos adotivos; mas se a safra toda fôr de fumaça branca há uma percentagem grande para que um matrimônio ande próximo e realizar-se. Entretanto essa história não parece andar muito na boca do povo. A outra, a que vai exposta adiante, tem maior circulação, revelando-se de um lirismo puro.

Vejam que o Cruzeiro do Sul conta com uma estrêla um tanto apagada, como que mal vestida, talvez a mais pobrezinha das quatro. Antigamente até nem costumava aparecer. Depois é que foi clareando mais e agora está se mostrando saliente, com roupa melhor e mais vistosa. Ainda assim de uma palidez de doente. A causa de seu gradativo aparecimento, foi a fumaça dos engenhos da várzea paraibana. A limpeza processou-se com tamanho cuidado que a estrelinha foi surgindo da escuridão para uma vida melhor — tudo se devendo ao branco ralo do fumo que os bueiros exalam abundantemente sem demonstrações de cansaço. Se êle tem côr preta irá, como já se disse, concorrer para que a estrêla não brilhe muito quando se faz preciso brilhar cada vez mais e intensamente, entrando em fase de alternativas. A preocupação volta-se para que o Cruzeiro do Sul não permaneça defeituoso, apresente-se nítido, sustente as côres, as suas estrêlas cintilem bem, principalmente a mais apagada de todas, aquela que fica do lado da terra, aquela mais baixa e mais triste, recebendo fumaça de todos os engenhos mal dirigidos e que não se incomodam bastante com a sorte da pobrezinha. E' preocupação que vai conseguindo seus fins através dos anos — e a realidade é que hoje o Cruzeiro se apresenta mais composto na sua beleza.

Desde séculos que as fumaças são recolhidas carinhosamente para o polimento da estrêla suja e pálida. Agora ela emerge da noite já sem fazer vergonha às outras companheiras que formam a composição celestial, não tendo sido em vão o trabalho das fornalhas em produzir fumos finos, alvos e que somente as combustões regulares podem determinar.



# FUNDIÇÃO GUANABARA



ACESSÓRIOS HIDRAULICOS  
CLARIFICADOR RONALD  
DISTILARIAS DO ALCOOL  
ESQUENTADORES RAPIDOS  
FUNDIÇÃO DAS MOENDAS  
FACAS PARA CORTADORES  
FORNOS CONTINUOS ROTATIVOS  
GUINDASTES PARA CANA  
MOENDAS COMPLETAS  
TRATAMENTO D'AGUA  
TRIPLES EFEITOS  
VACUOS CONDENSADORES BAROMETRO.  
DISTILARIA DE ALCOOL ANIDRO — usando desidratante nacional.  
TRATAMENTO DO VINHOTO — com grande produção de gás combustível e ótimo adubo.



CONSULTAS - DESENHOS - PROJETOS - CONSTRUÇÕES

**CIA. METALURGICA E CONSTRUTORA S. A.**

## EU VI CACHAÇA SUBSTITUIR BUTANTAN

Sodré Viana

Bem sei que é muito outra a opinião dos doutores. E também já vou aprendendo que, se há máxima fatalmente condenada ao mais melancólico descrédito é aquela que assegura ser a voz do povo a voz de Deus.

Mas não posso extirpar de mim essa raiz jagunça que resiste a todas as capinças da leitura. Senhores, não tenho o direito de duvidar de certas virtudes curativas da cachaça!

Já vejo, senhor médico, o seu sorriso de imensa piedade. Todavia, se o senhor conhecesse o velho Sulampa provavelmente não encontraria na sua alma êsse pretensioso sarcasmo com que está recebendo a minha confissão de matuto.

Quero apresentar-lhe o velho Sulampa, senhor doutor.

\* \* \*

Conheci-o na fazenda Vila Isabel, no sertão da Bahia, a poucas leguas da fronteira do Piauí. E devo tal importante conhecimento a uma minúscula, vibrátil, feminina jararacabo-branco. Essa cobrinha, de pouco mais de um palmo de adulto, sobrara de uma queimada no roçado de algodão de meu tio, o coronel Antônio Honorato de Castro, ou, o que é mais crível, a êle chegara depois que as chamas tinham consumado o trabalho dos arados inexistentes — o que empresta à gleba uma fecundidade de mocó, mas a exaure com uma violência de paixão.

Camuflada nas cinzas das coivaras extintas — camuflagem é arte que os homens aprenderam com os bichos, senhor doutor — a jararaca aproveitou o primeiro calcanhar descalço que lhe passou ao alcance do batim, e injetou na carne desprotegida o **blitzkríguico** veneno botrópico.

Fôsse o calcanhar o de um trabalhador qualquer, e o episódio se teria resolvido com rezas. Resolvido, sim, porque por lá a morte é também uma solução. Mas era o calcanhar do Zé Felix, cria de estimação do fazendeiro e seu pagem de confiança no remexer e extrair lucros dos tremendos latifúndios.

Tornou-se assim indispensável a vinda do velho Sulampa, a maior autoridade regional em cura de mordidos de cobra. Um positivo

partiu a tôda brida, estrompando um cavalo possante especialmente escolhido para a diligência. Entretanto, mal a poeira vermelha da boca da estrada tornou ao chão de onde se erguera, começaram os efeitos da peçonha inoculada. O doente, prostrado, arquejava e gemia, uma espuma rósea aflorando-lhe aos lábios entre-abertos. E entre as mulheres que rodeavam a esteira algumas já juravam que o pobrezinho estava suando sangue, que nem o Cristo da Verônica.

O sol ficou a pino, as ansiedades cresceram, creşceu o domínio do veneno sôbre o organismo do rapaz. E nada de Sulampa. Lá para as tantas, porém, um magote de bodes amalhado no alto do morro levantou-se de chôfre, orelhas em pé, e ganhou aos pinchos o tezo da caatinga. Um moleque, interpretando o fato, berrou a boa nova:

— Lá vem o véio Sulampa!

\* \* \*

O velho Sulampa foi apeando do burro suado e pedindo desculpas pela demora. Custara tanto porque — e isso, com os diabos! era coisa que não se dava com êle havia um despotismo de anos! — vira-se, de repente, sem cachaça. De modo que tivera de fazer um rodeio, passar pela casa do Sulino para comprar dois litros. E onde estava o Zé Felix, coitado? Alí, naquela camarinha, e bem ruimzinho...

Então o estranho doutor ergueu para o céu sem nuvem um olhar de fé. Apertou nas palmas fortes as duas garrafas — como se apertasse duas irmãs do Santo Graal... E proferiu, numa voz trêmula de oráculo:

— Com a ajuda de Nossinhô e da Cachaça, nunca perdi mordido!

Caminhou a passos normais. Para êle não havia pressa. A morte, naquele páreo dilacerante, não passava de um pangaré irremediavelmente destinado a fechar a raia. Era esta a sua convicção. Mandou que os circunstantes se afastassem da esteira, fitou no moribundo uns olhos entendidos, depois desarrolhou com solenidade o primeiro litro.

— Nas hora de Deus, amen! — murmurou.



E meteu, quase à força, por entre os queixos travados do enfermo, o gargalo de vidro. Zé Felix estrebuchou, tossiu uma tosse gossenta e rouca. Num espasmo do estômago, expeliu as primeiras goladas da bebida, que escorreu pela palhinha do carnaúba, estravazou para o chão de barro batido, nele foi se embecendo laboriosamente, reduzindo-se afinal a uma vasta mancha negra.

— Já se buliu... Está salvo, Jesus querendo! — declarou o curandeiro, olhando para trás, por cima do ombro ossudo que um rasgão da camisa deixava nu.

\* \* \*

Não quero encompridar inutilmente esta narração. Vamos reduzir todo o resto a umas poucas constatações. Zé Felix enguliu, no espaço de quinze ou vinte minutos, dois litros de aguardente. Vomitou como um olho d'água. E começou a falar coisas desconexas, a língua pesando, as pálpebras semicerradas. Depois dormiu... Acordou... Dormiu... E entre cada sono e cada despertar foi se recuperando. Se os senhores passarem algum dia pela Vila Isabel, lá o encontrarão, já homem feito, provavelmente pai de filhos, mostrando a todo mundo a cicatriz da dentada.

\* \* \*

Limito-me a narrar. Fujo ao perigo de explicar, tarefa que deixo aos entendidos em todos os assuntos, que se já eram muitos neste país, agora fervilham aos milhares, cada qual sobraçando o último número de alguma dessas enciclopédias brochadas que se encontram nas bancas dos jornaleiros...

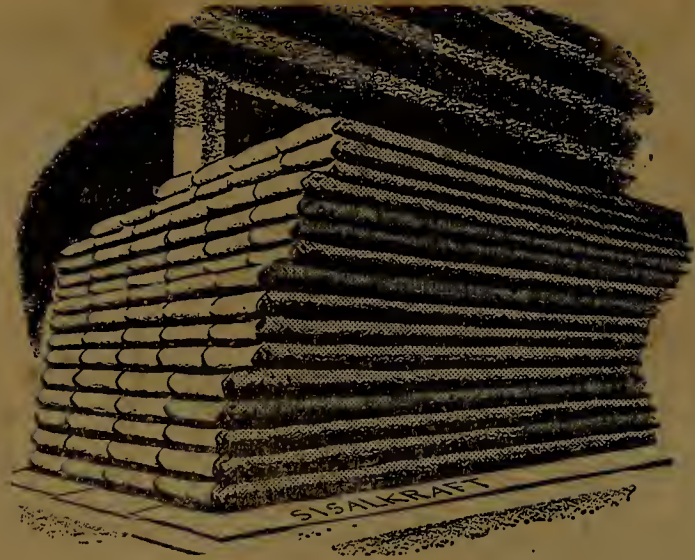
---

#### COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES DE SERGIPE LIMITADA

Foi fundada em Aracajú, consoante telegrama recebido pelo presidente do I.A.A. a Cooperativa Mista dos Produtores de Açúcar de Sergipe Limitada, sendo aclamados os Srs. Gonçalo Rolemberg Prado, Paulo Amado, Afonso Melo Prado, Pascoal Sousa Ávila e Manuel Antônio Mendonça para Membros do Conselho Administrativo.

Naquele Estado já existe a Cooperativa dos Usineiros de Sergipe, com a qual o Instituto mantém relações, desde a fundação da mesma.

BRASIL, AÇUCAREIRO

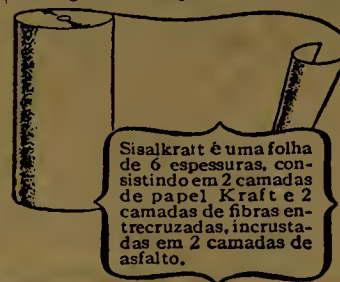


## Valha-se do SISALKRAFT para minorar as perdas de peso e por deterioração

O açúcar é um produto de inestimável valor nestes dias, tanto como alimento como na química de guerra. Por isso, é mais importante que nunca evitar a deterioração e a perda de peso por motivo da umidade.

Os armazenistas compreendem o caso e muitos deles se têm valido do método Sisalkraft de proteção contra a umidade. Em poucas palavras, eis o processo seguido, quer se trate de pavimentos de cimento ou de madeira. Cubra o pavimento do armazem com papel SISALKRAFT e amontoe sobre essa camada os sacos, na forma de costume. (Entre o SISALKRAFT e os sacos não é preciso usar nenhuma proteção). Sendo muito forte e à prova de água, o SISALKRAFT impede em absoluto a passagem de umidade através do pavimento e, conseqüentemente, a deterioração do açúcar ensacado. Em casos de extrema umidade, é também conveniente cobrir completamente os montões de sacos, para evitar que a umidade os atinja por cima ou dos lados.

Peça-nos hoje mesmo informações completas.



Sisalkraft é uma folha de 6 espessuras, consistindo em 2 camadas de papel Kraft e 2 camadas de fibras entrecruzadas, incrustadas em 2 camadas de asfalto.

*Sisalkraft tomou o seu lugar no esforço de guerra das Nações Unidas, e talvez não seja obtido em toda ocasião. Isto se deve às dificuldades de transporte, etc.; mas estamos fazendo os maiores esforços para manter seu país devidamente abastecido.*

**THE SISALKRAFT CO.**  
205 WEST WACKER DRIVE · CHICAGO, E. U. A.  
LONDRES, INGLATERRA · SYDNEY, AUSTRALIA

Distribuidor: CASA HILPERT S. A.  
Rua General Câmara, 117 — Rio de Janeiro

# A CURVA DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA MARANHENSE

Jerônimo de Viveiros

## III

O decênio de 1875 a 1885 foi o período áureo da indústria açucareira do Maranhão.

Fazia anos que a sua produção tinha ultrapassado a meio milhão de sacos. Produzia-se para o consumo da província, abastecia-se Pará e Ceará, e exportava-se o excedente para a Inglaterra. Em 1882, só uma firma comercial, Almeida Junior & Cia., mandara para o estrangeiro quantidade superior a cem mil sacos. O açúcar sobrepunha o algodão, até então o principal produto.

Os promotores dessa riqueza formavam uma classe prestigiosa, que tinha o seu órgão no "O Jornal da Lavoura", dirigido por Teófilo Leal, Coqueiro e outros.

Nesse período, não se cogitaria mais do aumento da produção, que se sabia em progresso crescente. Nele seriam outras as aspirações da classe: instalações mais modernas e novos métodos de trabalho em **engenhos centrais**. O velho engenho a vapor não satisfazia mais ao lavrador maranhense.

Um invejável talento, servido por vasta e esmerada cultura científica, João Antônio Coqueiro, chefou essa nova cruzada.

E' de 1876, o seu primeiro artigo sobre os engenhos centrais, publicado no "O País", jornal proficientemente dirigido por Temístocles Aranha.

A exposição do doutor Coqueiro é digna de transcrição neste escôrço histórico do açúcar maranhense, visto como foi o primeiro passo para a fundação do maior estabelecimento agrícola da província, e, na época, quiçá do país.

Ouçamo-la, pois.

"Entende-se por engenho central a empresa que separando os dois ramos industriais da fabricação do açúcar — **lavoura e fabrico** — deixando somente aos lavradores o fornecimento da cana, e reservando para si a manipulação desta por meio de aparelhos aperfeiçoados e poderosos, permite interessar nela grande número de capitalista e lavradores, aquinhoando êstes com o dôbro dos respectivos rendimentos brutos, sem as des-

pesas do próprio fabrico, que lhes absorviam todos — e àqueles dividendos certos e seguros, que até hoje têm variado de 16 a 48%, segundo as localidades."

"Estudemos em primeiro lugar os dados teóricos, obtidos por químicos notáveis, que se hão ocupado com esta matéria — entremos com êles no domínio da prática, estabeleçamos as diferentes comparações e deduzamos as necessárias consequências.

Teoricamente :

100 quilos de cana dão 90 de caldo ou garapa e 100 quilos de garapa dão 20 de açúcar,

$$\text{logo } 100 \text{ quilos de cana contêm } \frac{90 \times 20}{100} = 18$$

quilos de açúcar. Como uma carrada de canas pesa em média 70 arrobas ou 1.000 quilos, segue-se que ela tem  $18 \times 10 = 180$  quilos de açúcar branco, que equivalem a 180

$$180 + \frac{180}{2} = 270 \text{ quilos de açúcar bruto.}$$

Praticamente :

Nos nossos engenhos de cana a vapor, não podemos extrair de 100 quilos de canas mais do que 50 quilos de garapa e de 100 quilos de garapa de 6,80 quilos de açúcar, de sorte que

$$\text{de } 100 \text{ quilos de canas só tiramos } \frac{6,80 \times 50}{100} =$$

= 3,40 de açúcar, e consequentemente de uma carrada (1.000 quilos) não conseguimos mais do que 34 de açúcar branco ou sejam 34

$$34 + \frac{34}{2} = 51 \text{ quilos de açúcar bruto.}$$

Êste é, realmente, o **rendimento médio** do açúcar no comum dos engenhos da província, e alguns há que não o alcançam.

"Comparando agora o rendimento teórico (180 quilos de açúcar branco) de uma carrada de canas com o dos engenhos (34 quilos de açúcar branco), vê-se que com o processo, que adotamos, apenas conseguimos extrair



menos da quarta parte do açúcar que contém a cana, perdendo-se portanto mais de três quartos, que ficam no bagaço mal esmagado, nas escumas em consequência de imperfeitas defecações, e no melaço, que se desprende do açúcar nas nossas casas de purgar”.

“Eis o nosso fabrico — e é o caso de dizer-se que somos antes **destruidores** do que **produtores**: para com muito custo obtermos de uma carrada de canas 34 quilos de açúcar desperdiçamos 146 ! !”

“Vejam agora o que se passa em um engenho central: Nesses estabelecimentos 100 quilos de canas dão 70 a 80 de caldo, e 100 de caldo de 12,5 a 13 quilos de açúcar; de sorte que 100 quilos de canas poderão dar de

$$\frac{100}{100} = 9,11 \text{ a } \frac{12,5 \times 80}{100} = 10 \text{ quilos de}$$

açúcar branco. Por conseguinte uma carrada de canas de 1.000 quilos dará  $10 \times 9 = 90$  quilos de açúcar branco.

Tomando o mínimo — 90 quilos de açúcar para os engenhos centrais e aproximando os números análogos em outros sistemas, temos para 1.000 quilos de canas :

quimicamente	—	180	quilos de açúcar
engenhos centrais	—	90	” ” ”
engenhos	—	34	” ” ”

“Donde se conclui que o rendimento de 90 quilos de um engenho central é a metade do teórico e quase o triplo do ordinário dos nossos engenhos de açúcar”.

“Não é tanto no aumento do rendimento que se resumem as vantagens dos engenhos centrais”.

“Esta circunstância só por si já muito os recomenda, mas o que sobremaneira os encarece é a superior qualidade do açúcar produzido, e a importância que atinge a produção com despesas relativamente pequenas”.

Depois de corroborar a sua opinião com extratos do jornal inglês **Super Cane** e de Mr. Dureau, assim termina o doutor Coqueiro a sua explanação :

“Das citações que vimos de fazer, se depreende que não exageramos uma linha em tudo quanto avançamos acêrca dos dados, que se tornam necessários para o desenvolvimento entre nós desta importantíssima indústria, que reunindo tôdas as condições prescritas pela ciência, como sejam divisão de trabalho, de responsabilidade e associação de capitais, é a solução racional, única e positi-

va do grave problema da lavoura da província”.

“E tendo-se em vista que os lucros de semelhantes usinas estão numa razão muito superior a dos capitais nelas empregados, e a prova aí temos no engenho de **Arboussier** acima citado, não deve haver receio. Devemos, pois, montá-los com o maior capital possível — nunca inferior a 500 contos de réis cada um”.

“Com o capital de 600 contos (inclusive 100 contos para as despesas do 1.º ano), pode-se estabelecer um engenho capaz de moer 30 mil carradas de cana de 1.000 quilos cada uma e produzir — admitindo-se o rendimento de 10% — 3.000.000 de quilos de açúcar de diversas cristalizações”.

“E não se julgue exagerado o rendimento de 10% para as nossas canas, porque se sabe que em terras, como as do Pindaré, tem-se chegado a extrair com os nossos imperfeitos aparelhos 11% de açúcar do pêsco delas e mesmo 12, o que se justifica, visto como a garapa marca nessas ocasiões de 13 a 14 graus Baumé !”

“Aceita esta base, eis o resumo do orçamento para um engenho central :

#### Receita :

Importância de 3.000.000 de kg de açúcar a 200 réis.....	600:000\$000
Idem 10% de aguardente. ....	60:000\$000
	<hr/>
	660:000\$000

#### Despesa :

Compra de canas e despesas do fabrico. . . . .	395:000\$000
Ordenados a empregados. ....	40:000\$000
Eventuais. . . . .	12:000\$000
Seguro. . . . .	6:000\$000
Amortização. . . . .	60:000\$000
	<hr/>
	513:000\$000

Lucro líquido. . . . . 147:000\$000

que corresponde a um juro de 24,5% sôbre o capital de 600:000\$000”.

Para logo, a idéia de João Antônio Coqueiro teve adeptos e entusiastas, e dois dentre êles, Martinus Hoyer e José Moreira da Silva, que eram capitalistas de larga projeção na província, apresentaram-se como in-

corporadores de uma companhia, cujo objetivo seria o de instalar um engenho central e explorá-lo.

No artigo de apresentação, escreveram os dois ilustrados comerciantes esta grande verdade: "A província do Maranhão não pode deixar de ser agrícola; ou a agricultura ou nada, ou a vida com ela ou a morte com ela".

"O País", o jornal de maior circulação, exaltava as vantagens da empresa projetada, afirmando com a responsabilidade do seu redator-chefe — Temístocles Aranha, que era um grande nome na província: "Para tirar esta província do estado em que se acha, para salvar o Maranhão, só vemos dois meios — a oferta de capitais, a juro módico e prazos longos, e a introdução de grandes melhoramentos na lavoura".

Assim, a idéia foi ganhando corpo, foi-se tornando realidade.

Mais eis que surge uma dificuldade: onde encontrar lavradores que deixassem seus engenhos para fornecer canas ao engenho central?

Removeu-a o doutor Coqueiro com os seus cunhados, como se verifica da carta abaixo, por eles dirigida a Martinus Hoyer:

"Tendo em vista as vantagens, que proporcionam os Engenhos Centrais aos respectivos fornecedores de canas, vimos na qualidade de lavradores oferecer os nossos serviços à empresa que V. S.<sup>a</sup> tenta criar nesta província, ratificando por esta forma com as nossas assinaturas o que já uma vez tivemos ocasião de dizer-lhe, isto é: que estamos resolvidos a abandonar os nossos engenhos, sacrificando assim um capital de cerca de duzentos contos de réis, e ir estabelecer-nos de novo e à nossa custa nas terras circunvizinhas à usina, sob as seguintes condições: 1.<sup>o</sup> — que seja o Engenho Central levantado no vale do Pindaré; 2.<sup>o</sup> — os nossos contratos firmados de acôrdo com as bases, que junto lhe remetemos".

Se V. S.<sup>a</sup> entender que oferecemos à companhia, que pretende incorporar para levar a efeito tão gigantesca idéia, a garantia precisa, pode dar à presente carta a necessária publicidade." Assinavam-na João A. Coqueiro, José Francisco de Viveiros e Jerônimo José de Viveiros.

Em 13 de setembro de 1876, Martinus publicava esta carta, afastando assim os temores dos capitalistas.

No escritório de Martinus & Ribeiro abriu-

se a subscrição dos títulos — (6.000) — da empresa, que recebeu o nome de "Companhia Progresso Agrícola".

Mas não demoraria a aparecer novo estôvo à marcha da companhia. Foi quando se tratou de localizar a fábrica. O engenheiro da fábrica francesa Cail & Cia. — Mr. A. Dolabaratz, havia recomendado a Coqueiro dois pontos primordiais:

- 1.<sup>o</sup> — que a fábrica ficasse próximo ao porto de embarque dos seus produtos;
- 2.<sup>o</sup> — que se não afastasse dos campos de cultura.

Com a primeira recomendação, visava o técnico francês um embarque fácil e pronto dos produtos, com a segunda, evitar uma linha férrea, o que, na sua opinião, viria sobrecarregar a empresa de um dispendio de 50.000 francos por quilômetros de linha férrea.

A preferência dos dirigentes da "Progresso Agrícola" pelas terras da antiga colônia São Pedro, à margem do rio Pindaré, as quais não satisfaziam aquelas condições, deu lugar a que João Antônio Coqueiro e seus cunhados se retirassem da empresa. Outros lavradores, porém, assumiram o compromisso do fornecimento das 30 mil toneladas de canas ao engenho: Ladislau da Silva Aranha, Cândido Ribeiro, Pedro Nunes Leal, além de outros.

Por 28.000 esterlinas foram encomendados aos fabricantes Fawcett, Preston & Cia., de Liverpool, os maquinismos, que foram montados sob a direção do engenheiro inglês Roberto Collard. Em 16 de agosto de 1884, inaugurou-se a fábrica, que ficou por 594 contos. O custo da via-férrea elevava-se a 240 contos. Total 834:000\$000. Sobre este total a via-férrea pesava com 28%. Dolabaratz e Coqueiro tinham razão. Todavia, a lavoura maranhense realizara um dos seus ideais: estava provida de um engenho central. E o que teve era magnífico em eficiência e acabamento. Desde a sua iluminação elétrica — coisa que a capital da província ainda não possuía — até a sua oficina mecânica, donde saíram excelentes profissionais, tudo no São Pedro era perfeito e completo.

Não ficou só nesta realização o esforço da lavoura maranhense no decênio áureo de sua vida.

João Antônio Coqueiro transforma o seu



engenho numa miniatura do São Pedro. Ao fabricante inglês prefere o francês.

Five-Lille dota-lhe o estabelecimento com turbinas, esteiras, balança, gabinete de análise, etc.

O notável engenheiro compromete o patrimônio de sua família, porém, o Maranhão contou a sua segunda usina.

Poucos anos depois, José Castelo Branco da Cruz segue-lhe as pegadas, fundando a usina "Engenho d'Água", no município de Caxias.

Alexandre Teófilo de Carvalho Leal também reforma o seu engenho, cujo nome — **Pixanuçu** propusera Gonçalves Dias ao seu amigo fôsse substituído pelo de **Canduba**, designação da cana na língua indígena.

Reformava-se, embora lentamente, a maquinaria dos velhos engenhos.

Faltava agora a dos métodos empregados nos campos de lavoura. Tentou-a, por essa

mesma época, numa demonstração de inteligência e de energia, Joaquim Antônio Viana, fazendo a irrigação de sua lavoura por meio de uma admirável rede de canais. Reconhecera êle o valor da irrigação para a cultura dos campos, quando andou em estudos pela Holanda. De regresso à província natal, implantou-a no Pindaíba, propriedade que possuía no vale de Pericumán. Não lhe custara pouco o arrôjo, que, desviando cursos de rios e rasgando paus, perdera dezenas de escravos e, afinal, a própria saúde.

Com iniciativas e realizações da natureza das acima referidas, é bem de ver quanto era brilhante a ascensão da vertical do diagrama da indústria açucareira maranhense. Parou essa ascensão em 1885. Mas parou numa apoteose, que outra coisa não foi senão isso a esplêndida exposição, que o Maranhão realizou, naquele ano, dos seus dois principais produtos: açúcar e algodão.

## MITEC

MICROTECNICA LTDA.

SÃO PAULO — RUA ROMA, 383

CAIXA 4503. Tel. 5-0173

LUBRIFICADOR AUTOMÁTICO "MITEC"



Os lubrificadores "MITEC" são equivalentes aos das melhores marcas até agora importadas. Fornecemos os aparelhos em diversos tamanhos, de 1 até 6 ramais.

**VANTAGENS :**

Lubrificação independente  
Lubrificação forçada  
Regulação independente  
Economia.

**ACIONAMENTO:** com polia ou a catraca

# PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, CONSUMO E ESTOQUES (AÇÚCAR)

1941/42 — 1943/44

POSIÇÃO EM 29 DE FEVEREIRO

Unidade: saco de 60 quilos

PERÍODO	Estoque inicial	Produção	Importação	Exportação	Transformado em álcool	Consumo	Estoque final
<b>TODOS OS TIPOS (USINAS E ENGENHOS)</b>							
Fevereiro de 1944	4.962.661	1.744.403	—	199.000	—	1.964.961	4.543.103
Fevereiro de 1943	5.248.899	1.571.527	—	90.000	—	1.566.631	5.163.795
Fevereiro de 1942	5.906.581	1.646.214	—	199.113	—	1.904.918	5.448.764
<b>JUNHO/FEVEREIRO</b>							
1943/44	3.651.464	19.374.377	—	499.600	38.554	17.944.584	4.543.103
1942/43	2.538.324	19.769.234	—	327.741	37.669	16.778.353	5.163.795
1941/42	3.036.451	19.868.123	—	565.696	—	16.890.114	5.448.764
<b>TIPOS DE USINA</b>							
Fevereiro de 1944	4.655.563	1.338.003	—	199.000	—	1.534.930	4.269.636
Fevereiro de 1943	5.020.062	1.089.627	—	90.000	—	1.110.021	4.909.668
Fevereiro de 1942	5.675.974	1.043.840	—	199.113	—	1.343.219	5.177.482
<b>JUNHO/FEVEREIRO</b>							
1943/44	3.408.514	13.215.077	—	499.600	38.554	11.825.801	4.259.636
1942/43	2.381.046	13.444.234	—	327.741	37.669	10.550.202	4.909.668
1941/42	2.839.268	13.251.465	—	561.996	—	10.351.255	5.177.482



# PRODUÇÃO TOTAL DE AÇÚCAR

(Usinas e Engenhos)  
**MOVIMENTO DA SAFRA DE 1943/44**  
 (POSIÇÃO EM 29 DE FEVEREIRO DE 1944)

ESTADOS	A C Ú C A R				Á L C O O L (Litros)
	Produção Autorizada	Estimativa	Total das Usinas	Total das Usinas e Engenhos	
Acre . . . . .	8.985	12.000	—	11.000	—
Amazonas . . . . .	5.699	7.000	—	6.300	—
Pará . . . . .	27.126	65.000	2.750	52.750	6.308
Maranhão . . . . .	48.670	90.000	6.499	86.499	—
Piauí . . . . .	96.849	62.500	1.500	61.500	—
Ceará . . . . .	384.738	767.000	16.325	766.325	65.900
Rio Grande do Norte . . . . .	164.778	200.000	54.499	159.499	16.640
Paraíba . . . . .	594.592	720.000	430.064	740.064	843.950
Pernambuco . . . . .	6.522.969	5.800.000	4.316.989	4.776.989	25.964.245
Alagoas . . . . .	2.332.982	1.850.000	1.299.491	1.579.491	4.942.304
Sergipe . . . . .	968.779	835.000	666.228	695.228	718.367
Bahia . . . . .	1.102.167	1.500.000	636.087	1.166.087	383.510
Espírito Santo . . . . .	86.292	220.000	35.168	195.168	81.717
Rio de Janeiro . . . . .	2.745.070	2.900.000	2.303.306	2.483.306	17.828.249
Distrito Federal . . . . .	—	—	—	—	—
São Paulo . . . . .	2.807.852	3.600.000	2.958.030	3.358.030	37.296.288
Paraná . . . . .	3.230	20.000	—	20.000	—
Santa Catarina . . . . .	419.427	465.000	39.779	439.779	260.580
Rio Grande do Sul . . . . .	24.805	70.000	—	70.000	—
Minas Gerais . . . . .	2.747.655	3.100.000	418.051	2.518.051	3.813.708
Goiás . . . . .	176.577	150.000	—	150.000	—
Mato Grosso . . . . .	41.318	38.000	30.311	38.311	219.742
<b>TOTAIS</b> . . . . .	<b>21.310.560</b>	<b>22.471.500</b>	<b>13.215.077</b>	<b>19.374.377</b>	<b>92.441.508</b>

# ESTOQUE DE AÇÚCAR

DISCRIMINAÇÃO POR TIPO E LOCALIDADE — 1944

POSIÇÃO EM 29 DE FEVEREIRO

Unidade: saco de 60 quilos

ESTADOS	Granfina	Cristal	Demerara	Somenos	Mascavo	Bruto	TOTAL	RESUMO POR LOCALIDADE			Nas Usinas	Nas Dist. de I. A. A.
								P R A Ç A		Interior		
								Capitais				
Rio G. do Norte . . . . .	—	16.710	—	—	—	2.154	18.864	8.784	—	10.080	—	—
Paraíba . . . . .	—	206.455	—	—	—	6.656	213.111	133.195	41.262	38.654	—	—
Pernambuco . . . . .	169.702	1.779.112	4.328	—	6.006	206.276	2.165.424	1.871.301	200.000	94.123	—	—
Alagoas . . . . .	31.859	258.302	178.199	—	—	66.081	534.441	438.003	—	96.438	—	—
Sergipe . . . . .	—	538.066	13.165	—	13.115	—	564.346	381.647	107.788	74.911	—	—
Bahia . . . . .	—	179.971	—	—	—	50	180.021	96.208	—	83.813	—	—
Rio de Janeiro . . . . .	—	342.061	30.721	—	—	—	372.782	31.613	—	341.169	—	—
D. Federal . . . . .	—	24.965	—	—	—	2.250	27.215	27.215	—	—	—	—
São Paulo . . . . .	—	393.444	30.071	4.087	—	—	427.602	42.348	8.000	377.254	—	—
Minas Gerais . . . . .	—	28.068	628	—	1.229	—	29.925	11.332	—	18.593	—	—
Demais Estados . . . . .	—	9.372	—	—	—	—	9.372	—	—	9.372	—	—
<b>BRASIL . . . . .</b>	<b>201.561</b>	<b>3.776.526</b>	<b>257.112</b>	<b>4.087</b>	<b>20.350</b>	<b>284.467</b>	<b>4.543.103</b>	<b>3.041.646</b>	<b>357.050</b>	<b>1.144.407</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

# ESTOQUE DE AÇÚCAR

1942 - 1944

POSIÇÃO EM 29 DE FEVEREIRO

Unidade: saco de 60 quilos

ESTADOS	TODOS OS TIPOS				TIPOS DE USINA			
	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1944
	Rio Grande do Norte . . . . .	4.250	13.931	18.864	4.250	13.931	16.710	4.250
Paraíba . . . . .	142.707	71.460	213.111	138.836	69.583	206.455	138.836	206.455
Pernambuco . . . . .	2.353.073	2.503.755	2.165.424	2.214.507	2.337.814	1.959.148	2.214.507	1.959.148
Alagoas . . . . .	414.858	628.970	534.441	319.643	560.330	468.360	319.643	468.360
Sergipe . . . . .	401.907	539.522	564.346	401.907	539.522	564.346	401.907	564.346
Bahia . . . . .	215.727	250.746	180.021	215.340	250.746	179.971	215.340	179.971
Rio de Janeiro . . . . .	853.519	424.690	372.782	858.519	424.690	372.782	858.519	372.782
D. Federal . . . . .	43.772	42.908	27.215	35.414	41.987	24.965	35.414	24.965
São Paulo . . . . .	812.289	543.552	427.602	787.404	527.804	427.602	787.404	427.602
Minas Gerais . . . . .	178.083	116.775	29.925	178.083	116.775	29.925	178.083	29.925
Demais Estados . . . . .	23.579	26.486	9.372	23.579	26.486	9.372	23.579	9.372
<b>BRASIL . . . . .</b>	<b>5.448.764</b>	<b>5.163.795</b>	<b>4.543.103</b>	<b>5.177.482</b>	<b>4.909.668</b>	<b>4.259.636</b>	<b>4.909.668</b>	<b>4.259.636</b>



# COTAÇÃO DE AÇÚCAR

(POR SACO DE 60 QUILOS)

1942 - 1944

Valor em Cruzeiros

FEVEREIRO

## 1. TIPO DE USINAS

P R A Ç A S	C R I S T A L												D E M E R A R A					
	MAXIMA			MINIMA			MEDIA			MAXIMA			MINIMA			MEDIA		
	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944
João Pessoa . . . . .	65,0	73,0	82,0	60,0	73,0	82,0	60,2	73,0	82,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Recife . . . . .	60,0	70,0	82,0	59,0	68,0	82,0	59,5	68,8	82,0	41,2	—	—	41,2	—	—	—	—	—
Maceió . . . . .	54,0	67,6	79,0	54,0	67,6	79,0	54,0	67,6	79,0	48,0	—	—	46,0	—	—	—	—	—
Aracajú . . . . .	60,0	67,0	82,6	49,0	65,0	82,6	51,1	66,0	82,6	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Salvador . . . . .	60,0	68,6	82,6	60,0	68,6	82,6	60,0	68,6	82,6	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Campos . . . . .	65,0	86,0	89,0	59,0	81,0	88,0	63,4	83,6	88,5	—	—	—	—	—	—	—	—	—
D. Federal . . . . .	70,0	70,0	70,0	65,0	67,0	68,0	67,5	68,5	69,0	60,0	—	—	—	—	—	—	—	—
São Paulo . . . . .	74,0	93,0	N/	71,0	93,0	N/	72,0	93,0	N/	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Belo Horizonte . . . . .	72,0	96,6	120,0	72,0	96,6	120,0	72,0	96,6	120,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—

## 2. TIPO DE ENGENHO

P R A Ç A S	B R U T O											
	MAXIMA			MEDIA			MINIMA					
	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944			
João Pessoa . . . . .	45,0	68,0	69,0	35,0	58,0	69,0	42,7	58,8	69,0			
Recife . . . . .	27,2	66,4	79,0	26,0	48,0	77,0	26,6	63,8	78,0			
Maceió . . . . .	24,0	—	—	18,0	—	—	21,0	—	—			
Aracajú . . . . .	39,5	39,5	78,6	18,0	39,5	78,6	21,9	39,5	78,6			
Salvador . . . . .	32,0	50,0	50,0	30,0	50,0	50,0	31,7	50,0	50,0			
Campos . . . . .	43,0	—	—	41,0	—	—	41,7	—	—			
D. Federal . . . . .	54,0	54,0	54,0	44,0	52,0	52,0	49,0	53,0	53,0			
São Paulo . . . . .	55,0	N/	N/	52,0	N/	N/	53,0	N/	N/			
B. Horizonte . . . . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—			

ANTONIO GUIA DE CERQUEIRA  
Chefe da Seção de Estatística

# A HABITAÇÃO NAS ZONAS CANAVIEIRAS DO BRASIL

Vasconcelos Torres

## I

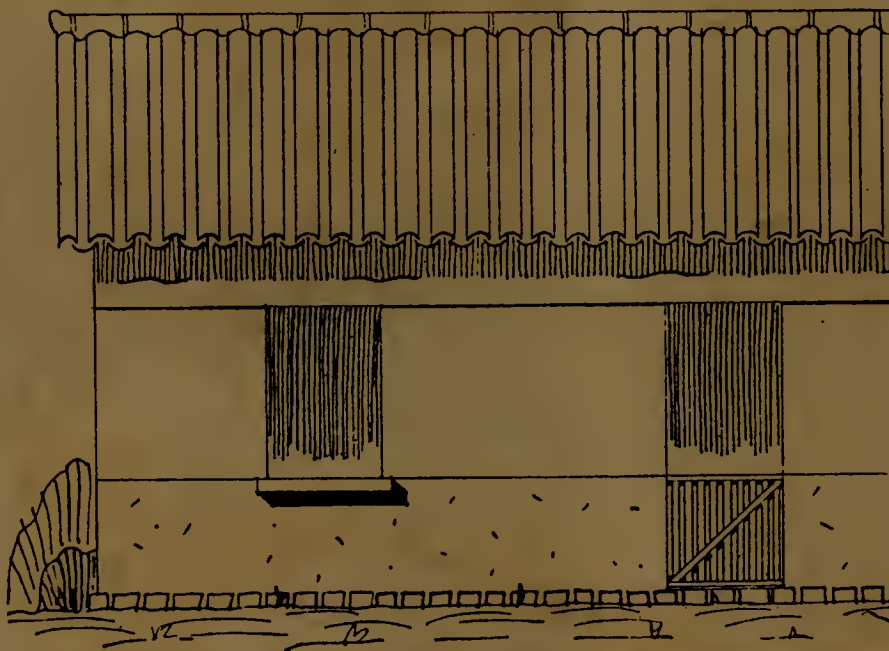
A casa sempre foi um complemento indispensável à vida do homem. A necessidade de abrigo e de alimentação determinam o trabalho, que outra coisa não é senão o meio pelo qual o indivíduo assegura a sua subsistência e o seu lar. A casa, porém, não possui a finalidade única de abrigar o homem ou de pô-lo a salvo do ataque de animais ferozes. A casa é, na verdade, a modeladora do caráter. Assim, a promiscuidade nos dormitórios gera uma situação pouco aconselhável. Crianças que dormem nos mesmos compartimentos dos pais recebem, forçosamente, uma educação inadequada. É na casa que a criança forma a sua mentalidade e tem a sua primeira escola.

O jus regaleão estabelecia que todo homem tinha direito a um pedaço de terra para construir sua casa. Nos dias de hoje, a terra existe, mas, na maioria das vezes, o homem não pode construir a sua casa, falta que é de recursos monetários. A impossibilidade do financiamento da construção de uma casa é um dos ângulos do problema da habitação.

A casa influi na vida do indivíduo e, de certo modo, reflete o grau de prosperidade de um país. Se uma nação tem boas casas para o seu povo, não pode deixar de ser adiantada. As habitações africanas traduzem a civilização do continente negro.

A habitação é um dos importantes aspectos do padrão de vida. Carl Taylor diz que ela tem sido, provavelmente, o ponto mais fraco no padrão de vida material rural. Varia de acordo com as regiões, mas em todos os países americanos é deficiente. "Até certo ponto, escreve o Prof. Delgado de Carvalho (1), a casa pode ser considerada como um

produto do solo ambiente, pois é no meio físico que são encontrados os materiais que servem à sua construção: barro, pedra ou madeira; sapé, telhas ou ardósias. O clima também é fator que influi, exigindo certas disposições da casa como refúgio e proteção. Por fim, os recursos vegetais da região ditam a forma e a estrutura da casa como



Fachada de um tipo de casa para trabalhador canavieiro (S. Paulo)

centro de ocupações, segundo o gênero da atividade dos que nela habitam". A habitação, segundo Krebs, é condicionada por três fatores: o físico, o econômico e o cultural.

As condições dos alojamentos dos trabalhadores na América do Sul são impróprias e desconfortáveis. O mesmo se verifica, em menor escala, em países que têm um bom índice de vida. Um inquérito realizado em 1937, no Domínio do Canadá, sobre 1.376 habitações operárias em Montreal e Verdun, apurou que 30% das habitações não eram adequadas (2). Nos Estados Unidos (3), um interessante estudo sobre oito milhões de habitações urbanas e grupos de habitações, re-



vela que em 15 a 40% das que foram pesquisadas faltavam comodidades sanitárias; que 5% do total das famílias estavam morando em habitações destinadas a uma só família, sendo que, em Nova York, 16% das habitações podiam ser dadas como inabitáveis.

O Sr. Rubens Porto, uma das nossas autoridades em matéria de habitação, representou o Brasil no 1.º Congresso Pan-Americano de Vivenda Popular, realizado na capital portenha em 1939. Vi-

sitou este técnico alguns bairros de Buenos Aires e as organizações construtoras de casas econômicas, observando, então, que o problema da vivenda popular, naquela cidade, ainda estava por ser resolvido. "As 5.333 casas individuais construídas ou encampadas pela Municipalidade, longe estão de ser o tipo adequado. Do custo de 13.000 pesos argentinos (cêrca de Cr\$ 45.000,00 em moeda nacional), acham-se muito além das possibilidades dos operários argentinos cujo salário é em média de 109 pesos argentinos mensais, a qui-

valendo a..... Cr\$ 545,00, mais ou menos, conforme se apreende do Censo

Industrial da Nação (Censo Profissional), e as amortizações alcançam 66,95 p.a., ou seja cêrca de Cr\$ 335,00" (4). O conclave a que nos referimos chegou a interessantes conclusões sobre o tipo de habitação rural, recomen-



Casa de trabalhador canavieiro (Engenho Camboim Murici, Alagoas)

do como útil e prático o sistema da **granja popular**, na qual os membros da família rural e seu próprio chefe, no período de desocupação, possam contribuir com rendimento da sua pequena exploração para os gastos do lar". O

Congresso recomendou ainda sobre a necessidade da educação alimentar, bem como sobre os mobiliários das residências.

Um dos meios para a fixação do homem ao solo é conceder-lhe uma habitação confortável.

Nas zonas rurais, a habitação carece dos requisitos de higiene e de comodidade; nos centros onde o padrão de vida é baixo o problema da habitação agrava-se. "A maioria das casas no Brasil rural, escreve ainda o autor da Sociologia Educacional, são feitas de

barro. No Nordeste, os esteios, pontaletes, caibros, frechais, cumieiras, são de carnaubeira. Em seguida é feito um traçado de ripas, amarradas com cipós sobre o qual é feita, a sopapo, a taipa que forma o muro. O exterior pode ser rebocado a cal. O teto é formado de telha, de casca de árvore, de folhas de palmeira uricuri ou de catolé. Muitas vezes,



Outra vivenda canavieira

em vez de taipa, são feitos tijolos crús ou largos chamados adobe, repousando sobre uma fundação de pedra sêca" (5). O contraste entre a habitação rural e a urbana foi cientificamente estudado na Europa, no século XIX, por Meitzen.



Roberto Simonsen (6) diz que a casa moderna é uma verdadeira instituição biológica. "Com o conceito do direito da vida, continúa a escrever o ilustre economista patricio, que tem de ser por toda a parte generalizado, a moradia para o ser humano. precisa conter um número mínimo de atributos e proporcionar elementos essenciais de conforto. Essa casa tem que possuir as indispensáveis condições higiênicas, tem de assegurar o abrigo e o repouso aos componentes da família, tem que proporcionar o aparelhamento necessário ao preparo e serviço das refeições, tem que facilitar a criação e educação conveniente da prole, e, finalmente, tem que possibilitar um mínimo de distrações para os seus habitantes, de todas as idades". Infelizmente, porém, a casa no Brasil não possui esses requisitos ideais. Arturo Goyeneche observa que **não é com a má qualidade dos materiais que se consegue o barateamento da construção, e sim com estruturas simples, formadas com bom e sólido material, que facilita a construção e aumenta a duração dos imóveis.**

Nosso inquérito sobre a habitação nas zonas canavieiras do Brasil abrangeu cinco Estados e foi realizado em diferentes épocas. Reunimos dados sobre o título de domínio dos moradores, cobertura e piso, sendo que em algumas usinas tomamos as dimensões das residências dos trabalhadores. No próximo número iremos estudar a casa do obreiro e a usina, publicando os resultados da nossa investigação.

#### NOTA BIBLIOGRAFICAS

- 1 — Delgado Carvalho — Geografia Humana — Pg. 95 — S. Paulo.
- 2 — Montreal Metropolitan Commission, Department of Planning and Research, Report N.º 1 of a Cross Section Survey of Working Class Dwellings in the City of Montreal and Verdun — Montreal — 1937.
- 3 — Urban Housing — a summary of real property inventories, conducted as work projects Administration — Washington, D.C. — 1938.
- 4 — Rubens Porto — O Problema da Vivenda Popular — Bol. M.T.I.C. — Pg. 245.
- 5 — Ob. cit. — Pg. 112.
- 6 — Roberto Simonsen — Jornada da Habitação Econômica — Bol. M.T.I.C. N.º 85 — Pg. 284.

#### ALIMENTAÇÃO E OUTRAS QUESTÕES DAS ZONAS CANAVIEIRAS

Numa das reuniões semanais, realizadas em sua sede pelo Conselho Nacional de Geografia, o Sr. Vasconcelos Torres, colaborador de "Brasil careiro", realizou uma palestra sobre "A alimentação e outros aspectos da geografia humana nas zonas canavieiras".

A reunião, presidida pelo Embaixador Macedo Soares, teve lugar a 1.º de fevereiro último, a ela comparecendo grande número de estudiosos e especialistas, que, finda a conferência, fizeram várias perguntas ao Sr. Vasconcelos Torres, que explicou, nas respostas, certas minúcias do amplo tema abordado.

O conferencista ocupou-se de início com o êxodo rural, consequência dos melhores salários no litoral e do amparo da legislação trabalhista, em contraposição com o abandono, a servidão e hostilidade ambiente nas zonas agrícolas. Se o salário baixo, as endemias, a habitação e a atração dos grandes centros do litoral cooperam para agravar essa tendência rurífuga do trabalhador do campo — fenômeno que já vem de uma boa dezena de anos — a ausência do espírito de solidariedade social por parte dos patrões, notadamente os grandes industriais, ainda reforça tais impulsos.

O Sr. Vasconcelos Torres estudou as várias classificações de trabalhador rural; concordou em que o operário da usina desfruta situação bem melhor em confronto com seu companheiro de trabalho de campo; abordou a margem de salários e sua relação com o padrão mínimo de vida compatível com a própria essência da dignidade humana; atacou o problema da instrução, mostrando que, só nas entre-safras, é possível frequência animadora dos filhos dos trabalhadores, que se vêm forçados, mal atingem as crianças os 10 anos, a empregá-las no campo, para aumentar a receita do orçamento doméstico. O agudismo, cujas causas estão a merecer análise mais profunda, alicerçada por inquéritos de larga envergadura, também ocupou boa parte da palestra, tendo o conferencista exibido várias das fichas que sobre esse flagelo social vem organizando nas suas pesquisas sobre o trem de vida do nosso homem de campo, a serviço do açúcar.

O Sr. Vasconcelos Torres, ao terminar sua conferência, advertiu os presentes sobre a amplitude do perigo da sub-nutrição, fenômeno que não se acha adstrito ao campo. Nas escolas do Distrito Federal disse S. S. há 75% de sub-nutridos.

**"Álcool Absoluto"**

**Dr. Anibal R. de Matos**

Preço . . . . . Cr\$ 6,00  
Pelo Correio . . . . . Cr\$ 7,00

**À venda no Instituto do  
Açúcar e do Álcool**





*Uma*

# eletrobombas



**codia**

CONSTRUTORA de DISTILARIAS e  
INSTALAÇÕES QUIMICAS S. A.

Oficinas: SÃO PAULO - Rua Passo da Pátria, 361  
Caixa Postal, 3161 -- Telefone, 5-0617

Escr. no RIO - Praça 15 de Novembro, 42  
Caixa Postal, 3354 — Telefone, 23-6209

## AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DAS FAZENDAS CANAVIEIRAS DE HAVAI

As fazendas canavieiras de Havai podem orgulhar-se de oferecer aos seus trabalhadores condições sanitárias invejáveis. É o que se lê em uma correspondência de Honolulu, divulgada na revista "Sugar" e na qual são ressuídos os dados apresentados em recente relatório da Hawaiian Sugar Planter's Association, após cuidadoso trabalho de pesquisa nos centros de cultivo de cana do arquipélago. "Os resultados demonstram que a vida nas fazendas de cana é mais segura, mais sadia e prolongada do que nas outras partes de Havai", diz o relatório. E acrescenta: "Ao que sabemos, nenhuma outra comunidade rural do mundo pode apresentar condições sanitárias tão favoráveis".

Os resultados apresentados no relatório compreendem os seguintes itens:

**MORTALIDADE INFANTIL** — O Japão, que goza da fama de ser o país mais limpo do Oriente acusou em 1937 (últimas cifras conhecidas) uma mortalidade infantil de 115 por mil. Nas fazendas canavieiras de Havai, a taxa de mortalidade infantil em 1942 foi de 16 por mil nascimentos. Em todo o território houve no mesmo ano 44 mortes por mil nascimentos e nos Estados Unidos 46. Esses bons resultados são devidos em grande parte aos cuidados dispensados às gestantes e aos recém-nascidos pelas clínicas especializadas existentes na zona canavieira. Noventa por cento das mulheres domiciliadas nas fazendas tiveram as suas delivranças em hospitais.

**TUBERCULOSE** — Em 1937, as mortes por tuberculose em Tóquio foram 292,4 por 100 mil habitantes; em Kobe, a taxa de mortalidade pela mesma moléstia foi de 343,2. Em Manilla, a tuberculose matou 350,6 pessoas por 100 mil, em 1938. Nas plantações canavieiras de Havai, a taxa de mortalidade por tuberculose caiu de 200 por 100 mil em 1935 para 100 em 1942.

**VIAS RESPIRATORIAS** — De 1935 para 1942 houve um considerável decréscimo nas moléstias das vias respiratórias, que foram naquele ano em número de 25.784 e neste 11.967.

**SAÚDE MENTAL** — As boas condições de

saúde mental encontradas na zona canavieira traduz-se no pequeno número de suicídios (7 por 100 mil nas plantações contra 24 em Honolulu e 14,2 nos Estados Unidos). Os homicídios foram em número de 3,5 por 100 mil contra 8,3 nos Estados Unidos.

**CIRURGIA** — A taxa de mortalidade por apendicitomia foi de 1,2 por 100 mil, sendo a dos Estados Unidos de 10,8.

**ACIDENTES** — Os acidentes de trabalho que exigiram hospitalização dos trabalhadores vitimados foram, em Oahu, em número de 930, no ano passado. Em 1937, esses acidentes se elevaram a 2.450. A diminuição resultou dos cuidados adotados no sentido de prevenir os acidentes. A taxa de mortalidade por acidentes na indústria foi de 9,6 contra 51,3 nos Estados Unidos.

**HOSPITAIS** — Os hospitais existentes nas fazendas canavieiras fornecem mais leitos do que se considera necessário em muitas comunidades norte-americanas; em média, apenas 41 por cento dos leitos são ocupados, quando se considera boa uma percentagem de 80 leitos ocupados. Em consequência, há leitos disponíveis para pessoas que não estão ligadas às fazendas.

**MEDICINA** — As populações das fazendas desfrutam as mais modernas conquistas da ciência médica. Isso se verifica pelo uso da sulfapiridina. Um ano antes de se generalizar o uso desse moderno medicamento a taxa de mortalidade por pneumonia foi de 21,6 por 100 mil. Um ano depois desceu para 8 por 100 mil.

**MORTALIDADE** — A taxa de mortalidade nas fazendas é de 529 por 100 mil, anualmente. Nos Estados Unidos essa taxa é de 800. Além das medidas de caráter sanitário, cada plantação dispõe de uma escola primária e uma escola secundária, acessíveis a qualquer criança nela residente. Em Honolulu existe uma universidade, que pode ser frequentada livremente pelos rapazes e moças das plantações, desde que revelem aptidões para os estudos superiores. Aos trabalhadores garante-se acupação durante todo o ano.



# APOSENTADORIA PARA OS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA DE CUBA

Segundo informa a revista "Cuba Económica y Financiera", número de novembro, o ministro do Trabalho, falando à imprensa, anunciou, a 18 daquele mês, que o presidente da República assinara um decreto, regulamentando a lei de aposentadoria na indústria açucareira.

A citada revista assim comenta o ato do presidente Batista :

"Nos círculos açucareiros causou surpresa essa informação, pois não se tinha notícia de que o Congresso houvesse votado uma lei criando a aposentadoria para os empregados na indústria do açúcar, embora esse assunto constasse da agenda de problemas a tratar pelo Legislativo, a qual foi enviada ao Congresso pelo Presidente da República na sua mensagem de 10 de julho passado.

Procuramos investigar o assunto e verificamos que o poder executivo, lançando mão de uma fórmula que os produtores e juristas qualificam de sofisticada, interpretara como preceito legal criador da aposentadoria a disposição contida na lei n. 20, de 21 de março de 1941, que destinou meios para a formação de um fundo de aposentadoria, mas sem criar a Caixa nem obrigar as partes interessadas a contribuir para sua formação, nem determinar as bases econômicas da mesma nem a proporção e a forma de distribuir os seus benefícios. Tudo isso, aliás, somente se poderá fazer legalmente e em forma obrigatória, mediante uma lei".

Cuba Económica y Financiera" acrescenta :

"Essa forma irregular de criar uma Caixa de Aposentadoria causou alarme nos círculos interessados na sua fundação, não obstante constituir uma aspiração geral de patrões e trabalhadores da indústria açucareira contar com um seguro desse tipo, pois o que se deseja é uma instituição com estabilidade jurídica e força legal para exigir contribuições e não uma organização de bases periclitantes, sujeitas a serem declaradas nulas pela Justiça por motivos intrínsecos ou alegado prejuízo da parte interessada".

A "Asociación Nacional de Hacendados de Cuba", no mesmo dia em que se anunciou o decreto presidencial, deliberou tornar pública a sua satisfação pela forma moderada por que foi regulada a aposentadoria na indústria do açúcar. De sua parte, a "Associação de Colonos" não aceitou as bases estabelecidas pelo governo para fundação da Caixa e resolveu outorgar poderes ao seu Comité Executivo para tomar tôdas as medidas legais cabíveis contra o decreto. A atitude da "Asociación de Hacendados", diz a revista já aludida, foi interpretada, nos círculos econômicos, não como acatamento de uma imposição e sim como um desejo de contribuir voluntariamente e na proporção que lhe foi designada para os fundos da Caixa.

## E. G. Fontes & Co.

Exportadores de Café, Açúcar,  
Manganês

e outros produtos nacionais

Importadores de tecidos e mercadorias em geral

Av. Nilo Peçanha, 12 - 9.º andar

TELEFONES : { 42-3302  
22-8058  
22-5849

CAIXA POSTAL 3

Telegramas AFONTES - RIO  
RIO DE JANEIRO

# O COMÉRCIO INTERIOR DO AÇÚCAR NA VÉSPERA DA GUERRA MUNDIAL

O último número da "Revista Brasileira de Estatística", n. 16, Ano IV, de outubro-dezembro de 1943, publica, sob o título acima, o estudo, que, data vênica, transcrevemos a seguir :

As diferentes estatísticas econômicas que estão sendo levantadas pela administração pública não representam as partes, mutuamente coordenadas, de um único plano orgânico de apuração, destinado a fornecer a visão do conjunto da economia nacional e a permitir ao mesmo tempo a percepção dos seus aspectos particulares.

Esses inquéritos, pelo contrário, surgiram em correspondência a exigências diversas, em épocas diferentes e por iniciativa de órgãos que agiam independentemente uns dos outros.

Assim, as estatísticas do comércio exterior foram, no início, apenas apurações de registros de controle fiscal das trocas com países estrangeiros; as do comércio interior que por via marítima e fluvial nasceram da fiscalização da navegação de cabotagem; as da produção agrícola em parte derivaram da necessidade em que se achavam os governos de conhecer, pelo menos aproximadamente, as disponibilidades de gêneros indispensáveis para a própria existência do povo, e em parte — e mais tarde — foram promovidas pela organização da disciplina de mercados internacionais e nacionais; as da produção industrial tiveram origem na aplicação das providências para a tutela dos recursos do sub-solo e a vigilância da sua exploração, na apuração da produção de gêneros submetidos ao imposto de consumo, nas exigências da defesa nacional; as dos consumos industriais e individuais foram instrumentos, respectivamente, da política econômica e da social.

A própria multiplicação de inquéritos econômicos estreitamente relacionados entre si, embora procedentes de órgãos diversos, pôs em evidência a oportunidade de uma coordenação recíproca entre esses inquéritos, coordenação essa que, de outro lado, desde a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi uma das tarefas fundamentais previstas no programa de ação deste órgão regulador e destinadas a se realizar no menor prazo possível

O Instituto não somente está cuidando do aperfeiçoamento e da coordenação das estatísticas existentes, como também está procurando preencher as lacunas que se observam no quadro estatístico da economia nacional, mediante a realização de novos inquéritos.

Entre estes, um dos mais notáveis e úteis é o referente ao comércio interior por via terrestre, iniciado em 1939 e continuado e melhorado nos anos seguintes, apesar das dificuldades in-

rentes à própria natureza desse domínio de pesquisa.

Até 1938 as trocas de produtos entre as diversas Unidades da Federação eram conhecidas somente na parte realizada pela navegação de cabotagem; escapavam a toda estatística as consideráveis trocas efetuadas por via terrestre; ficavam portanto ignoradas — se não na sua própria existência, na sua quantidade — grandes correntes comerciais que seguem esta via. Estados inteiros, inclusive o de Minas Gerais, com economia ampla e multiforme, não apareciam, em virtude da sua situação geográfica, na estatística geral do comércio interior.

A partir de 1939, tornou-se possível, mercê dos novos levantamentos iniciados pelo Instituto, uma visão quase completa das correntes do comércio interior, como consta, num exemplo particular, dos dados referidos no comunicado n.º 5 da série "Estudos especializados de interesse para a defesa nacional", acerca da circulação do algodão em pluma.

Outro exemplo será oferecido no presente comunicado, com referência ao comércio interior de outro importante produto brasileiro, o açúcar. O objetivo do estudo é determinar a situação do comércio interior na véspera da segunda guerra mundial, seja para preparar elementos destinados a integrar um próximo estudo sobre a produção, circulação e consumo do açúcar no Brasil, paralelo ao já realizado, e citado acima, referente ao algodão; seja para predispor convenientes referências para o estudo das perturbações que a guerra trouxe nas correntes do comércio açucareiro.

Os dados que serão expostos foram obtidos mediante coordenação das informações contidas na estatística do comércio de cabotagem, compilada pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, na estatística do comércio interestadual por via terrestre, compilada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e no **Anuário Açucareiro**, compilado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool.

A Estatística do comércio de cabotagem discrimina as trocas interestaduais de açúcar segundo a procedência e segundo o destino, separadamente. A quantidade total registrada em 1939 é de 426.408 toneladas.

O **Anuário Açucareiro** dá, para o mesmo ano, um total de 418.179 toneladas exportadas por via marítima e fluvial, que difere apenas de 4% do total da cabotagem. Também na discriminação das procedências as diferenças entre as duas fontes não são relevantes, como consta da seguinte comparação, limitada às procedências principais :



PROCEDENCIA	EXPORTAÇÃO (em toneladas)	
	Estatística da cabotagem	Anuário Açucareiro
Pernambuco . . . . .	251.137	247.603
Alagoas . . . . .	106.825	102.603
Sergipe . . . . .	28.818	28.610
Distrito Federal . . . . .	10.550	10.448
Bahia . . . . .	9.088	9.066
Rio de Janeiro . . . . .	8.852	9.270
Paraíba . . . . .	5.231	5.292

No **Anuário Açucareiro** não somente estão especificadas as procedências e os destinos das exportações, mas também aparece a discriminação do comércio interior segundo essas circunstâncias combinadas, que não consta dos dados publicados da estatística da cabotagem. Para aproveitar essas valiosas informações, adotamos os dados do **Anuário** em substituição aos da estatística da cabotagem, julgando lícito este arbítrio em vista das pequenas divergências entre as duas fontes.

No que diz respeito ao comércio por via terrestre, na estatística de 1939, compilada pelo Instituto, faltam os dados referentes às exportações do Estado do Rio de Janeiro e do Distrito Federal. Para estas duas Unidades da Federação adotamos os dados contidos no **Anuário Açucareiro**. Introduzimos uma considerável retificação nos dados da referida estatística para o Estado de Alagoas, reduzindo de 21.549 à 1.470 toneladas a exportação por via terrestre; a diferença corresponde a quantidades que saem de Alagoas por via férrea e rodoviária, sendo depois embarcadas, pela maior parte, no Recife, para outros destinos e aparecendo na estatística da cabotagem como procedentes de Alagoas, de modo que a sua inclusão no comércio terrestre determinaria um duplo cômputo. Para os demais Estados aceitamos, sem modificações, os dados da referida estatística. (1)

Tanto esta como o **Anuário Açucareiro** discriminam as exportações por via terrestre segundo a procedência combinada com o destino.

Ficamos, portanto, habilitados a organizar os dois quadros gerais que figuram nas tabelas I e II.

A tabela I dá, para cada Unidade da Federação, as exportações, discriminando-as segundo o destino.

A tabela II dá, para cada Unidade da Federação, as importações, discriminando-as segundo a procedência.

E' claro que os elementos das duas tabelas são os mesmos, mas diversamente grupados; e justamente a diferença do critério de grupamento atribui valor informativo próprio a cada uma das duas tabelas.

Na tabela III, os dados da I e da II estão resumidos segundo as regiões fisiográficas e para o conjunto do Brasil.

Na tabela IV indica-se, para cada Unidade ou região, a exportação, a importação e a diferença entre esta e aquela.

Como consta da tabela III, o total das trocas de açúcar entre as Unidades da Federação, em 1939, ascendeu a cerca de 556.000 toneladas, que correspondem a pouco mais que a metade da produção normal do Brasil no período considerado.

PROCEDENCIA	EXPORTAÇÃO (em toneladas)	
	Estatística do comércio interestadual	Anuário Açucareiro
Minas Gerais . . . . .	27.812	27.007
São Paulo . . . . .	25.527	25.926
Pernambuco . . . . .	4.037	—
Santa Catarina . . . . .	3.282	—
Espírito Santo . . . . .	—	—

(1) Adotamos os dados da estatística do comércio interestadual, de preferência aos referi-

dos no **Anuário Açucareiro**, porque estes parecem mais completos. Veja-se a seguinte comparação:

A estatística do comércio interior, mostrando-nos que uma fração muito considerável da produção total de açúcar é transferida para Unidades da Federação diversas das produtoras, dá-nos uma idéia adequada da importância destas correntes comerciais na economia do país. E justamente essa importância valoriza, por sua vez, a respectiva estatística.

Depreende-se do exame da tabela III que a principal região exportadora é a do Nordeste, com cerca de 338.000 toneladas de excedente das exportações sobre as importações. Nas demais regiões, as importações excedem as exportações; o maior excedente de importação é o do Sul, que atinge 241.000 toneladas; é notável também o do Leste com 72.000; são relativamente pequenos os excedentes do Norte, de 18.000 toneladas, e do Centro-Oeste, de 7.000. (2)

A tabela I permite localizar as Unidades da Federação exportadoras de açúcar e verificar os rumos das suas exportações.

No Nordeste, os grandes exportadores são os Estados de Pernambuco, com 252.000 toneladas de

exportação e 250.000 de excedente da exportação sobre a importação, e de Alagoas, com 104.000 toneladas de exportação, e com o excedente da exportação sobre a importação, quase nulo.

No Este encontram-se dois notáveis Estados exportadores, o do Rio de Janeiro com uma exportação de 63.000 toneladas e um excedente da exportação sobre a importação de 34.000, e o de Sergipe, com uma exportação de 30.000 toneladas e um excedente da exportação sobre a importação de 30.000. A exportação do Estado de Minas Gerais ascende a 28.000 toneladas, mas é excedida pela importação; a do Distrito Federal a 27.000, mas é também, e em medida muito maior, excedida pela importação.

No Sul o único Estado com exportação notável, 26.000 toneladas, é o de São Paulo, que, entretanto, recebe uma importação muito maior.

Considerando, em ordem decrescente de importância, as principais Unidades exportadoras, discriminamos, a seguir, a exportação por via terrestre:

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Exportação (Toneladas)	
	Total	Via terrestre
Pernambuco . . . . .	251.640	4.037
Alagoas . . . . .	104.012	1.470
Rio de Janeiro . . . . .	62.502	53.232
Sergipe . . . . .	29.800	1.190
Minas Gerais . . . . .	27.812	27.812
Distrito Federal . . . . .	27.323	16.875
São Paulo . . . . .	25.527	25.527

Em conjunto, a exportação por via terrestre constitui cerca de um quarto do total da exportação interior (138.042 sobre 556.221 toneladas; veja-se a tabela III). Mas para algumas Unidades da Federação representa a totalidade ou a maior fração da exportação. Sem a estatística do comércio por via terrestre, ficariam totalmente desconhecidas as importantes correntes de exportação mineira e paulista e seria conhecida apenas uma pequena fração da corrente fluminense, ainda mais importante.

A tabela II permite localizar as Unidades da Federação importadoras de açúcar e verificar as procedências das suas importações.

(2) Os saldos regionais, referidos no texto em forma aproximada, são especificados com maior precisão na tabela IV, que indica também o saldo para cada Unidade da Federação.

No Norte, o principal Estado importador é o Pará, com 12.000 toneladas de importação e 11.000 de excedente da importação sobre a exportação.

No Este, o grande importador é o Distrito Federal, com 142.000 toneladas de importação e 115.000 de excedente da importação sobre a exportação; é também forte importador o Estado de Minas Gerais, com 43.000 toneladas de importação, mas com apenas 15.000 de excedente da importação sobre a exportação. O Estado do Rio de Janeiro importa 29.000 toneladas, mas exporta muito mais.

No Sul, o maior importador é o Estado de São Paulo, com 161.000 toneladas de importação e 136.000 de excedente da importação sobre a exportação, mas é grande importador também o Rio Grande do Sul, com 77.00 toneladas de importação e de excedente da importação sobre a exportação (sendo esta quase nula). O Paraná



tem uma importação pouco superior a 29.000 toneladas e um excedente da importação sobre a exportação pouco inferior a essa cifra.

Considerando, em ordem decrescente de im-

portância, as principais Unidades importadoras, discriminamos, a seguir, como foi feito em referência à exportação, a importação por via terrestre:

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Importação (Toneladas)	
	Total	Via terrestre
São Paulo . . . . .	161.157	17.675
Distrito Federal . . . . .	142.240	30.062
Rio Grande do Sul . . . . .	77.093	80
Minas Gerais . . . . .	42.720	42.445
Paraná . . . . .	29.470	9.627
Rio de Janeiro . . . . .	28.622	21.991
Pará . . . . .	12.347	—

A via terrestre tem uma função importante no abastecimento não somente dos Estados mediterrâneos como Minas Gerais, mas também de outras Unidades, como em particular os Estados do Rio de Janeiro e do Paraná e o Distrito Federal.

De acôrdo com o objetivo principal do presente estudo, que é o de ilustrar a utilidade da estatística do comércio interior, achou-se interessante construir, com base nos dados das tabelas I e II, a tabela V, que indica o saldo do comércio interior de açúcar nas trocas entre duas quaisquer Unidades da Federação.

Em cada coluna desta tabela estão indicados os saldos verificados nas trocas entre a Unidade especificada no cabeçalho da própria coluna e as Unidades especificadas no início das diferentes linhas do quadro. Por exemplo, a indicação — 87.975 no cruzamento da coluna de Pernambuco com a linha de São Paulo, significa que as trocas entre os dois Estados deixam um saldo passivo (excedente de exportação) de 87.975 toneladas para Pernambuco. O mesmo resultado está exposto em forma complementar no cruzamento da coluna de São Paulo com a linha de Pernambuco, onde a indicação + 87.975 significa que as trocas entre os dois Estados deixam um saldo ativo (excedente de importação) de 87.975 toneladas para São Paulo.

Em baixo de cada coluna, a soma algébrica dos saldos da coluna dá o excedente de exportação (valor negativo) ou de importação (valor positivo) da respectiva Unidade. Por exemplo, na coluna de Pernambuco, o saldo é de 250.265 to-

neladas (excedente de exportação); na de São Paulo, é de + 135.630 toneladas (excedente de importação).

E' quase supérfluo advertir que os excedentes da importação interior não correspondem sempre a quantidades destinadas para o consumo dos Estados em que aparecem êsses excedentes. Em parte, e às vezes na totalidade, podem corresponder a quantidades destinadas para a exportação exterior, como será mostrado em próximo estudo sobre a produção, a circulação e o consumo do açúcar no Brasil.

No domínio particular das estatísticas referentes ao açúcar e ao álcool, o Instituto do Açúcar e do Alcool realizou obra altamente meritória, trabalhando para a coordenação e a integração dos dados fornecidos por diversas fontes, e efetuando, de sua parte, novos levantamentos.

O aperfeiçoamento da estatística do comércio interior está tornando mais profícuo êsse trabalho permitido melhor contrôlo recíproco dos dados de várias fontes e fornecendo maiores informações.

Quando, por outro lado, essa estatística fôr verdadeiramente completa, tornar-se-á possível efetuar pesquisas, como a exemplificada no presente estudo, em relação a muitos produtos, essenciais para a existência e a defesa nacional, cujas trocas interiores foram até agora conhecidas apenas em parte, com grandes lacunas, prejudiciais ao desenvolvimento das atividades econômicas e administrativas.

# LUISIANA E A LAVOURA CANAVIEIRA

Paulo Parisio

— VI —

Dentro de poucos dias, estaremos em outubro, o mês que marca o início da moagem da safra, avaliada pelas repartições técnicas competentes em 450.000 toneladas de açúcar.

Vai então, o Estado de Luisiana registrar a sua maior produção de todos os tempos, produção essa bem maior do que a que Pernambuco moeu durante o ano pasado: 5.000.000 de sacos, ou sejam 300.000 toneladas de açúcar.

O incentivo da parte do governo, de um lado, e a regularidade das condições climáticas, de outro, foram os fatores principais da marcação desse expressivo goal este ano.

Eu avalio, então, como será o aspecto das plantações nos anos em que aquelas tão propícias condições de clima não ocorrem. Isto porque, por mais que procurasse melhorar a minha impressão, andando nos canaviais de Luisiana, não cheguei ao efeito desejado.

O verde escuro dos nossos canaviais, demonstrando a saúde das plantações e o emaranhado dos colmos, revelando o viço de seu crescimento, não os vi uma só vez, por mais que os procurasse aqui. De qualquer maneira, espera o Estado colher a sua maior safra.

Essa safra de açúcar de cana, somada com a de açúcar de beterraba, produzida nos Estados do norte, atinge uma cifra bem significativa, quase igual a 2.000.000 de toneladas.

Mesmo assim, o consumo norte-americano está em falta de mais de 2.000.000 de toneladas, que são importadas da América Central, Cuba, Porto Rico, Havaí, etc.

A atual safra, que se poderia chamar de espetacular, será moida nas 65 usinas do Estado e essas usinas estão agrupadas em quatro diferentes classes, de acordo com a sua capacidade de produção. Assim temos:

- Classe I — 7 usinas.
- Classe II — 22 usinas.
- Classe III — 12 usinas.
- Classe IV — 24 usinas.

Na última safra, o rendimento das usinas, por tonelada moída, (açúcar "demerara, raw sugar") foi o seguinte, de acordo com as diferentes classes: Classe n.º 1 — 151 libras ou 68,5 quilos; classe n.º II — 168,77 libras, ou 72 quilos, classe n.º III — 176,75, ou 80,1 quilos; classe n.º IV — 174 libras ou 79,0 quilos.

Lembrei-me de passar para aqui o quadro de rendimento acima, para que os nossos usineiros tenham uma idéia bem real da indústria açucareira em Luisiana. Aqui está, ao meu ver, a maior prova quanto à impropriedade das condições ambientais locais para a cultura canavieira. A cana de açúcar, aqui, não dispõe de tempo suficiente

para completar o seu ciclo evolutivo, sacrificado pelos três meses de inverno. Mas não digam isso ao usineiro de Luisiana, porque êle sofisma imediatamente e de uma maneira inteligente, acrescentando: — "Proporcionalmente, o nosso rendimento é o melhor do mundo, porque nós só dispomos de nove meses, enquanto que vocês têm o ano todo, ou mais ainda, para as canas amadurecerem..."

Tenho tido contacto com os usineiros do Estado, com quem sempre estou trocando idéias a respeito de nossas condições de produtores, reciprocamente. Numa dessas conversas, perguntei a um deles: chamada zona canavieira local, poderiam os senhores produzir outras culturas em melhores condições? — Sim, respondeu-me, mas a cultura da cana de açúcar já se tornou um hábito, entre nós, e o senhor sabe quanto é poderosa a força do hábito... — Era realmente isso que queria saber, pois não compreendia como era possível a manutenção de uma indústria, cujo rendimento de usinas de 3.500 toneladas de capacidade, equivale ao dos nossos velhos "banguês". Só mesmo a valorização e proteção do governo, da maneira que é feita aqui, permitem a sua sobrevivência. Tenho mesmo vontade de dizer que só mesmo a valorização permite o luxo de uma indústria que não encontra condições naturais firmes. Mas vamos ser francos, êles podem manter o luxo... e, na presente situação de grande falta do produto, 450.000 toneladas de açúcar constituem uma preciosa contribuição para as necessidades do consumo nacional.

Estou sempre abordando nessas minhas reportagens, sobre a lavoura canavieira em Luisiana, as condições naturais do ambiente que não são satisfatórias, mas, também, não me esqueço de referir aquelas que, por sua vez, o são. Por exemplo: a questão do transporte das canas. Ele que é um problema angustioso para as usinas de Pernambuco, porque exige grande empate de capital na construção de estradas de ferro, na aquisição de material rodante e, notadamente na sua conservação permanente, aqui não preocupa o usineiro. As estradas de cimento, asfalto ou empedradas, são construídas e mantidas pelos poderes públicos. O material rodante é barato e a sua manutenção e combustível muito acessível. Outra grande vantagem com que o usineiro conta é, por exemplo, a da habitação operária. Em Pernambuco, a usina é uma pequena cidade. Ela precisa construir considerável número de casas para o seu operariado, inclusive os de categoria. Isto demanda um empate de capital vultoso. Aqui o operariado e empregados de campo residem nas povoações próximas, que em vista da facilidade de transporte e das magníficas estradas, popularizando o uso do automovel, podem vir trabalhar nos campos e fábricas situados a regular distância.



# O BAGAÇO DA CANA DE AÇUCAR NA PREPARAÇÃO DO HUMUS (\*)

A necessidade de aplicar adubos orgânicos aos campos, dos quais se deseja obter culturas em geral, e em particular quando se trata de terrenos regados, é tal que não se pode exagerar. Os resíduos dos próprios campos, assim como dos estábulos de gado e, em determinados casos, até os detritos das povoações, são recolhidos e aproveitados para o adubo. Estas substâncias, porém, devem ser submetidas a fermentação antes de aplicadas ao terreno de cultura. O processo mais comum e corrente de preparar substâncias orgânicas para o humus é o método chamado de fosso ou rêgo, que consiste em depositar em fossos as substâncias, para que neles se opere a fermentação. A umidade requerida para a fermentação é geralmente produzida pela água das chuvas. As substâncias básicas, por conseguinte, recebem umidade somente durante uns quatro meses, ficando em estado de secamento o resto do tempo. Assim, ao fim do ano só uma porção das ditas substâncias terá fermentado o bastante para seu emprêgo no campo, enquanto a maior porção ficará só em parte decomposta ou completamente inalterada. O "método do fosso", devido a seu lento processo de decomposição limita, é claro, o emprêgo de resíduos de substâncias orgânicas. Para utilizar por completo toda substância acessível, é indispensável que o processo se pratique continuamente e que a decomposição no grau mais extenso possível tenha lugar no mais breve espaço de tempo. Isto implica o emprêgo de um sistema em virtude do qual o processo se possa repetir mais de uma vez por ano em um lugar adequado, do qual se possa tirar o adubo já pronto para renovar o trabalho com novas substâncias.

Trabalhos experimentais sobre a formação de humus, que se vêm levando a cabo na Estação Experimental de Cana de Açúcar, de Bombaim, na Índia, a partir de 1933, têm dado como resultado o desenvolvimento de um processo simples, que se está adotando em grande escala na dita Estação e do qual se obtêm bons resultados quanto à fermentação completa das substâncias no espaço de cinco meses sem se ter que recorrer aos fossos.

## AS SUBSTANCIAS E O METODO

A substância empregada foi o bagaço de cana de açúcar misturado com cinza e uma pequena quantidade de esterco e resíduos dos estábulos de

gado, que se obtiveram do da própria Estação. O bagaço é dotado de grande resistência à decomposição, devido a sua parte exterior se achar encerrada, resultando que o período requerido para sua fermentação possa ser calculado como suficiente para completar um processo semelhante, com os resíduos dos estábulos de gado. Mais adiante se descreve este processo em poucas palavras.

As substâncias a empregar para a formação de humus foram recolhidas e depositadas em um lugar ao qual a água se tornava acessível. O ponto onde se deviam levantar os montões foi aplanado, procurando eliminar-se tôdas as perdas. Feito isto, espalharam-se as substâncias formando uma camada de uns 30 cm. de espessura. Depois cinzas, estêrco de vaca e terra, tudo misturado com água, sobre a referida camada, procurando saturar toda esta massa com água. A seguir, bateu-se bem o montão para torná-lo compacto, reduzindo assim o número de buracos por onde pudesse entrar o ar, afim de evitar que secasse rapidamente. Então espalhou-se sobre a primeira outra camada semelhante, para o que se empregou o mesmo processo. Dêsse modo colocaram-se com êxito quatro ou cinco camadas, uma sobre a outra, de sorte que a elevação total do montão chegou a ser de 1 a 1,2 metros. Se não se dispõe de cinzas e estêrco em quantidade suficiente, pode recorrer-se ao emprêgo da terra comum. Tanto as cinzas como o estêrco ou a terra absorvem a umidade e aderem à superfície das substâncias, contribuindo, pois, para conservar úmidas e acelerar a fermentação. Se não fôsse assim a água tenderia a escorrer e concentrar-se no fundo do montão deixando as substâncias das camadas superiores em estado sêco.

As dimensões do montão são de toda importância. A largura deverá ser de 1,80 a 2,40 m., a altura de 1 a 1,2 m., enquanto o comprimento poderá ser o conveniente. Deve facilitar-se uma moderada circulação de ar para a decomposição aeróbica. Se a largura e elevação forem excessivas, o interior do montão não poderá obter a adequada ventilação, dando lugar a um estado anti-aeróbico. Se estas dimensões se tornaram demasiado reduzidas, a porção superior e os lados do montão secarão muito depressa, deixando unicamente uma pequena parte interior onde a decomposição

(\*) Do Departamento de Agricultura de Bombaim, Índia.

Para mim, é um tanto, estranho vêr trabalhadores de campo fazendo uso de automovel, mesmo sendo êle quase "ferro velho", fubica ou "calhambeque", como aí se chama e realmente o é.

Isto me enche de inveja, também, tanto de-

sejo tenho de vêr as nossas condições de vida se aproximarem, o máximo possível, das verificadas neste admiravel país.

("Folha da Manhã", Recife, 14-11-43.)



# CALDAS DAS USINAS

Agamenon Magalhães

Estamos acompanhando com interêsse a marcha dos trabalhos da comissão de técnicos, incumbidos pelo governo do Estado de oferecer uma solução para o problema do despejo das caldas das usinas de açúcar nos rios do litoral. A comissão reúne-se tôdas as semanas, noticiando os seus estudos e pesquisas. A aparelhagem necessária para a experiência dos processos de tratamento das caldas já está sendo instalada. Só temos motivos, pois, de confiar na equipe de homens sérios e de ciência que, sem remuneração nem vantagens de ordem material, se empenham em resolver um problema de higiene, que é, pela sua extensão, um caso de salvação pública. Raro é o dia em que não recebo carta dos habitantes ribeirinhos do Capibaribe, do Jaboatão, do Una e do

Serinhaem, clamando contra o despejo das caldas das usinas. Aproxima-se, porém, o fim do sofrimento dessas populações. Aguardamos a conclusão dos técnicos para adotá-la compulsoriamente. Não se explica que na zona da mata, onde há trabalho e riqueza, o homem continue dente, atacado por tantas moléstias, umas endêmicas e outras resultantes da falta de educação e higiene. O governo e as emprêsas precisam organizar um plano de larga envergadura, em que todos os meios sejam coordenados para modificar as condições de insalubridade, saneando, tratando, instruindo e recuperando a terra e o homem.

Já fizemos hospitais, lactários, postos de saúde em tôdas as zonas agrícolas do Estado. Isso, po-

poderá tomar o curso desejado. A proporção de substâncias sêcas e por decompor será, pois, muito grande e o montão demorará muito mais em fermentar por completo.

## REVOLVIMENTO

A temperatura do montão começa a subir passados uns sete dias. Ascenderá até 30°C. após o primeiro e segundo revolvimento, até 40°C. e 45°C. depois do terceiro e quarto, devendo ficar a êste nível durante umas três semanas. Depois começa a baixar. A ascensão e descida da temperatura podem calcular-se apròximadamente introduzindo a mão no montão. Quando tenha descido, o montão estará pronto para o revolvimento. O tempo necessário para que o montão esteja pronto para o primeiro revolvimento é de umas cinco semanas. A operação deverá iniciar-se numa das extremidades do montão. As substâncias sêcas em cima e dos lados deverão remover-se primeiro e espalhar-se no solo a uma distância aproximada de 1,2 a 1,5 m. do montão a borrifar com água. A segunda camada de cima do montão deverá espalhar-se logo sôbre esta, e assim, até que a primeira camada inferior fique em cima do novo montão. Dêsse modo, deverá trabalhar-se de cada vez uma secção de 1,2 a 1,5 m. até se inverter o montão completamente. Com êste método economiza-se muito espaço, visto que o montão revolvido ocupa a mesma área que o primeiro, além de se estender em comprimento a uma distância de 1,2, a 1,5 mts. Já que o comprimento e largura do montão são fatores de importância, teremos que observar que cada vez que se revolve o montão se o mantenha sempre igual. À medida que as substâncias diminuíam de tamanho por efeito da decomposição, teremos que reduzir o comprimento ou que combinar um ou mais dos montões primitivos. Outra precaução, que devemos observar a tempo de revolver a terra, é a de recolher

todo o material frágil, tal como cinza, estêrco ou terra que se possam desprender do resto do montão durante o manejo e espalhá-lo sôbre o novo montão. Geralmente é necessário revolver a terra quatro vezes para a completa desintegração das substâncias. O montão estará disposto para o segundo revolvimento ao cabo de um mês, aproximadamente. Depois disto não é preciso geralmente aplanar o montão. De modo que o tempo total necessitado para todo o processo é de uns 4 1/2 meses. O material acabado deverá amontoar-se todo em um lugar e utilizar seu espaço para novos montões.

Na Índia, o tempo mais propício para iniciar o preparo de **humus** do bagaço de cana é o mês de junho. O material amontoado em junho estará pronto em fins de outubro. Nêste espaço de tempo, os montões recebem grande parte das chuvas do monção, que os ajudam a conservarem-se úmidos, reduzindo assim a quantidade de água que se deveria acrescentar-lhes ao revolvê-los. Temos a notar que a quantidade de água necessária para demolhar o bagaço é igual ao pêso do mesmo quando sêco, porém a que se precisa para ser aplicada em revolvimentos subsequentes é menor. A quantidade total de água, que se necessita desde o princípio até o fim do processo, é de umas 1,5 a 2 vezes o pêso do material usado, quando os montões se dispõem durante o período do monção.

Em muitos canaviais o abastecimento de estêrco de estábulo é insuficiente, e se se emprega bagaço para preparar **humus**, é possível obter dez toneladas de **humus** de cada hectare de cana. Isto satisfará quase a metade do adubo que é necessário para a cultura sucessiva da cana. Geralmente êste bagaço é queimado como combustível nos fornos, porém onde o estêrco de estábulo fôr caro, e é difícil obtê-lo em quantidades suficientes, a utilização de uma porção de bagaço para a fabricação de **humus**, segundo os princípios acima indicados, será econômica e vantajosa.



## LEGISLAÇÃO E ATOS DO EXECUTIVO

DECRETO-LEI N.º 6.357 — De 21 de março de 1944

**Dispõe sobre a obtenção de licenças e prioridades para a importação de materiais destinados às repartições civis federais, autárquias e entidades paraestatais**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º — As solicitações de licenças e prioridades para a importação de materiais destinados às repartições civis federais, autárquias e entidades paraestatais serão dirigidas às Carteiras de Exportação e Importação do Banco do Brasil por intermédio do Departamento Federal de Compras (D. F. C.) do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º — As atribuições conferidas ao D. F. C. se estendem a todos os materiais de importação cuja despesa corra por dotação orçamentária ou adicional, qualquer que seja a forma de aquisição ou o órgão comprador, inclusive nos casos de aplicação de adiantamentos.

Art. 3.º — O D. F. C. fica autorizado a investigar da necessidade dos materiais, rejeitar os pedidos, ou reduzir sua quantidade.

Art. 4.º — O Diretor Geral do D. F. C., o Presidente do Banco do Brasil e o Diretor da Carteira de Exportação e Importação do mesmo Banco, baixarão, em conjunto, as instruções que julgarem úteis para solução dos

casos omissos, evitar duplicidade de pedidos de prioridade e assegurar ao serviço público civil o abastecimento regular de materiais que dependam de importação.

Art. 5.º — Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de março de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
A. de Sousa Costa.

(“D. O.”, Rio, 23-3-1944.)

DECRETO-LEI N.º 6.389 — De 30 de março de 1944

**Declara isenta de limitação a produção de rapaduras e dá outras providências**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º — A produção de rapadura, em todo o território nacional, não está sujeita a limitação.

Art. 2.º — Fica suprimida a taxa de estatística sobre a rapadura, criada pelo Decreto-lei n.º 1.831, de 4 de dezembro de 1939, mantida, porém, a obrigação de inscrição no Instituto do Açúcar e do Alcool e a declaração de produção anual, nos termos da legislação em vigor.

rém, é o começo. E' uma preparação. O nosso crescimento econômico está acusando um grande deficit. Deficit de homens, deficit de braços. As gerações que foram dizimadas pelo impaludismo, a verminose e a sífilis estão nos fazendo falta irreparável. As riquezas sem o potencial humano, que se transforme, não acompanharão o progresso, que se assinala por uma maior produção e um maior consumo. O homem são é energia física e moral. E' iniciativa e crença. E' desejo de viver. O homem doente é depressão e decadência.

Só o negro resistiu às febres e endemias da zona da mata. Está nos olhos de todo mundo que o mestiço, apesar de suas qualidades excepcionais de adaptação, vem definhando no eito. Ou condições de salubridade e renascimento ou assistiremos a um sombrio fim de raça.

Temos, pois, que estudar e refletir bem sobre essa situação, empregando meios enérgicos e adequados, para sair dela com urgência e decisão.

(“Folha da Manhã”, Recife, 15-2-44.)

Art. 3.º — Considera-se a rapadura, para os efeitos do presente Decreto-lei, exclusivamente, o açúcar de tipo inferior, produzido sob a forma de tijolos ou blocos de qualquer formato.

Art. 4.º — Fica o Instituto do Açúcar e do Alcool autorizado a empregar em donativos a instituições de caridade, nos Estados produtores de rapadura, o produto da taxa a que se refere o artigo 2.º do presente Decreto-lei.

Art. 5.º — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de março de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

("D. O." — Rio, 1-4-1944.)

## URUGUAI

O governo do Uruguai baixou o seguinte decreto :

"Art. 1.º — Fica o Banco da República encarregado de importar, por conta e ordem do Estado, 150 mil sacos de açúcar cristal, de 60 quilos, de acôrdo com o convênio celebrado entre o Poder Executivo e o Instituto do Açúcar e do Alcool do Brasil, em 27 de outubro de 1942, ao preço de 4 dólares e 60 centésimos, Fob Recife.

Art. 2.º — Cabe ao Banco da República financiar e executar a operação principal e as acessórias.

Art. 3.º — O Banco da República fará, na Alfândega, a transferência da mercadoria aos adquirentes locais, mediante exibição prévia da ficha de importação, devidamente autorizada pelo Controlador de Exportações e Importações e pago o valor do produto de acôrdo com o preço que o Poder Executivo oportunamente estabelecerá.

Art. 4.º — O Banco da República abrirá

uma conta especial, na qual debitará as quantias correspondentes ao pagamento da mercadoria a importar e as despesas inerentes à importação, inclusive aquelas que o próprio Banco fizer, e os seguros que deverão ser contratados com o Banco de Seguros do Estado. Nessa conta o Banco da República creditará as importâncias que receber em virtude do cumprimento das disposições dêste Decreto.

Art. 5.º — Uma vez liquidada esta operação, o Banco da República passará ao Ministério das Indústrias e Trabalho a correspondente liquidação, sendo facultado creditar ou debitar na conta "Tesouro Nacional" a importância do excedente ou deficit que resultar, devendo o saldo destinar-se ou ser satisfeito, segundo o caso, pela conta "Ministério das Indústrias e Trabalho, Estabilização do Preço do Açúcar", criada pelo artigo 4.º do decreto datado de 15 de julho de 1942".

---

## "O ESTATUTO DA LAVOURA CANAVIEIRA E SUA INTERPRETAÇÃO"

"Cuba Económica y Financiera", número de janeiro último, publica a seguinte nota sobre o livro "O Estatuto da Lavoura Canavieira e sua interpretação", do dr. Chermont de Miranda, chefe da Secção Jurídica do I.A.A.:

"Análise interpretativa e documentária do Estatuto da Lavoura da Cana de Açúcar, promulgado no Brasil em 21 de novembro de 1941, e pelo qual vinculou-se o lavrador de cana à terra, regulando-se ainda suas relações com a indústria, todo o processo de cultivo da cana, a produção e o comércio de açúcar.

Esta obra descreve o sistema brasileiro de organização da produção do açúcar e estuda tôdas as providências legais relacionadas com a matéria, entre elas tudo concernente ao pagamento de canas, às colônias agrícolas e aos engenhos. O livro representa um trabalho verdadeiramente interessante para os que se dedicam ao negócio do açúcar em qualquer país produtor do referido artigo e um repositório útil para o estudo da regulamentação das lavouras chamadas básicas."



# LES USINES DE MELLE S. A.

---

Uma organização dedicada ao aperfeiçoamento da indústria alcooleira

---

## ALCOOL ANIDRO 4.<sup>a</sup> Técnica

**UNICO** processo de fabricação **DIRETA** do álcool anidro

Mais de 45 instalações em funcionamento no Brasil

## Fermentações (Processo de recuperação das leveduras)

açúcar - melado - caldo de cana, cereais etc.

Mais de 50 instalações em funcionamento no Brasil.



Aplicação do processo de recuperação das leveduras na "ONTARIO PAPER CO. LTD." (Canadá) – Fermentação das lixivas sulfíticas.

Instalação realizada em 1943

---

Representante geral no Brasil:

**ROBERTO DE ARAUJO**

Av. Getúlio Vargas, 149-9.º andar – Rio de Janeiro

## ATOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, despachou os seguintes processos :

### ESTADO DE ALAGOAS :

1.619/43 — Climério Vanderlei Sarmiento — S. Luiz do Quitunde — Pede restituição da taxa de Cr\$ 3.10, paga s/350 scs. de açúcar na safra de 941/42 — Aprovado, em 29-2-44.

6.569/40 — Edivard Mendonça e outros — Porto das Pedras — Transferência do engenho de Antônio Aguiar — Deferido, em 29-2-44.

2.353/41 — João Nogueira e Cia. — Maceió — Incorp. de quota e transf. de maquinaria p/o engenho Sta. Justina — Mun. de Camaragibe — Deferido, em 29-2-44.

### ESTADO DA BAHIA :

6.815/41 — Asdrubal Machado de Oliveira — Esplanada — Transf. de engenho para João Argolo. Anexo n.º 4.382/40 — Aprovado, em 29-2-44.

2.851/38 — Manuel da Silveira Cruz — São Filipe — Cancelamento de inscrição — Arquite-se, em 29-2-44.

466/36 — Miguel Cardoso de Jesus — Lages — Inscrição de fábrica de aguardente — Arquite-se, em 29-2-44.

2.575/43 — Robert Durand & Cia. — Consulta s/fornecimento de cana — Aprovado, em 29-2-44.

1.213/43 — Temístocles Sousa Azevedo — Rio Real — Comunica não haver produzido na safra de 1942/43, por motivo de sêca — Deferido, em 29-2-44.

720/36 — Olímpio Joaquim de Macedo — Paramirim — Baixa de engenho — Arquite-se, em 13-3-44.

### ESTADO DO CEARÁ :

7.130/40 — Angelo do Vale — Ipú — Aumento de limite de engenho rapadureiro — Aprovado, em 29-2-44.

629/41 — Clementino Rodrigues Campelo — Maranguape — Aumento de quota de rapadura — Aprovado em 29-2-44.

4.431/40 — Francisca Nepomuceno Castelo Branco Campelo — Pacotí — Reconsideração de despacho — Aprovado, 29-2-44.

4.432/40 — Francisca Nepomuceno Castelo Branco Campelo — Pacotí — Aumento da quota de rapadura — Anexo 1.855/38 — Aprovado, em 29-2-44.

2.876/42 — Francisco Bezerra Campelo — Quixadá — Modificação de Mun. para o de Baturité — Deferido, em 29-2-44.

4.642/40 — Francisco Pereira Araujo — Igua-tú — Aumento de quota de rapadura — Aprovado, em 29-2-44.

511/43 — José Solon de Oliveira — Itapipoca

— Comunica não produzirá na safra 1942/43 — Arquite-se, 29-2-44.

1.844/38 — Julio Uchôa Cavalcanti — Canindé — Inscrição de engenho — Anexo n.º 3.628/39 — Arquite-se, em 29-2-44.

4.485/40 — Luiz Cícero Sampaio — Baturité — Transferência de Felinto Holanda Vasconcelos e aumento de quota de rapadura — Deferido, em 29-2-44.

4.486/40 — Luiz Pacífico Caracas — Baturité — Aumento de quota de rapadura — Aprovado, em 29-2-44.

4.986/40 — Zacarias Pereira de Sousa — Campo Grande — Aumento de quota de rapadura — Arquite-se, em 29-2-44.

5.939/40 — Miguel Ximenes do Prado — Ibiapina — Transferência de engenho de Lucas Ferreira Manso — Deferido, em 13-3-44.

6.620/41 — Valdemar Teixeira de Albuquerque — Sobral — Transf. para João Carneiro de Aragão — Deferido, em 13-3-44.

### ESTADO DO ESPIRITO SANTO :

4.620/43 — Secretaria da Fazenda — Vitória — Consulta acêca do pagamento do Imposto sôbre Vendas e Consignações — Aprovado, em 29-2-44.

### ESTADO DE GOIAZ :

7.483/40 — Antônio Carlos de Araujo — Corumbaíba — Transferência para Narciso Lemos da Fonseca — Arquite-se, em 29-2-44.

284/41 — Antônio Peixoto Gondim — Herd. — Corumbaíba — Transferência para Wilson Barnabé — Aprovado, em 29-2-44.

6.909/41 — Aurelina Pereira de Carvalho — Corumbaíba — Comunica paralização do engenho — Arquite-se, em 29-2-44.

5.695/41 — João Gomes Monteiro — Rio Verde — Transferência para Aildo Ferreira — Deferido, em 29-2-44.

1.940/41 — José Lourenço Primo — Campo Formoso — Transferência para Joaquim Martins Pereira — Deferido, em 29-2-44.

5.813/40 — Sebastião Teixeira da Silva — Goiania — Transferência do engenho de Antônio Alves Carvalho — Deferido, em 29-2-44.

2.022/35 — Antônio Manuel da Silva — Morrinhos — Montagem de engenho — Arquite-se, em 13-3-44.

2.657/35 — Eliezer Teodoro Soares — Morrinhos — Solicita permissão para montar fábrica de rapadura — Arquite-se, em 13-3-44.

2.074/35 — Aprígio Alves Moraes — Morrinhos — Montagem de engenho — Arquite-se, em 13-3-44.

3.165/39 — Lúcia Quirino do Espírito Santo — Santa Luzia — Transferência para Francisco Pereira dos Santos — Deferido, em 13-3-44.



**ESTADO DO MARANHÃO :**

1.395/35 — Acrísio de Sousa Mendonça — Viana — Registro de engenho — Anexo número 1.593/43, do mesmo — Arquite-se, em 13-3-44.

**ESTADO DE MINAS GERAIS :**

1.663/41 — Adriano Justiniano Ferreira — Conceição — Transferência do engenho de Aurélio Lacerda e Silva — Deferido, em 29-2-44.

1.778/40 — Alcides Alceu de Moraes — Uberaba — Transferência de engenho para Sebastião Moraes — Arquite-se, em 29-2-44.

3.790/40 — Altivo da Silva Barreto — Tarumirim — Inscrição de engenho de aguardente — Anexo 3.827/39 — Arquite-se, em 29-2-44.

407/37 — Álvaro Moreno Diniz — Santa Luzia — Inscrição de engenho — Arquite-se, em 29-2-44.

3.025/41 — Antônio Avelino Cota e Irmãos — Rio Piracicaba — Isenção de taxa — Deferido, em 29-2-44.

900/39 — Antônio Joaquim de Macedo — Prata — Transferência para Vicente Rodrigues de Macedo — Deferido, em 29-2-44.

6.615/41 — Antônio de Pinho — Palma — Inscrição de eng. de açúcar — Arquite-se, em 29-2-44.

6.631/40 — Arminda Carolina de Jesus — Carangola — Transferência para Zimer de Sousa — Arquite-se, em 29-2-44.

1.362/40 — Arminda Evarista dos Santos — Conceição — Modificação de registro — Indeferido, em 29-2-44.

643/38 — Artur Pena — Raul Soares — Transferência para Dr. Armando Sodré — Anexo 1.606/41 — Deferido, em 29-2-44.

5.332/42 — Claudino Pereira Lemes — Cachoeiras — Permissão para continuar com o seu eng. registrado — Arquite-se, em 29-2-44.

2.053/38 — Daví Assis Alves de Oliveira — Tocantins — Transferência do eng. de Guilherme Stares de Sousa Lima — Deferido, em 29-2-44.

873/39 — Domingos Coelho Vieira — Virgíniópolis — Transferência do eng. de Maria Madalena de Oliveira — Arquite-se, em 29-2-22.

3.771/41 — Eliseu Benedito de Araujo — Patos — Transferência de Antônio Amâncio de Araujo — Deferido, em 29-2-44.

976/37 — Emílio José de Freitas — Rio Branco — Transferência de eng. de Orozimbo de Paula Nascimento. Anexo 1.421/41 — Arquite-se, em 29-2-44.

4.031/40 — Felix José de Sousa — Paracatú — Montagem de eng. de açúcar — Arquite-se, em 29-2-44.

2.311/42 — Geraldo Feliz de Oliveira — Sabiñópolis — Transferência e modif. de inscrição — Anexo 7152/35 — para José Vicente Gonçalves — Deferido em 29-2-44.

2.813/43 — Irmãos Resende — Carandaí — Permissão para o comércio de Álcool Motor — Restitua-se, em 29-2-44.

4.038/41 — João Dias de Oliveira — Mercês — Transf. p/Galdina Cândida de Jesus — Deferido, em 29-2-44.

6.010/40 — João da Silva Furtado — Argirita — Fixação de quota de rapadura — Deferido, em 29-2-44.

5.759/40 — Joaquim Mariano da Silva — Borda da Mata — Baixa de inscrição — Arquite-se em 29-2-44.

149/38 — José Antônio Monteiro de Barros — Leopoldina — Transferência da fábrica de Paulo Batista e Irmão — Deferido, em 29-2-44.

4.898/40 — José Mendes — Cataguazes — Aumento de quota de rapadura — Aprovado, em 29-2-44.

586/38 — Limírio Alves Pereira — Patos — Baixa de inscrição — Anexo 4391/35 — Aprovado, em 29-2-44.

3.050/43 — Manuel Marinho Camarão & Cia. — Ponte Nova — Açucareira Vieira Martins — Pedem vista de diversos processos — Anexo 3020/43 — Aprovado, em 29-2-44.

3.096/42 — Maria Sebastiana de Jesus — Piumhi — Transferência para José Martins Lopes — Arquite-se, em 29-2-44.

2.585/40 — Mario do Nascimento Botelho — Paracatú — Transferência para Rodolfo Adjuto — Anexo n.º 1.767/35 — Deferido, em 29-2-44.

3.989/41 — Miguel de Paula Gontijo — Dores do Indaiá — Transferência para Joaquim Francisco de Moraes — Deferido, em 29-2-44.

5.771/40 — Pedro Alberto de Melo — Herds. — Mercês — Baixa de inscrição — Anexo Lr. n.º 7.653/40 — Arquite-se, em 29-2-44.

1.956/41 — Raimundo Gomes Andrade — Minas Novas — Instalação de engenho de rapadura — Arquite-se, em 29-2-44.

3.925/43 — Societé Sucrière de R. Branco S/A. — Rio Branco — Alega que está isenta imposto vendas e consignações s/álcool anidro — Arquite-se, em 29-2-44.

1.123/40 — Justino Lisbôa Carneiro — Santa Catarina — Transferência do eng. de Francisco Inácio de Magalhães — Anexo n.º 6.519/41 — Deferido, em 29-2-44.

4.376/40 — Afra de Oliveira Barreiros — Vva. — Paracatú — Transferência para Raul de Sousa Dias — Deferido, em 13-3-44.

2.870/43 — Carlota Maria de Sousa — Viçosa — Transferência para Bertoldino Pereira da Silveira — Deferido, em 13-3-44.

1.202/43 — Cornélio Francisco de Sales — Guaranésia — Transferência para Nelson Francisco Militão — Deferido, em 13-3-44.

3.844/43 — Irmãos Carneiro — Ponte Nova — Transferência para Comp. Açucareira Vieira Martins — Arquite-se, em 13-3-44.

2.261/43 — Ivo Lourenço Freitas — Tarumirim — Transferência para Antônio Anastácio de Paula — Arquite-se, em 13-3-44.

3.798/42 — João Maria Evangelista — Matias Barbosa — Solicita o cancelamento de débito de Cr\$ 180,00, existente neste Inst. — Anexo 2.560/38 — Deferido, em 13-3-44.

3.631/39 — José Gomes de Andrade — Minas Novas — Cancelamento de inscrição — Arquite-se, em 13-3-44.

2.549/41 — José Vilela Pereira — Carmo do Rio Claro — Retificação de cobrança da taxa — Deferido, em 13-3-44.

1.338/42 — Manuel Alves Duarte — Cataguanas — Solicita a remessa dos talões ref. ao seu engenho "Tirol" — Aprovado, em 13-3-44.

5.733/40 — Manuel José dos Santos — Botelhos — Baixa de inscrição — Arquite-se, em 13-3-44.

6.302/40 — Maria Luiza Oliveira — Mercês — Transferência do engenho de Luiz Alves — Oliveira — Deferido, em 13-3-44.

6.039/40 — Maria Madalena Meireles — Vva. — Varginha — Isenção de taxa do engenho de Luiz Gonzaga Meireles — Aprovado, em 13-3-44.

334/39 — Orlando Domingos dos Santos — Borda da Mata — Baixa provisória — Arquite-se, em 13-3-44.

4.013/40 — Sérgio Vieira da Silva — Para catú — Transferência para José Lima Ferreira — Indeferido, em 13-3-44.

#### ESTADO DA PARAIBA :

3.967/43 — João Duarte dos Santos Lima — Guarabira — Transferência para Maria Amélia Duarte Lima — Deferido, em 29-2-44.

#### ESTADO DO PARANA' :

890/43 — Borges & Cia. — Paranaguá — Inscrição de engenho de aguardente — Arquite-se, em 13-3-44.

#### ESTADO DE PERNAMBUCO :

317/42 — Joaquim Marques de Lima — Triunfo — Transferência para João Irineu de Sousa — Anexo 330/42 — Arquite-se, em 29-2-44.

4.017/44 — José Carlos Pereira Dantas e Irmãos — Salgueiro — Transferência para Manuel Carlos Pereira Dantas — Arquite-se, em 13-3-44.

#### ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE :

898/43 — Aureo de Araujo — S. José do Mi-pibú — Transferência de engenho de aguardente e açúcar — Deferido, em 29-2-44.

6.746/40 — Francisco Antônio da Silva — Macaíba — Transferência para Pedro Simeão Leal e Antônio Ferreira de Melo e aumento de quota — Aprovado, em 13-3-44.

887/39 — Miguel Ferreira da Silva — São Gonçalo — Baixa de inscrição — Deferido, em 13-3-44.

#### ESTADO DO RIO DE JANEIRO :

4.666/43 — Afonso Alves da Silva — Itaocara — Liberação de aguardente — Aprovado, em 29-2-44.

2.889/42 — Cornélio Anomal — Campos — Reclamação do fornecedor — Arquite-se, em 29-2-44.

784/41 — Henrique Curty e Filhos — Vva. — Carmo — Transferência do eng. de José Bard e outros e permissão para fabricar aguardente — Anexo 3.438/35 — Deferido, em 29-2-44.

5.383/35 — José Correia Vaz — Sapucaia — Inscrição de engenho — Arquite-se, em 10-3-44.

1.594/43 — Aristides Veiga Ururá — Angra dos Reis — Transferência para Soc. Agro Pecuária Industrial Ltda. — "Sapil" — Deferido em 10-3-44.

9.355/44 — Macarino Garcia de Freitas — Distrito Federal — Certidão s/revenda de açúcar de um para outro município — Deferido, em 10-3-44.

#### ESTADO DE SÃO PAULO :

4.323/40 — B. Sasso e Irmãos — Lençóis — Transf. para Carlos Giacometti e Irmãos. Anexo 3.228/40 — Deferido, em 29-2-44.

1.337/42 — Cassiano Pinheiro Maciel — São Paulo — Pede certidão da publicação da tabela de preços para os fornecimentos de cana — Arquite-se, em 29-2-44.

4.275/43 — Ferazzo & Cia. — Jundiaí — Liberação de aguardente requisitada — Aprovado, em 29-2-44.

487/44 — João Bovi e Cia. — Limeira — Solicita permissão para venda de 50% sua produção de aguardente — Novembro de 1942 — Aprovado, em 29-2-44.

4.599/44 — João Junqueira Franco — Bebedouro — Consulta sobre limitação da produção — Aprovado em 29-2-44.

1.958/44 — Luiz Schiavon & Irmãos — Rio das Pedras — Restituição da taxa para sobre 19.500 lts. de aguardente — Restitua-se, em 29-2-44.

6.834/40 — Moisés José da Silva — Cajurú — Transferência e remoção do engenho de Aarão — José da Silva. Anexos 2.799/38 e 3.851/38 Deferido, em 29-2-44.

4.267/43 — Pedro Silotto & Filhos — Serra Negra — Liberação da aguardente requisitada — Aprovado, em 29-2-44.

2.162/42 — Sebastião Justino — Salto Grande — Inscrição de engenho de açúcar — Arquite-se, em 29-2-44.

108/34 — Antônio Castelucci — Itapetininga — Inscrição de fábrica — anexo — 2.699/40 de Hermelindo Duarte — Aprovado, em 13-3-44.

4.276/43 — João Accorsi — Santa Adélia — Liberação de aguardente requisitada mediante pagamento da taxa — Aprovado, em 13-3-44.

4.419/41 — Manuel Benedito dos Santos — Redenção — Transferência para José Dantas — Deferido, em 13-3-44.

3.898/35 — Pedro Lúcio Celestino — Assis — Inscrição de engenho — Deferido, em 13-3-44.

5.047/42 — Mário Salem — Penápolis — Devolução de Cr\$ 5.950,00 que depositou, referente a Auto de Infração — Aprovado, em 14-3-44.



# COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

Publicamos nesta secção resumos das atas da Comissão Executiva do I.A.A. Na secção "Diversas Notas" damos habitualmente extractos das atas da referida Comissão, contendo, às vezes, na íntegra, pareceres e debates sobre os principais assuntos discutidos em suas sessões semanais.

## 5.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 19 DE JANEIRO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Castro Azevedo, Álvaro Simões Lopes, Cassiano Pinheiro Maciel, João Soares Palmeira, Moacir Soares Pereira, José Carlos Pereira Pinto e Aderbal Novais.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Financiamento** — Aprova-se a proposta da Gerência, referente ao pedido de aumento de verba de financiamento para mais 110 mil sacos de açúcar bruto, apresentado pela Cooperativa dos Banguzeiros de Pernambuco.

**Produção de açúcar** — Resolve-se permitir o embarque de açúcar novo da Paraíba para o sul, em vapores que não possam destinar a praça para embarques de açúcar em Recife, Maceió ou Aracajú.

— De acôrdo com as informações prestadas pelo auxiliar de Fiscalização Nerino de Almeida sobre a produção de açúcar da Usina Bandeirante do Paraná Ltda., afim de ser liberado o respectivo produto, resolve-se pôr à disposição da Comissão de Abastecimento do Estado do Paraná o açúcar daquela fábrica, mediante o pagamento à mesma de 96 cruzeiros por saco.

— Aprova-se o relatório da Secção de Estudos Econômicos, no qual se declara que a parcela a ser acrescida ao limite da Usina Salgado, em Pernambuco, é de 2.695 sacos.

**Exportação** — Solucionando dois pedidos de autorização para exportação de açúcar para os Estados Unidos e a Argentina, a C.E., dadas as informações apresentadas pela Gerência, resolve não permitir, por ora, nova venda para o exterior.

— Aprova-se a venda de 150 mil sacos de açúcar cristal para o Uruguai, por intermédio das firmas E. G. Fontes & Cia., e Norton Megaw & Cia., por conta da quota de convênio estabelecido com aquele país.

**Venda de usina** — Aprova-se o parecer emitido pela Secção Jurídica, em resposta a um requerimento da firma proprietária da Usina Pedraão, Minas Gerais.

**Alteração de maquinaria** — Despachando um requerimento do Sr. Cirilo Bortoleto, solicitando autorização para instalar um jôgo de moendas de cinco rôlos no engenho de sua propriedade, em São Carlos, Estado de São Paulo, a C.E., considerando a possibilidade do aproveitamento de no-

vas moendas para fabricação de aguardente ou álcool, resolve mandar examinar, prèviamente, as possibilidades de produção de aguardente e a exequibilidade de uma distilaria de álcool.

**Apreensão de açúcar** — O fiscal Carlos F. Martins, do interior de São Paulo, consulta sobre a maneira de proceder, no caso de apreensão de açúcar não acompanhado de notas de entrega ou de remessa, embora não em trânsito nem em estabelecimento comercial. Por proposta do Sr. Presidente, resolve-se dar vista do processo ao Sr. Castro Azevedo.

**Incorporações de quotas** — Aprova-se o parecer da Secção Jurídica, referente ao pedido de incorporação da quota do engenho da Sra. Maria Augusta Vieira Campos ao limite da Usina Pedraão, em Minas Gerais.

— Nos termos do parecer da Secção Jurídica, aprova-se a transferência da quota do engenho de Cândido Lucas de Sena ao limite do engenho de Jorge Silos, Rio Grande do Norte.

— Aprova-se ainda a incorporação da quota do engenho de Domingos Teodoro dos Santos ao limite do engenho de Martinho João dos Santos, em Santa Catarina.

## 6.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Castro Azevedo, Arnaldo Pereira de Oliveira, Moacir Soares Pereira, Álvaro Simões Lopes, Cassiano Pinheiro Maciel, João Soares Palmeira e Aderbal Novais.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Produção de açúcar** — Resolve-se encaminhar à Coordenação da Mobilização Econômica um telegrama dos produtores de açúcar de Rio Branco, Minas Gerais, a propósito do êxodo de trabalhadores rurais daquela região açucareira.

**Bonificação** — A Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco pleiteia o pagamento pelo I.A.A. do deficit resultante do excesso de frete pago aos vapores estrangeiros sobre o açúcar transportado do Recife para o Rio Grande do Sul; êsse deficit se eleva a Cr\$ 76.351,80. De acôrdo com a proposta do Sr. Presidente, autoriza-se o pagamento da referida importância.

**Financiamento** — Aprova-se o parecer da Gerência, emitido a propósito de uma consulta da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, referente ao financiamento de açúcar extra-limite das usinas daquele Estado.

**Reajustamento de vencimentos** — A propósito da reclamação feita por diversos funcionários, relativamente ao reajustamento dos seus vencimentos, é lido e debatido o parecer do Sr. Otávio Milanez, resolvendo-se, por proposta do Sr. Presidente, ouvir o DASP sobre o assunto.

**L. B. A.** — Aprova-se o parecer da Secção



Jurídica, no sentido de que devem ser suspensos os descontos de meio por cento nos vencimentos dos funcionários, em benefício da Legião Brasileira de Assistência.

**Comissão Executiva** — Aprova-se a redação final da resolução que dispõe sobre a organização das listas para escolha dos representantes da Comissão Executiva.

**Montagem de novas usinas** — Desde que mereça a aprovação do Sr. Ministro da Agricultura, a C.E. concorda com a proposta do Sr. Jair Meireles referente à verba para aquisição de material destinado aos engenhos a serem instalados nos núcleos coloniais daquele Ministério.

**Incorporação de quota** — Resolve-se autorizar o aproveitamento de 50 por cento da quota do Engenho "Paraiso", Alagoas, pela Usina Santo Antônio.

**Paralização de usina** — Tendo o Sr. Leôncio de Araújo, proprietário da Usina Capibaribe, solicitado transferência para a referida fábrica das quotas de fornecedores da Usina São João da Várzea, que se acha paralizada, a C.E. resolve conceder a incorporação pedida, a título provisório, de conformidade com o parecer da Secção de Assistência à Produção.

## 7.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM EM 2 DE FEVEREIRO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Arnaldo Pereira de Oliveira, Castro Azevedo, Luiz Dias Rolemberg, José Carlos Pereira Pinto, Moacir Soares Pereira J. Bezerra Filho, Álvaro Simões Lopes, Cassiano Maciel, João Soares Palmeira e Aderbal Novais.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Comissão Executiva** — O Sr. Presidente dá conhecimento à Casa do ato do chefe do governo que concedeu exoneração ao Sr. Manuel Francisco Pinto do cargo de representante dos fornecedores de cana na Comissão Executiva do I.A.A.

— De acôrdo com a proposta do Presidente, aprova-se a seguinte resolução: "No caso de decisão ou resolução da Comissão Executiva, as representações só poderão ser admitidas quando encaminhadas pelos funcionários aos chefes de serviço e por estes ao presidente da Comissão Executiva."

**Produção de açúcar** — Por proposta do Sr. Castro Azevedo, aprova-se uma resolução, prorrogando por 30 dias, contados desta data, o prazo a que se refere o art. 3.<sup>o</sup> da Resolução 74/43, de 7-11-43.

**Preços legais** — Aprovam-se as tabelas de preços para a venda de açúcar nos centros produtores, devendo as mesmas ser submetidas às Comissões de Racionamento e Tabelamento dos diversos Estados.

**Caixa do Alcool** — Aprova-se o parecer apresentado pelo Sr. Moacir Soares Pereira, a propósito do seu trabalho relativo às bonificações concernentes à safra 1942/43, a pagar aos produtores de álcool de São Paulo.

**Incorporações de quotas** — Resolve-se aprovar a proposta da Secção de Fiscalização, no sentido de se permitir a cobrança da taxa de engenhos paralizados por motivo de incorporação de suas quotas a usinas, pela respectiva lotação, quando não fôr conhecida a sua produção real.

— Com fundamento nos votos relatados pelo Sr. Castro Azevedo, anexos aos processos abaixo relacionados, a Comissão Executiva profere os seguintes despachos:

**Deferidos** — De Engenhos a Usinas:

À Usina Ana Florência — Minas Gerais — 2.625/42 — Engenho de Dirceu Duarte Braga e ainda inscrito neste Instituto em nome de Mauro Roquette Pinto, situado em Matias Barbosa, limitado em 300 sacos. À Usina São João — Minas Gerais — 6.718/40 — Engenho de Raimundo Nonato, Cota, situado, em Mariana, limitado em 50 sacos. À Usina Pontal — Minas Gerais — 5.863/41 — Engenho de Antônio Ferreira de Moura Teles, situado em Uberaba limitado em 174 sacos. À Usina Jatiboca — Minas Gerais — 2.180/42 — Engenho de João Raimundo Quitão, em Conceição, 100 sacos. À Usina Adelaide — Santa Catarina — 5.957/41 — Engenho de Euclides Custódio, situado em Itajaí, limitado em 50 sacos. À Usina N. S. Aparecida — São Paulo — 3.627/42 — Engenho de Joaquim C. de França, em Mogí-Guaçu, limitado em 50 sacos. À Usina Campo Verde — Alagoas — 303f41 — Engenho de Benon Maia Gomes e ainda inscrito no I.A.A. em nome de Aristides Rocha Cavalcanti, situado em União, limitado em 1.926 sacos. À Usina Lindoia — Minas Gerais — 1.839/42 — Engenho de José Martins da Costa, situado em Monte Santo, limitado em 240 sacos.

**Indeferido:** À Usina Jatiboca — Minas Gerais — 2.865/42 — Negar provimento ao recurso interposto pela Cia. Agrícola Pontenovense na decisão de processo 2.865/42, de interesse de Francisco Borges Pereira. À Usina Lindoia — Minas Gerais — 2.216/42 — Negar provimento ao recurso interposto por J. C. Belo Lisboa, arquivando-se o processo. À Usina Camaragibe — Alagoas — 6.799/41 — Engenho de Artur de Pereira Moraes, situado em Pilar. Indeferida a pretensão da inicial. À Usina União e Indústria — Engenho São Caetano — Pernambuco — 3.620/43 — Em requerimento de 1-9-43, Amaro Cavalcanti solicita ao I.A.A. o aproveitamento da quota do Engenho São Caetano, de sua propriedade, situado em Vitória, e limitado em 3.267 sacos, mediante o fornecimento de canas à Usina União e Indústria. Aprovado o voto do Sr. relator, de acôrdo com o parecer da Secção Jurídica, que conclui pelo deferimento da inicial mediante o aproveitamento até 1.800 toneladas de canas pela Usina União e Indústria, a qual ficará autorizada a produzir até 2.700 sacos de açúcar, na base do rendimento industrial de 90 quilos por tonelada de cana e somente na safra em curso, 1943-44.

**Fixação de média de produção** — Aprova-se o parecer da Gerência, emitido a propósito de uma representação de Edmundo de Oliveira Freire, referente ao critério para fixação da média de produção das fábricas para estabelecimento dos seus limites.



**Majoração de 20 por cento** — De acôrdo com os pareceres, resolve-se conceder o aumento de 20 por cento sôbre o limite inicial à Usina Unus-sú, Alagoas.

**Inscrição de fábrica** — Manda-se inscrever como fabricante de rapadura, com limite de 50 cargas, o engenho de Alcides Rodrigues da Cunha situado em João Ribeiro, Minas Gerais.

## 8.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 8 DE FEVEREIRO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Castro Azevedo, Otávio Milanez, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Arnaldo Pereira de Oliveira, Luiz Dias Rolemberg, Moacir Soares Pereira, Cassiano Pinheiro Maciel e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Safra fluminense** — O Sr. José Carlos Pereira Pinto pede ao Presidente uma providência no sentido de regularizar a situação das usinas do Estado do Rio, no tocante ao cancelamento das vendas de açúcar feitas para o Estado de Minas Gerais. O Presidente faz a respeito sugestões, com as quais concorda a C.E.

**Exportação** — De acôrdo com o parecer da Gerência, resolve-se atender ao pedido da firma Netherlands Purchasing Commission, que solicitou autorização para comprar, mensalmente, 10 mil quilos de açúcar refinado para os prisioneiros de guerra, por intermédio da Cruz Vermelha.

**Estatuto da Lavoura Canavieira** — Aprova-se a redação final da Resolução que dispõe sôbre a criação de comissões de conciliação.

**Caixa de álcool** — O Sr. Moacir Pereira apresenta um relatório acêrca do pagamento de bonificações sôbre álcool aos produtores de Pernambuco, na safra 1942/43. O relatório é discutido e aprovado em suas linhas gerais.

**Montagem de engenho** — O Sr. Rui Alcides de Carvalho pede permissão para instalar em Carolina, Maranhão, uma fábrica de açúcar, com capacidade para 3 mil sacos anuais, por conta dos 20.000 sacos estabelecidos para aquele Estado pela Portaria n.º 17 da Coordenação da Mobilização Econômica e concedidos pelo Instituto ao Ministério da Agricultura. Em face dos pareceres, resolve-se deferir o pedido, fixada uma quota de 2 mil sacos.

**Averbações** — Com fundamento nos pareceres da Secção Jurídica, anexos aos processos abaixo relacionados, a Comissão Executiva profere os seguintes despachos:

a) — **Inscrição e Transferência de Proprietários** — 7.914/35 — de José Augusto da Silva — Itaocara — Estado do Rio. Aprovada a inscrição do engenho de rapadura com o limite de 50 cargas fazendo-se a inscrição inicialmente em nome de Jacinto Augusto da Silva (Espólio) e, em seguida, averbando-se a transferência para o nome do interessado.

5.854/35 — de José Augusto Pessoa — São

Miguel — Rio Grande do Norte. Idem, idem em nome de Hilderico F. Pessoa e, idem para o nome do interessado.

2.459/39 — de Marcionílio Cândido do Nascimento — Lençóis — Bahia. Idem, idem, idem em nome de Naziozeno dos Santos e, idem, idem.

2.474/38 — de Sebastião Rodrigues da Silva — Lençóis — Bahia. Idem, idem, idem em nome de Hipólito Rodrigues da Silva, idem, idem.

7.877/35 — de José Calazans (Barbosa) — Alegre — Espírito Santo. Idem, idem, idem, em nome do requerente, averbando-se em seguida para o atual proprietário Adrião Raimundo.

1.453/41 — de Miguel Ferreira dos Santos — Bomfim — Minas Gerais. Aprovada a inscrição do engenho de rapadura com o limite de 50 cargas, fazendo-se a inscrição em nome de Maria L. Floripes, averbando-se em seguida, a transferência de inscrição para o nome do requerente, devendo a Fiscalização promover a desinterdição da maquinaria do engenho do interessado, verificando ainda se a maquinaria do engenho de Maria L. Floripes se acha realmente inutilizada. Procs. anexos 2.852/40 e 2.585/38.

2.764/39 — de José Pereira dos Santos — Planaltina — Goiaz. Idem, idem, idem em nome de Antônio Gomes Rabelo, averbando-se, em seguida, a transferência para o nome do requerente.

931/38 — de Manuel Bráulio Wermelinger — Duas Barras — Estado do Rio. Mandando arquivar o presente processo em que o requerente solicita inscrição de um engenho e mais tarde transferido para Luiz Gonzaga Wermelinger e por ter êste desistido do pedilo de inscrição.

### b) — Transferência de Proprietários:

3.269/38 — de Jorgelino José Bernardino — Itaperuna — Estado do Rio. Aprovada a averbação de transferência do engenho de propriedade do Sr. José Carlos Pereira para o nome do interessado, observadas as formalidades usuais e feitas as comunicações de praxe.

3.573/42 — de Justino Luiz Alves Pereira — Miraf — Minas Gerais. Mandando arquivar o presente processo em que os herdeiros de Justino Alves Pereira pedem a averbação da transferência da inscrição de seu engenho para o nome dos mesmos e a Secção de Estatística informar que já se acha feita a referida averbação de inscrição.

c) — **Aumento de Limite e Transferência de Proprietários** — 4.297/41 — de Severino Gonçalves Magalhães — Senador Pompeu — Ceará. Aprovado o parecer da Secção Jurídica para o fim de ser feita a averbação da transferência da inscrição do engenho do nome do ex-proprietário Raimundo Bezerra de Figueiredo para o do requerente e negado o pedido de aumento de quota do referido engenho, competindo à Fiscalização verificar a efetiva remoção da maquinaria do mesmo.

1.240/42 — de João Martins Leite Monteiro — Sapucaia — Estado do Rio. Aprovado o parecer da Secção Jurídica para o fim de ser feita a averbação da transferência da inscrição do nome de Antônio Neves Filho para o do requerente, negando-se, todavia, o aumento de limite



solicitado na inicial, devendo o requerente satisfazer o pagamento do débito com este Instituto. Proc. anexo 5.397/35.

4.897/40 — de Pedro Causin (Espólio) — Cataguazes — Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica para o fim de ser feita a averbação da transferência da inscrição do nome de Pedro Causin para o de seu filho José Ramos Causin com elevação do limite para 250 cargas de rapadura, procedendo-se às comunicações de praxe e devolução do depósito.

7.300/40 — de Joaquim Martins Chaves — Cascavel — Ceará. Aprovado o parecer da Secção Jurídica para o fim de ser feita a averbação da transferência de inscrição do nome de Moisés Martins Ventura para o do requerente com elevação da quota para 200 cargas, feitas as comunicações de praxe.

**Inscrição de fábricas** — Aprovando os pareceres da Secção Jurídica, a Comissão Executiva autoriza o registro das fábricas dos interessados abaixo relacionados:

Fábricas de rapadura — de Miguel Arcanjo Soares, Waldimir Soares da Silva, Milton Lima, Luis Fernandes de Vasconcelos (Herds.), Cícero Bento Fernandes, Miguel Bevilaqua, Carlos Gomes de Sousa, Miguel Francisco de Novais, Fulgêncio Pereira de Aguiar, Maximiniano José de Sousa, Marcelino José da Silva, José Silvéstre da Costa, Pedro Cattein, Sebastião Acacio de Melo, Lourenço Barbosa de Oliveira, Roberto José de Moraes, Antônio Zampirolli, Manuel Eustáquio, Honorio Cruz Pinheiro, Francisco Merenda, José Lucindo de Farias, Antônio Correia Rocha, Manuel Gonçalves Gomes, José Mariano da Silva, Luís Alcantara, José de Sousa Cardoso, Manuel Domingos Correia, João Moreti, Antônio Moreira Cabral, Antônio Pereira dos Santos, José Masini, José Serra, Ângelo Gonçalves dos Santos, Francisco Bon, Antônio Bernaddes Diniz (An. 1.640/38), João Antônio da Costa, José Bernardino de Oliveira, Francisco de Paula Melo (An. 346/40), Antônio José da Fonseca.

Fábricas de açúcar — de Salvador de Sousa Barreto, Rufino José de Freitas, Maria Luisa da Conceição, Previsto Moraes dos Santos.

— A Comissão Executiva, tendo em vista o que dispõe a Resolução 38/42, de 5/8/42, resolve autorizar o registro das fábricas de aguardente e álcool dos interessados abaixo relacionados:

Fábricas de aguardente — de Hassan Sabry, Julia Duarte Lopes Lima e Filhos (herds.), Justo da Silva Santos Filho, Gillist Peçanha Dutra, Antônio Gomes de Aguiar, Salim Simão, Sebastião Bueno, Mário Wanderley da Costa, Emílio Munstock, Mário Murta.

Fábricas de álcool — de José Maria Álvares da Silva, Distilaria de Álcool Alvinopolós Ltda., Vva. Salomão & Filhos.

Fábrica de álcool carburante e potável — da Cia. Industrial Jequirense S. A.

Fábrica de álcool e aguardente — de Olívio José da Silva.

**Aumento de limite** — Com fundamento nos pareceres da Secção Jurídica, anexos aos proces-

sos abaixo relacionados, a Comissão Executiva resolve conceder os seguintes despachos:

Fábricas de rapadura — de Estanislau Ricardo de Oliveira (herds.), Joaquim Fernandes Telles (devendo liquidar o débito com este Instituto) — deferido.

Recurso denegado — João Evangelista de Melo.

Fábricas de açúcar — de José Sabino de Oliveira Filho, José Xavier de Araujo, Joaquim Luiz da Silva, Julio Cesar de Mendonça Uchôa, a engenheiros — Utinga e Conceição — (Aumentos subordinados ao pagamento da taxa de defesa), José Lourenço de Freitas.

Recursos denegados — Ormindio Monte, José Tomaz da Silva Nonô.

### 9.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 9 DE FEVEREIRO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Castro Azevedo, Arnaldo Pereira de Oliveira, J. Bezerra Filho, Moacir Soares Pereira, Luiz Dias Rolemberg, Aderbal Novais, João Soares Palmeira e Cassiano Maciel.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Usina Camaragibe** — Relativamente a uma diligência fiscal, realizada na Usina Camaragibe, Alagoas, é lido e aprovado um parecer da Secção Jurídica.

**Reclamação de fornecedor** — Aprova-se o parecer da Secção Jurídica, emitido no processo referente à reclamação formulada pelo fornecedor de cana, Sr. Atílio Balbo, contra a Usina Albertina, em São Paulo.

— Dá-se vista ao Sr. Arnaldo Oliveira dos processos referentes às reclamações formuladas pelos fornecedores herdeiros de Maria Luisa Wanderley de Araujo Pinho e Joaquim Wanderley de Araujo Pinho contra a Usina Paranaguá, Bahia.

**Quota do Distrito Federal** — A Delegacia Regional da Bahia informa que o Sindicato da Indústria do Açúcar da Bahia confirma a negativa da entrega da quota do Distrito Federal, alegando falta de disponível, em função do aumento do consumo do Estado. O assunto é debatido, sendo afinal aprovada uma proposta do Presidente, no sentido de ser mantida a quota do Distrito Federal para os usineiros baianos, proibida qualquer retirada de açúcar para fora do Estado, antes de satisfeita a referida quota.

**Produção de açúcar** — Os usineiros e exportadores do Estado da Paraíba pleiteam a obtenção de transportes para exportação de açúcar para os mercados do sul do país. A Gerência presta informações a respeito, resolvendo a C.E. não permitir novas saídas de açúcar da Paraíba para os mercados do sul ou para o estrangeiro.

— A firma Vilanova, Torres & Cia., proprietária da Usina Ressaca, no município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, informa ao Instituto que contra a mesma foi requerido um sequestro, como medida preparatória de uma ação judicial, o qual



já foi realizado. O parecer da Secção Jurídica, no sentido de que o I.A.A. não tem qualidade para intervir no feito, é aprovado pela C.E.

**Preços legais** — Aprova-se a proposta da Gerência, relativa à fixação dos preços "cif" Santos e Rio para os açúcares dos tipos demerara, mascavo e somenos.

—A Gerência apresenta uma proposta, afim de reajustar o preço "cif" do açúcar embarcado para os portos do Rio Grande do Sul, por motivo de descarga frequente em pôrto que não o do destino. A proposta é aprovada.

**Produção de aguardente** — De acôrdo com o parecer da Secção de Estudos Econômicos, é indeferido o requerimento da firma proprietária da Usina Peixe, em Alagoas, solicitando autorização para reiniciar o fabrico de aguardente.

**Usina Monte Alegre** — Aprova-se a fórmula proposta pelo Presidente para pagamento das indenizações devidas pela firma proprietária da Usina Monte Alegre, São Paulo, aos colonos que foram pela mesma injustamente despedidos.

**Requisição de aguardente** — De acôrdo com com os pareceres, indefere-se o requerimento do Sindicato da Indústria da Cerveja e Bebidas em Geral de São Paulo, solicitando dispensa da taxa de 60 centavos sôbre litro de álcool.

**Instalação de usina** — Aprova-se o parecer da Secção Jurídica, respondendo a uma consulta do prefeito de Muriaé, Minas Gerais, sôbre a possibilidade de instalação de uma usina naquele município.

**Aumento de limite** — Resolve-se aceitar o requerimento do Sr. Antônio Esmeraldo, solicitando aumento de limite para um engenho de rapadura de sua propriedade, localizado em Joazeiro, Ceará, deliberando-se ainda mandar tomar as providências cabíveis no caso.

**Reconhecimento de firma** — Respondendo a uma consulta da Secretaria da Presidência do I.A.A., a Secção Jurídica declara que a exigência do reconhecimento da firma do requerente, em petição inicial, poderá ser suprida em qualquer fase do processo. A C.E. aprova o parecer.

**Transformação de engenho em usina** — Aprova-se o parecer emitido pela Gerência, a propósito de uma consulta do procurador regional de Pernambuco a respeito do funcionamento do engenho "Duas Unas".

**Liberação de aguardente** — De acôrdo com o parecer da Secção Jurídica, é indeferido o requerimento do Sr. Vicente Alves Nilo, solicitando liberação de 30.000 litros de aguardente que haviam sido requisitados.

**Incorporação de quotas** — Aprova-se o parecer da Secção Jurídica, emitido no processo em que a Cia. Açucareira Vieira Martins, de Ponte Nova, Minas Gerais, solicita reconsideração de despachos proferidos em processos de incorporação de quotas de interesse da mesma.

— Com fundamento nos votos do relator, constantes dos processos abaixo, profere a Comissão Executiva os seguintes despachos:

**Incorporações deferidas** — À Usina Pedrão — Minas Gerais — 1.667/42 — Engenho de An-

tônio Francisco Oliveira, situado em Varginha, limitado em 654 sacos de açúcar.

À Usina Pontal — Minas Gerais — 6.414/41 — Engenho de Ponciano Ferreira de Sá, situado em Conceição, limitado em 50 sacos de açúcar. 6.421/41 — Engenho de Antônio Correia, situado em Conceição, limitado em 50 sacos de açúcar. 6.419/41 — Engenho de Juvenal Lacerda de Queiroz, situado em Conceição, limitado em 50 sacos de açúcar.

À Usina Monte Alegre — Minas Gerais — 6.877/41 — Engenho de José Moreira de Figueiredo, sucessor de Marcos Alves de Figueiredo, situado em Campestre, limitado em 67 sacos de açúcar.

Ao Engenho São Sebastião — Minas Gerais — 6.703/41 — Engenho de Artur Dias Ladeira, situado em São João Nepomuceno, limitado em 50 sacos de açúcar.

6.697/41 — Engenho inscrito em nome de Oton Diniz Manso Monteiro, hoje de propriedade de Augusto da Silva Ferreira, situado em Além Paraíba, limitado em 110 sacos de açúcar.

**Incorporações indeferidas** — À Usina Adelaide — Santa Catarina — 5.968/41 — Engenho de Rufino Agostinho Anacleto.

Ao Engenho São Pedro — Rio Grande do Norte — 5.936/41 — Engenho São Pedro de Ursina Ribeiro Dantas (herdeiros).

## 10.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Castro Azevedo, José Carlos Pereira Pinto, Arnaldo Pereira de Oliveira, Luiz Dias Rolemborg, Aderbal Novais e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Expediente** — Por proposta do Presidente aprova-se um voto de pesar pelo falecimento do industrial pernambucano, dr. José Henrique Carneiro da Cunha; é lido um telegrama da Skoda Brasileira S. A... comunicando ter saído a empresa do regime de administração; é lido um officio da diretoria do Hospital São João Batista, de Paranhos, Minas Gerais, agradecendo um donativo.

**Escoamento da safra paraibana** — Resolve-se autorizar os produtores da Paraíba a embarcar para o sul do país uma partida de 30.000 sacos de açúcar.

**Financiamento** — Atendendo às razões invocadas pela Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, resolve a C.E. reduzir de 6 para 3 por cento os juros cobrados sôbre o financiamento do açúcar granfina, de Pernambuco e Alagoas.

— Resolve-se conceder um empréstimo de Cr\$ 1.500.000,00 à Cooperativa Mista dos Fornecedoros de Cana da Bahia.

**Fornecimento** — Resolve-se homologar a conciliação entre o fornecedor Bertoldo de Sousa Tavares e a Usina São José, do Estado do Rio.

**Usina Monte Alegre** — A C.E. aprova o ato



do Presidente que mandou pôr à disposição do procurador regional em São Paulo o depósito adicional de Cr\$ 27.890,20, feito pela Usina Monte Alegre, São Paulo, para pagamento de indenizações devidas a colonos injustamente despedidos.

**Incorporação de quota** — Aprova-se, na integra, a exposição da Secção de Assistência à Produção, a propósito da transferência da quota da Usina São João da Várzea para a Usina Trapiche, Pernambuco.

— Aprovado o parecer da Secção Jurídica, resolve-se manter o despacho que indeferiu o pedido de incorporação da quota do engenho de D. Etelvina Fiais de Jesus para a Usina Lindoia, Minas Gerais. — Resolve-se adiar o julgamento do recurso interposto pela Usina Lindoia do despacho que indeferiu o pedido de incorporação da quota do engenho de José Chaves Junior ao limite daquela fábrica.

**Processo fiscal** — Aprova-se o parecer da Gerência, emitido no processo referente ao pagamento das quotas partes devidas aos fiscais do Imposto de Consumo, Srs. Afrodísio Borba Filho e Antônio J. Ribeiro Pinto, no auto de infração lavrado em junho de 1939 contra a Usina Volta Grande, Minas Gerais.

**Aumento de limite** — Aprova-se o parecer da Secção Jurídica, contrário ao pedido do Sr. Antônio Gabriel Junqueira, de quotas de 600 sacos de açúcar e 300 cargas de rapadura para o engenho de sua propriedade, em Leopoldina, Minas Gerais.

**Inscrição de fábrica** — Autoriza-se o registro das seguintes: de rapadura — de Astor Goulart de Moura, Minas Gerais; Joaquim Ramos de Oliveira, Rio de Janeiro; Francisco Bahia de Macedo, Ceará; Gabriel Gomes de Aguiar, Rio de Janeiro. De aguardente — de Lourenço de Sousa e Silva, Pernambuco; Irmãos Tonidandel, Minas Gerais. De açúcar e álcool — de Irmãos Paulini, Minas Gerais. De aguardente e rapadura — de Francisco Eduardo Rangel Torres, Mato Grosso; Antônio José de Fontes, Rio Grande do Norte.

**Recursos denegados** — Autoriza-se a devolução do depósito no processo de interesse de Aurora Lima Pontes, Minas Gerais; negado provimento ao recurso de Torquato Franco de Campos.

**Redução de limite** — Joaquim Pereira Júnior, Ceará, reduzido o limite do seu engenho para 100 cargas; Amador da Costa e Silva, Minas Gerais, idem para 100 cargas; José da Costa Lago, Minas Gerais, idem para 100 cargas.

## 11.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIADA EM 1 DE MARÇO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Castro Azevedo, José Carlos Pereira Pinto, Arnaldo Pereira de Oliveira, Luiz Dias Rolemberg, Aderbal Novais e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Expediente** — Constou do seguinte: telegrama do Sr. J. Bezerra Filho, agradecendo o voto

de pesar, inserto em ata da Comissão Executiva, pelo falecimento do Dr. José Henrique Carneiro da Cunha; telegrama da Administração do Hospital Amparo Mauá, Sergipe, agradecendo um donativo de 3 mil cruzeiros que lhe fez o I.A.A.

**Férias de funcionários** — A propósito de assunto idêntico ao tratado em sessão anterior, relativamente à conversão de férias em indenização ou à acumulação do período de férias, lê o Sr. Presidente o seguinte despacho do Sr. Ministro do Trabalho, recentemente publicado na imprensa: "Requer o Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Rio de Janeiro a este Ministério que sejam extensivos aos estabelecimentos de gêneros alimentícios as disposições do decreto-lei n.º 4.868, de 23 de outubro de 1942. Indefiro o pedido, de acôrdo com o parecer do Departamento Nacional do Trabalho. A finalidade do referido diploma legal é, essencialmente, permitir um perfeito desenvolvimento do esforço de guerra, mediante o adiamento da concessão de férias ou a sua conversão em indenização, com referência aos empregados nos estabelecimentos, cujas atividades estejam diretamente ligadas aos interesses da defesa ou produção nacional e, assim, os seus dispositivos somente têm aplicação a êsses estabelecimentos, efetuada a necessária constatação da necessidade dessa aplicação. E para isso, basta que fique devidamente provado o que alegar cada requerente nos casos concretos, independente da natureza específica do estabelecimento."

**Nota de entrega** — Contra o voto do Sr. Arnaldo Pereira de Oliveira, a C.E. resolve restabelecer a nota de entrega para melhor fiscalização do regime de racionamento.

**Estatuto da Lavoura Canavieira** — E' lido um ofício do Banco do Brasil em Piracicaba, comunicando que o Departamento Estadual do Trabalho, Divisão Regional de São Carlos, depositou naquele Banco, à ordem do I.A.A. e em nome dos colonos dispensados da Usina Monte Alegre, a quantia de Cr\$ 150.933,90. O Sr. Presidente declara que a importância depositada no Banco do Brasil em Piracicaba corresponde exatamente às quantias pagas pelo Instituto aos colonos da Usina Monte Alegre, por antecipação, e que a mesma será oportunamente levantada.

**Alteração de maquinaria** — Antônio dos Santos Cabral — São João da Boa Vista — São Paulo. Deferido.

**Fixação de quota** — Joaquim Ferreira de Amorim — Rio Branco — Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica, que conclui pelo arquivamento do processo.

**Tabelamento de cana** — Emílio Barbosa — Ponte Nova — Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica, que propõe o arquivamento do processo.

**Venda de maquinaria** — Jair Francisco Diniz — Itapeçerica — Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica, que conclui pelo deferimento do pedido.

**Inscrição de engenhos** — De açúcar — José Rodrigues Pereira — Carangola, Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica, para o



fim de arquivar o processo. Engenho Laranjeiras, de Tomaz da Silva Nonô — Atalaia — Alagoas. Aprovado o parecer da Secção Jurídica, para o fim de indeferir o pedido.

**De rapadura** — Artur Brugger — Leopoldina — Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica, que conclui pelo arquivamento do processo.

**Aumento de limite** — Antônio Andrade Ribeiro — Leopoldina — Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica, para o fim de indeferir os pedidos.

**Tributação** — Antônio Augusto Magalhães — Acarape — Ceará. Aprovado o parecer da Secção Jurídica, para o fim de ser arquivado o processo.

**Averbação** — Eurico Henrique — Guará — São Paulo. Aprovado o parecer da Secção Jurídica, que conclui pelo arquivamento do processo.

**Incorporação de quota** — Maria Luisa de Moraes — Mar de Espanha — Minas Gerais. A Comissão Executiva resolve retificar a decisão tomada em sessão de 27-10-43, para o fim de ser indeferido o pedido.

## 12.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 8 DE MARÇO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Castro Azevedo, Alvaro Simões Lopes, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Arnaldo Pereira de Oliveira, Luiz Dias Rolemborg, Aderbal Novais e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Expediente** — Constatou do seguinte: telegrama do Sr. João Cleofas de Oliveira, agradecendo a comunicação de ter sido lançado na ata dos trabalhos da C.E. um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Henrique Carneiro da Cunha.

**Exportação de rapadura** — E' lida uma carta da "Corporación Paraguaya de Alcoholes", estabelecida em Assunção, consultando o I.A.A. sobre a possibilidade de aquisição dos excessos da produção de rapadura dos engenhos brasileiros. A Gerência informa que a situação da produção de rapadura no Brasil não apresenta qualquer indício de super-produção, não comportando a possibilidade de exportação para o exterior. A C.E. concorda com a informação da Gerência e manda que se dê resposta à "Corporación Paraguaya de Alcoholes", de acôrdo com a mesma.

**Produção de açúcar** — E' lido um telegrama da Delegacia Regional em Aracajú, comunicando que recebeu da Cooperativa dos Usineiros de Sergipe informação de que os banguzeiros do Estado solicitam a inclusão, nos embarques para a Bahia, via Estrada de Ferro, do açúcar mascavo da safra corrente, afim de escoá-lo, pelo porto de Salvador, para os mercados do sul do país. A colocação do açúcar nos referidos mercados ficaria a cargo da Cooperativa dos Usineiros, consultando esta, entretanto, se ao açúcar mascavo em questão estenderia o Instituto a bonificação de 9 cruzeiros, por saco, de que goza o açúcar cristal, para

compensar as despesas com o transporte ferroviário, de Sergipe para a Bahia. A informação da Gerência, contrária à pretensão dos banguzeiros de Sergipe, é aprovada pela Comissão Executiva.

— O Sr. Arnaldo Pereira de Oliveira apresenta o seu parecer relativo à proposta da Secção de Fiscalização, no sentido de voltarem as usinas a numerar os sacos nas notas de remessa de açúcar. A Comissão Executiva, em vista de abranger o parecer matéria de interpretação legal, resolve ouvir a respeito a Secção Jurídica.

**Transporte** — Aprova-se o parecer da Secção Técnica, referente à proposta da Fábrica Nacional de Vagões S. A. para o fornecimento de 50 vagões-tanques para álcool, bem como a sugestão da Gerência sobre o mesmo assunto.

**Requisição de melaços** — Aprova-se a proposta do Sr. Arnaldo Pereira de Oliveira, no sentido de se autorizar a Standard Brand of Brasil Inc., de Petrópolis, a adquirir uma quantidade de melaço, destinada à fabricação de fermentos, igual à compra efetuada o ano passado.

**Limitação** — Aprova-se o parecer do Sr. Castro Azevedo, emitido a propósito de uma consulta da Cooperativa Central dos Banguzeiros e Fornecedores de Cana de Pernambuco, relativa às medidas capazes de determinar aos engenhos a perda dos seus limites, de conformidade com as leis e regulamentos do I.A.A.

**Fornecimento de cana** — De acôrdo com os pareceres da Secção Jurídica, a C.E. resolve fixar as seguintes quotas de fornecimento de cana, junto à Usina Paranaguá: herdeiros de Maria Luiza Wanderley de Araujo Pinho, 2.842,642 toneladas; Joaquim Wanderley de Araujo Pinho e outros, 3.560,092 toneladas.

**Montagem de novas fábricas** — De acôrdo com a proposta do Sr. Presidente, dá-se vista ao Sr. José Bezerra Filho do parecer da Secção Técnico-Industrial a propósito da intalação da destilatória de Morretes.

— Dá-se vista ao Sr. Castro Azevedo de um telegrama da Coletoria Federal de São João Evangelista, Minas Gerais, consultando se é permitida a intalação de novas fábricas de aguardente, açúcar e rapadura e, em caso afirmativo, qual a documentação que devem os interessados juntar aos seus requerimentos.

**Alteração de maquinaria** — Luiz Silveira — Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica, autorizando o assentamento de mais uma tacha no engenho de açúcar do requerente, cumpridas as demais exigências contidas no referido parecer.

**Inscrição de fábricas** — Aprovando os pareceres da Secção Jurídica, a Comissão Executiva autoriza o registro das fábricas dos interessados abaixo relacionados:

**Fábricas de rapadura** — de Pedro Umbelino, Miguel Rodrigues, Fortunato Cardoso da Rocha, José Tenório Neto — an. 2.703/36, Felix José dos Santos, Salustiano José Pereira, Gastão Gonçalves Jardim, Joaquim Mesquita — an. 7.858/35, Antônio Augusto Damasceno Ribeiro, Antônio Xavier de Almeida, José Ferreira Borges, Teodoro

# DECISÕES ADMINISTRATIVAS

## INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

PROVIMENTO N.º 1/44 — De 13 de março de 1944

**Dispõe sobre a ampliação e restrição das áreas de ação das Procuradorias Regionais e dá outras providências.**

O Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso de suas atribuições e em observância ao disposto nos arts. 2.º, parágrafo único da Resolução 56/43 e 4.º da Resolução n.º 78/44 da Comissão Executiva, respectivamente de 1 de março de 1943 e 8 de fevereiro de 1944 e tendo em vista a necessidade de fazer coincidir as áreas de ação das Procurado-

rias Regionais com as das Comissões de Conciliação correspondentes, resolve :

I — A área de ação da Procuradoria Regional de São Paulo compreende, além de todo o território do respectivo Estado, mais os municípios de Boa Esperança, Campestre, Campos Gerais, Monte Belo, Nepomuceno, Passos, Pedra Branca, Três Pontas, Conquista e Uberlândia do Estado de Minas Gerais, bem como todo o território dos Estados de Goiaz, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

II — As atribuições do Procurador Regional de São Paulo, dentro dos limites territoriais dos municípios do Estado de Minas referidos no item anterior, ficam limitadas à

Paraiso, Saturnino Ângelo da Silva, Artur Generoso da Silva, Perilo Elpídio dos Santos, José Cândido de Oliveira, Ragosino Pereira do Amaral.

**Fábricas de açúcar** — de Maria Francisca do Rego, José Américo da Anunciação, Modesto José Gomes.

— A Comissão Executiva resolve autorizar o registro das fábricas de aguardente e álcool dos interessados abaixo relacionados :

**Fábricas de aguardente** — de Bernardino Francisco Muniz, Manuel Francisco Angeiras, Bemvindo Fontes de Faria, Ettore Campo Dalorto, Constantino Colodeti, Gilberto de Paula Antunes e João de Paula Antunes, Vicente Ribeiro, da Silva, Domingos Braghini, Francisco José de Lara Campos, Levy & Levy, Waldemar Antônio de Queiroz, Sociedade Industrial de Bebidas Café e Fumos Pelotense Ltda., Alfredo G. Peretti, Cesário Agostini.

**Fábrica de álcool** — de José Mariano de Assunção.

**Fábrica de álcool e aguardente** — de Francisco Assis de Oliveira.

**Aumento de limite** — Leopoldo de Paula Vieira — Paraguassú — São Paulo. Indeferir as petições constantes do processo supra, nos termos do parecer da Secção Jurídica.

Lafayette Cordeiro Filho — Pitangui — Minas Gerais. A Comissão Executiva resolve denegar, por falta de apóio legal, o pedido de aumento de quota de produção.

**Aumento de limite e montagem de alambique** — João Pagliuchi — São Paulo. Elevada a limitação da fábrica de rapaduras para 3.500 cargas anuais e autorizada a instalação do alambique, tudo nos termos do parecer da Secção Jurídica.

**Modificação de espécie e aumento de limite** — Aureo Paiva — Rio Grande do Norte. Indeferir as petições de fls. 2 e fls. 9, relativas à fabricação simultânea de açúcar e de rapaduras e aumento de limite, pelas razões constantes do parecer da Secção Jurídica.

**Modificação de espécie e averbação de transferência** — Paulo Soares Araujo — Pirassununga — São Paulo. Deferida em parte a petição inicial, para o fim de ser averbada a inscrição da fábrica do nome de Luisa Conceição para o nome de Paulo Soares Araujo, permitido o fabrico de rapadura, com limitação mínima.

**Fornecimento de cana** — João Batista Sversut — São Paulo. Indeferida a pretensão inicial, pelas razões contidas no parecer da Secção Jurídica.

**Processo fiscal** — Tavares Oliveira & Cia. — Pernambuco. Não tendo havido recurso voluntário, a autoridade de 2.ª instância fica impedida de julgar o mérito da decisão proferida nos autos — por isso que com ela se conformou a firma autuada. Arquite-se o processo.

### 13.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Alvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira, Pinto, Arnaldo Pereira de Oliveira, Belo Lisboa, Aderbal Novais e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Nesta sessão, foi discutido o plano de defesa da safra 1944/45.



apreciação e instrução dos processos de natureza fiscal e dos compreendidos no disposto nos arts. 107 e 136 do Decreto-lei n.º 3.855.

III — A área de ação da Procuradoria Regional com sede em Ponte Nova, se restringirá aos municípios do Estado de Minas Gerais, não incluídos nas áreas da sétima e oitava Comissões de Conciliação, mas a competência do respectivo Procurador, no que tange aos processos de natureza administrativa, se estenderá a todo o território do Estado.

IV — A área de ação da Procuradoria Regional do Estado do Rio, sediada em Campos, compreenderá os territórios dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

V — A área de ação da Procuradoria Regional da Paraíba, sediada em João Pessoa, compreenderá os territórios dos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte.

VI — O presente Provimento entrará em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial" da União.

**Barbosa Lima Sobrinho**, Presidente.

("D. O.", Rio, 18-3-1944).

PROVIMENTO N.º 2/44 — De 15 de março de 1944

**Dispõe sobre a inobservância às tabelas oficiais de preços e dá outras providências**

O Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso de suas atribuições, resolve :

Art. 1.º — Os funcionários do Instituto do Açúcar e do Alcool, quando, no exercício de suas funções, tiverem conhecimento ou constatarem pessoalmente, infração às tabelas oficiais de preço, por parte dos produtores ou comerciantes de açúcar, álcool ou aguardente, intermediários ou terceiros interessados na produção ou no comércio desses produtos, diligenciarão no sentido de ser apurada a infração, lavrando, para esse fim, o competente termo de verificação e constatação, nos termos deste Provimento.

Art. 2.º — Nos termos a que se refere o

artigo anterior o funcionário deverá informar :

a) — o local e data da lavratura do termo de verificação e constatação ;

b) — o nome e a atividade industrial ou comercial do estabelecimento, empresa ou firma acusada de inobservância às tabelas oficiais em vigor ;

c) — o nome do proprietário ou diretor responsável pela firma infratora ;

d) — o nome do administrador ou preposto da empresa, presente na ocasião da lavratura do termo ;

e) — a natureza da violação à lei, mencionando os elementos que serviram de base à constatação da fraude e as circunstâncias em que a mesma se verificou ;

f) — as operações comerciais que motivaram a infração, e a diferença do preço verificada entre a tabela oficial e o que serviu de base à transação ;

g) — o preço legal da tabela, para o produto objeto da transação na data em que a mesma se efetivou ;

Art. 3.º — Os funcionários, depois da lavratura do termo a que se refere o art. 1.º, deverão tomar por termo as declarações dos responsáveis pelas empresas ou firmas infradoras ou as de seus prepostos, procurando, da melhor maneira, esclarecer e documentar a natureza da fraude e da violação à lei.

Parágrafo único — No caso em que os responsáveis pelas empresas ou firmas infradoras, ou seus prepostos, se recusem a prestar declarações, ou se neguem a assiná-las, o funcionário mencionará essa circunstância, no próprio termo, fazendo-o assinar, em seguida, pelas testemunhas presentes, se fôr o caso.

Art. 4.º — Afim de que se possa apurar devidamente a infração, deverá o funcionário apreender todos os documentos que possam caracterizar a falta, lavrando, para esse fim, o respectivo termo de apreensão, uma vez autenticados os mesmos pelos responsáveis pelas empresas ou firmas ou pelos que os tenham em seu poder.

§ 1.º — Tratando-se de documentos, cuja autenticidade não possa ser posta em dúvida, torna-se dispensável a autenticação dos mesmos pelos indiciados.

§ 2.º — No caso em que os responsáveis pelas firmas ou empresas infratoras, ou seus prepostos, se recusem a autenticar os documentos que motivaram a inobservância à lei, deverão os funcionários lavrar o competente termo de apreensão, fazendo-o, em seguida, assinar pelas testemunhas presentes.

Art. 5.º — Todos os documentos a que se referem os artigos anteriores deverão ser encaminhados pelo funcionário à Seção de Fiscalização e Arrecadação, acompanhados de um relatório, no qual o funcionário fará uma exposição dos fatos e circunstâncias que digam respeito à infração.

Art. 6.º — A Seção de Fiscalização e Arrecadação, de posse desses documentos, os encaminhará, em seguida, à Seção Jurídica, acompanhados de um breve relatório, no qual, em relação a cada caso, mencionará:

a) — se o infrator ou infratores se acham inscritos no Instituto, e, em caso positivo, qual a natureza da fábrica, sua quota de produção e seus antecedentes fiscais;

b) — se o infrator ou infratores já foram anteriormente acusados de inobservância às tabelas oficiais dos preços de açúcar, álcool ou aguardente, e o que a respeito ficou apurado;

c) — qualquer outro fato do seu conhecimento e que julgue de interesse à instrução do processo.

Art. 7.º — A Seção Jurídica, de posse desses documentos, depois de numerá-los e organizar o respectivo **dossier**, encaminhá-los-á à Seção de Comunicações, afim de que os mesmos, devidamente autuados, sob a denominação de "**Inobservância às Tabelas de preços**", sejam, em seguida, devolvidos à Seção Jurídica, no prazo de 8 dias.

Art. 8.º — A Seção Jurídica, após apreciação do processo assim constituído, emitirá seu parecer a respeito, no prazo de 8 dias, historiando a natureza da fraude e os dispo-

sitivos legais infringidos, propondo as medidas legais aplicáveis ao caso.

Art. 9.º — O processo, com o parecer da Seção Jurídica, será encaminhado, através da Seção de Comunicações, à consideração da Presidência do Instituto.

Art. 10.º — As providências ulteriores, derivadas do despacho proferido pelo Presidente, serão cumpridas pela Seção Jurídica, à qual o processo será devolvido.

Art. 11.º — O presente provimento entrará em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial" da União.

**Barbosa Lima Sobrinho**, Presidente.

("D. O.", Rio, 20-3-1944).

## MINISTERIO DO TRABALHO INDUSTRIA E COMERCIO

### Expediente do Sr. Ministro

130.050 (P. 84) (A. 151.1) (D 29-2) — O Sindicato da Indústria do Açúcar do Rio de Janeiro consulta se a elevação do horário de trabalho para dez horas, permitida pelo Decreto-lei n.º 4.639, alcança também os menores de 18 anos. O Decreto-lei n.º 4.639, de 31 de agosto de 1942, não dispõe de maneira especial sobre o trabalho de menores, cuja prorrogação da duração é regulada pelo artigo 413 da Consolidação: "Art. 413 — E' vedado prorrogar a duração normal do trabalho aos menores de 18 anos, salvo, excepcionalmente: a) quando, por motivo de força maior, que não possa ser impedido ou previsto, o trabalho do menor fôr imprescindível ao funcionamento normal do estabelecimento; b) quando, em circunstâncias particularmente graves, o interesse público o exigir; c) quando se tratar de prevenir a perda de matérias primas ou de substâncias perecíveis." A faculdade para o trabalho durante dez horas, pois, não se estende ao menor de 18 anos nos casos previstos no artigo 413, ouvida sobre o assunto a Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho, deste Ministério, pelo que, ao requerer a prorrogação da duração do trabalho nos termos do Decreto-lei n. 4.639, deverão os interessados, se tiverem empregados menores e desejarem que os mesmos sejam incluídos na prorrogação, mencionar essa circunstância, para a prévia audiência daquela Divisão. Isto posto, transmita-se e arquite-se. (AMF).

("D. O.", Rio, 23-3-44.)

N.º 172.537 (P. 84) (A. 012) (D. 9-3) — Atendendo ao que requereu a Associação Profissional



dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar, de Alagoas, com sede em Maceió, registrada na Delegacia Regional do Trabalho do Estado de Alagoas, na conformidade do art. 558 da Consolidação das Leis do Trabalho, pleiteando reconhecimento sindical, tendo sido cumpridas as exigências legais e regulamentares nos termos do parecer do Departamento Nacional do Trabalho, de acordo com os dispositivos da referida Consolidação das Leis do Trabalho e instruções contidas na Portaria Ministerial SCm-337, de 31 de julho de 1940, reconheço a Associação Profissional requerente sob a denominação de "Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar, no Estado de Alagoas", como representante da correspondente categoria profissional, compreendida no 1.º Grupo — Trabalhadores na Indústria da Alimentação — do plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, aprovado pela Consolidação das Leis do Trabalho, na base territorial do Estado de Alagoas, aprovados os respectivos Estatutos com as emendas propostas pelo mesmo Departamento, devendo ser submetida à minha assinatura a competente carta de reconhecimento, depois de pago o devido selo. (São de teor seguinte as emendas a que alude o despacho supra: "a — no art. 9.º eliminar a expressão: "ou para a repartição... Federal"; — b — acrescentar ao parágrafo único do art. 55 a expressão: "afim de ser transferida para o Sindicato que vier a ser constituído como representante de categoria".) (A.M.F.).

("D. O.", Rio, 13-3-44.)

#### COORDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONOMICA

##### Setor Abastecimento

#### PORTARIA N.º 18

O Chefe do Serviço de Abastecimento, usando das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 153, de 5 de novembro de 1943, do Sr. Coordenador da Mobilização Econômica, resolve:

designar o Sr. Luiz Dubeux Júnior para representante da Cooperativa de Usineiros do Estado de Pernambuco junto à Comissão criada pela Resolução n.º 16, de 20 de janeiro de 1944, no que concerne ao abastecimento feito pelo mesmo Estado ao Distrito Federal, Minas Gerais e norte de São Paulo.

Em 8 de março de 1944. — **Ernani do Amaral Peixoto.**

#### PORTARIA N.º 19

O Chefe do Serviço de Abastecimento, usando das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 153, de 5 de novembro de 1943, do Sr. Coordenador da Mobilização Econômica, resolve:

designar o Sr. Jaime Salazar para substituto eventual do Sr. Luiz Dubeux Júnior, representante da Cooperativa de Usineiros de Pernambuco junto à Comissão criada pela Resolução n.º 16, de 20 de janeiro de 1944, no que concerne ao

abastecimento feito pelo Estado de Pernambuco ao Distrito Federal, Minas Gerais e norte de São Paulo.

Em 8 de março de 1944. — **Ernani do Amaral Peixoto.**

#### PORTARIA N.º 20

O Chefe do Serviço de Abastecimento, usando das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 153, de 5 de novembro de 1943, do Sr. Coordenador da Mobilização Econômica resolve:

designar o Sr. João Colares Moreira para representante da Comissão de Vendas dos Usineiros de Alagoas junto à Comissão criada pela Resolução n.º 16, de 20 de janeiro de 1944, no que concerne ao abastecimento feito pelo mesmo Estado ao Distrito Federal, Minas Gerais e norte de São Paulo.

Em 8 de março de 1944. — **Ernani do Amaral Peixoto.**

("D.O.", Rio, 11-3-44.)

#### S Ã O P A U L O

#### COMISSÃO DE ABASTECIMENTO DE SÃO PAULO

#### RESOLUÇÃO N.º 59, DE 31 DE JANEIRO DE 1944

O Superintendente da Comissão de Abastecimento do Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe confere o item II, da Portaria n.º 114, de 24 de julho de 1943, do Sr. Coordenador da Mobilização Econômica, e

Considerando o que lhe foi representado pelo Controle e Distribuição de Açúcar;

Considerando a necessidade de reduzir ainda mais, no momento, o consumo de açúcar no Estado, em virtude de haver se acentuado a escassez nas estradas do artigo do Norte do País;

Resolve:

Reduzir de 50% (metade) as quotas de açúcar de todos os municípios do Estado, ficando o Controle e Distribuição de Açúcar encarregado de diminuir, naquela proporção, as quantidades constantes em tôdas as guias que se achem em seu poder ou forem apresentadas, para serem liberadas.

Esta Resolução entrará em vigor em 1.º de fevereiro, revogadas as disposições em contrário. São Paulo, 31 de janeiro de 1944.

**Carlos de Sousa Nazareth** — Superintendente.

(D. O., S. Paulo, 2-2-44.)

Ainda pelas portarias ns. 69, 70, 78 e 79, a referida superintendência determinou as quotas a vigorarem para o mês de março, discriminando o mecanismo de distribuição do produto.

Em virtude das dificuldades de transporte, escassearam as entradas de açúcar durante o período aludido, de modo que continuou em vigor a mesma quota reduzida de 50%, estabelecida na resolução n.º 59, daquele órgão de controle.

# INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

**BALANCETE EM 29 DE FEVEREIRO DE 1944**

## A T I V O

	Cr\$	Cr\$
<b>Ativo Fixo</b>		
Biblioteca do Instituto .....	101.610,50	
Imóveis ("Edifício Taquara") .....	4.711.679,90	
Laboratórios — Recife — Aparelhos e Utensílios .....	68.982,30	
Móveis e Utensílios .....	2.308.897,30	
Títulos e Ações . . . . .	10.707.000,00	17.898.170,00
	<hr/>	
<b>Empréstimos</b>		
Adiantamentos sobre Açúcar de Engenhos .....	3.860.000,00	
Caixa de Empréstimos a Funcionários .....	169.726,20	
Custeio de Refinarias . . . . .	13.564.299,90	
Empréstimos a Banguazeiros e Fornecedores de Cana.....	5.629.665,00	
Empréstimos a Produtores de Açúcar .....	13.048,10	
Financiamento a Distilarias .....	21.927.579,57	
Financiamento a Fornecedores de Cana .....	11.000.000,00	56.164.318,77
	<hr/>	
<b>Despesas</b>		
Diversos . . . . .	2.476.147,30	
Defesa do Açúcar . . . . .	2.301.470,50	4.777.617,80
	<hr/>	
<b>Contas de Resultado</b>		
Anuário Açucareiro . . . . .	3.490,00	
Compras de Açúcar C/Retrovenda .....	83.994.928,40	
Livros e Boletins Estatísticos .....	1.354.895,10	
Revista "Brasil Açucareiro" .....	7.349,30	85.360.662,80
	<hr/>	
<b>Devedores Diversos</b>		
Contas Correntes — Saldos Devedores .....	59.268.819,76	
Instituto de Tecnologia c/Subvenção .....	25.405,93	
Letras a Receber . . . . .	296.613,00	59.590.838,69
	<hr/>	
<b>Caixas e Bancos</b>		
Caixa — Sede do Instituto .....	237.390,50	
Fundos no Banco do Brasil .....	87.635.245,00	
Delegacias Regionais C/Suprimentos . . . . .	45.530.709,40	133.403.344,90
	<hr/>	
CONTAS DE COMPENSAÇÃO E CAUÇÃO .....		121.672.248,30
DISTILARIAS CENTRAIS — Soma do Ativo .....		84.199.518,26
SECÇÃO DO ALCOOL-MOTOR — Soma do Ativo.....		6.826.642,59
		<hr/>
		569.893.362,11
		<hr/> <hr/>



**PASSIVO**

<b>Fundos Acumulados</b>		
Arrecadações de Taxas de Defesa .....	251.005.498,52	
Arrecadações Diversas . . . . .	12.466.287,50	
Taxa S/Aguardente . . . . .	794.532,90	
Taxa S/Alcool . . . . .	23.467.566,10	
Taxa S/Fornecimento de Cana .....	1.677.003,80	289.410.888,82
<hr/>		
<b>Reservas</b>		
Juros Suspensos . . . . .	698.629,60	
Locação de Vagões-Tanques .....	150.000,00	
Reserva para Depreciações . . . . .	1.643.415,00	2.492.044,60
<hr/>		
<b>Despesas</b>		
Açúcar c/Despesas — Safra 1943/44 .....		86.596,30
<hr/>		
<b>Contas de Resultado</b>		
Juros . . . . .	341.387,40	
Multas . . . . .	53.592,20	
Rendas do "Edifício Taquara" .....	908.189,90	
Vendas de Açúcar . . . . .	673.050,40	1.976.219,90
<hr/>		
<b>Obrigações :</b>		
Banco do Brasil c/Financiamento .....	67.356.473,90	
Contas Correntes — Saldos Credores .....	30.695.750,45	
Depósitos Diversos . . . . .	6.465.726,25	
Ordens de Pagamento .....	36.523.800,30	141.041.750,90
<hr/>		
CONTAS DE COMPENSAÇÃO E CAUÇÃO C/O ATIVO.....		121.672.248,30
DISTILARIAS CENTRAIS — Soma do Passivo .....		796.767,20
SECÇÃO DO ALCOOL-MOTOR — Soma do Passivo.....		12.416.846,09
		<hr/>
		569.893.362,11
		<hr/>

**LUCIDIO LEITE**  
Contador

**PROFESSOR PIERRE MONBEIG**

Em carta dirigida ao presidente do I.A.A., o Professor Pierre Monbeig comunicou ter voltado de sua excursão ao Nordeste Brasileiro, agradecendo, em seu nome e no de seus companheiros de excursão, os professores Aroldo de Azevedo e João Dias da Silveira, o apôio prestado pelo Instituto para a realização da viagem. Logo que esteja organizada a documentação reunida pelos excursionistas mencionados, sobre a região percorrida, e estejam publicados os resultados da viagem, serão os mesmos enviados ao Instituto.

**Alcoometria, estereometria  
e análise do álcool**

Dr. Anibal R. de Matos

Preço . . . . . Cr\$ 15,00  
Pelo Correio. . . . . Cr\$ 17,00

Na Secção de Publicidade do  
Instituto do Açúcar e do Álcool

# INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

ORÇAMENTO PARA 1944 — POSIÇÃO EM 29 DE FEVEREIRO DE 1944

Nos.	VERBAS	Duodécimo	Saldo anterior	Quotas mensal	Despesas Mês: Fevereiro	Totais Despesas	Média mensal	Crédito anual	Saldo de crédito anual
		Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
<b>PESSOAL:</b>									
1	Comissão Executiva. . . . .	31.900,00	9.500,00	41.400,00	20.100,00	42.500,00	21.250,00	382.800,00	340.300,00
2	Sede do Instituto. . . . .	268.710,00	6.877,30	275.587,30	232.327,70	494.160,40	247.080,20	3.224.520,00	2.730.359,60
3	Fiscalização Tributária. . . . .	161.250,00	125.650,00	286.900,00	75.650,00	111.250,00	55.625,00	1.935.000,00	1.823.750,00
4	Delegacias Regionais. . . . .	140.060,00	131.524,00	271.584,00	43.750,00	52.286,00	26.143,00	1.680.720,00	1.628.434,00
5	Verba para Substituições. . . . .	10.000,00	—	10.000,00	—	—	—	120.000,00	120.000,00
6	Despesas de Viagem. . . . .	103.500,00	63.029,20	166.529,20	54.040,00	94.510,80	47.255,40	1.242.000,00	1.147.489,20
7	Diárias. . . . .	92.066,00	69.164,00	161.230,00	41.313,00	64.215,00	32.107,50	1.104.792,00	1.040.577,00
8	Gratificações:								
	Pró-Labore. . . . .	102.583,33	94.593,13	197.176,46	1.200,00	9.190,20	4.595,10	1.231.000,00	1.221.809,80
	Gratificações Diversas. . . . .	58.183,33	40.963,33	99.146,66	41.648,30	58.868,30	29.434,15	698.200,00	639.331,70
<b>MATERIAL:</b>									
1	Material de Consumo. . . . .	47.500,00	31.251,00	78.751,00	42.306,60	58.555,60	29.277,80	570.000,00	511.444,40
2	Material Permanente. . . . .	34.166,65	27.231,65	61.398,30	39.272,00	46.207,00	23.103,50	410.000,00	363.793,00
3	Diversas Despesas. . . . .	182.725,00	182.725,00	233.975,50	37.585,90	268.760,40	134.380,20	2.192.700,00	1.923.939,60
		1.232.644,31	651.034,11	1.883.678,42	729.193,50	1.300.503,70	650.251,65	14.791.732,00	13.491.228,30

Rio, 29/2/44

**LUCIDIO LEITE, Contador.**



## INAUGURADA A NOVA SANTA CASA DE CAMPOS

Realizou-se a 12 de março passado a cerimônia da entrega do novo edifício da Santa Casa de Campos à Provedoria daquela instituição de beneficência.

O ato foi festivo e contou com a presença de

com tôdas as despesas da construção, que ascendeu a alguns milhões de cruzeiros, como uma prova de gratidão — acentuou em seu discurso — à terra e ao povo, colaboradores na formação do seu hoje inestimável patrimônio.



O novo edifício da Santa Casa de Campos

autoridades estaduais e municipais, elementos de projeção no comércio e na indústria do Estado do Rio, além de grande parte da população da importante cidade fluminense.

O novo edifício representa um gesto invulgar de generosidade de um cidadão para com a coletividade. O industrial José Carlos Pereira Pinto, membro da Comissão Executiva do I.A.A., arcou

Durante a solenidade, fizeram-se ouvir vários oradores: o Sr. José Carlos Pinto, fazendo entrega do edifício; o Sr. Sílvio Tavares, em nome da Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia; o Sr. Adelmo Mendonça, representante do interventor federal. Encerrando a cerimônia, o padre Jomar, representante do bispo de Campos, proce- deu à benção do prédio.

### O COOPERATIVISMO ENTRE OS PLANTADORES DE CANA EM SANTA CATARINA

Dalmiro Almeida

Nossa permanência em Santa Catarina deu-nos oportunidade de verificar o surto que naquele Estado sulino vai tendo o cooperativismo, entre os lavradores que se dedicam ao cultivo da cana de açúcar. Duas são as Cooperativas de Plantadores de Cana, devidamente registradas no Serviço de Economia do Ministério da Agricultura: uma com sede em Pedreira, localidade afastada cerca de 15 quilômetros de Joinville, e outra em Gaspar, município vizinho de Blumenau. A Cooperativa de Plantadores de Cana da Pedreira, que

reune número superior a duas centenas de associados, é proprietária de uma pequena usina, destinada a beneficiar exclusivamente as canas cultivadas em terras de seus componentes. Apesar de bastante exíguo o limite de produção atribuído a essa usina e de não serem as condições de aproveitamento da matéria prima isentas de reparos, é digna de francos louvores a iniciativa desses lavradores, congregando-se em tão numeroso grupo para realização do verdadeiro ideal de engrandecimento e progresso da lavoura — o cooperativismo. Em palestra que mantivemos com o Senhor Eugenio Gilgen, Diretor da Cooperativa, ouvimos elogiosas referências à atuação do funcionário do I.A.A. encarregado de enquadrar a organização então existente dentro dos moldes de



# OS FUNDAMENTOS NACIONAIS DA POLITICA DO AÇÚCAR

O último número da "Revista Brasileira de Estatística", do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, correspondente a outubro-dezembro de 1943, publicou a seguinte nota:

"À frente do Instituto do Açúcar e do Alcool, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho não se mostra apenas o administrador eficiente de um dos principais ramos da economia dirigida no país, mas também o publicista fecundo, enriquecendo sempre mais a bibliografia referente aos diversos aspectos da produção açucareira e alcooleira.

Mais um volume, êste de poucas páginas, acaba de ser distribuído pelo I.A.A., reunindo, sob o título de "Os fundamentos nacionais da política do açúcar", duas exposições do presidente daquele Instituto, nas sessões de 28 de abril e 10 de maio dêste ano, e um comunicado divulgado na

imprensa paulista. Na primeira das referidas exposições, o sr. Barbosa Lima Sobrinho aprecia o problema do suprimento do açúcar em face da questão do transporte; na segunda, fixa o caráter nacional da política açucareira, demonstrando a necessidade de manter-lhe a diretriz, em proveito da unidade da economia nacional e desprezando preconceitos regionalistas; no comunicado, dá-se conta da atitude do I.A.A. em relação à tabela de preços de canas em São Paulo.

Desenvolvendo argumentação lúcida e incisiva, o autor revigora, nesses trabalhos, especialmente no segundo deles, os princípios que norteiam a direção das relações econômicas da lavoura da cana de açúcar, a mais tradicional de nossas atividades agrárias."

uma cooperativa, quando era precária a situação da usina. Repetiu-se, assim, o exemplo clássico dos tecelões de Rochdale.

A Cooperativa de Plantadores de Cana de Gaspar é de organização recente, sendo a iniciativa de sua instalação devida à ação do Serviço de Economia Rural do M.A. junto aos lavradores da região. Os associados dessa Cooperativa já obtiveram os fundos necessários para a compra do prédio onde a mesma se acha instalada, sendo propósito de seus dirigentes montar, dentro em breve, uma destilaria para produção de alcool comum, achando-se bastante adiantadas as negociações para a compra da maquinaria necessária. Nas regiões por nós percorridas, em Pedreira e Gaspar, existem também duas Cooperativas de Consumo, que, segundo informações dos agentes do Serviço de Economia Rural, em Joinville e Blumenau, se encontram em situação promissora, devendo preencher as suas finalidades econômicas e sociais. Ao concluir nossa rápida digressão sobre o que nos foi dado observar em Santa Catarina, no tocante ao cooperativismo entre os plantadores de cana queremos salientar a importância dêsse movimento associativo na solução de nossos problemas de organização das atividades agrícolas, cuja finalidade precípua é a do engrandecimento econômico, pela congregação de esforços e o afastamento das lutas estéreis que frequentemente se observam nas atividades dispersas.

## Léxico Açucareiro Inglês-Português

Por TEODORO CABRAL, autor do  
"Dicionário Comercial Inglês-Português".

O "Léxico Açucareiro" compreende termos técnicos ingleses, usualmente empregados na lavoura da cana e na indústria do açúcar com os seus equivalentes em português. Volume em formato portatíl, ilustrado, com 170 páginas.

Preço do exemplar cart.... Cr\$ 12,00  
Pelo Correio. . . . . Cr\$ 14,00

—:—

A' VENDA NA SECÇÃO DE PUBLICIDADE DO  
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42  
(9.º pav.)

Caixa Postal 420 R I O



## “GEOGRAFIA DO AÇUCAR”

O Dr. Afonso Várzea, professor de geografia do Instituto de Educação e nosso erudito colaborador, recebeu do engenheiro Pereira de Castro, Chefe da Secção de Pluviometria da Inspetoria de Obras contra as Secas, a carta que transcrevemos abaixo, sôbre o seu livro “Geografia do açúcar, no Leste do Brasil”:

“Rio, 11 de maio de 1943.

Meu caro Dr. Afonso Várzea :

Fiquei muito grato pela gentil oferta da “Geografia do Açucar”, de sua autoria.

O seu livro, a meu ver, constitui uma magní-

A “Geografia do Açúcar” é, portanto, um grande livro.

Com os meus protestos de alta estima e consideração, cordialmente

Pereira de Castro.”

\* \* \*

“Diretrizes”, do Rio de Janeiro, número de 17 de fevereiro último, publicou sôbre o livro do prof. Várzea os seguintes comentários :

O geógrafo brasileiro Afonso Várzea acaba



Uma das barcaças baianas, que fazem o comércio de cabotagem, transportando, frequentemente, açúcar. (Cliché saído na “Geografia do Açúcar”).

fica contribuição ao conhecimento da fisiografia do “Leste Brasileiro”. Escrito num estilo claro e conciso, surpreende a forma de prender a atenção do leitor. O estudo árido de uma formação geológica está sempre pontilhado de pequenos fatos e histórias interessantes. Além disso, o geógrafo revelou-se um grande conhecedor da história da nossa colonização e de tudo que a ela se prende, como as tradições, as lendas e os costumes.

E quem já percorreu aquela região há-de reconhecer a invulgar capacidade de observação do autor, ao qual não escaparam os pequeninos acidentes e ocorrências daquelas viagens — que tantas vezes empreendi — inclusive as pousadas nas pensões de aspectos típicos, com os seus hóspedes, dos quais nós dá verdadeiros retratos a pena. E tão exatos, que se distingue o vivo colorido do pajama novo de um magistrado...

de publicar uma obra intitulada “Geografia do Açúcar”. E’ a geografia física e humana de toda a zona açucareira do Brasil, trabalhada, como declara o autor, de uma “excursão por entre os fatores operando do Recôncavo à fronteira do Ceará com o Piauí”.

Não fôsse o sr. Afonso Várzea já conhecido como homem de ciência, êsse livro bastaria para consagrá-lo. E’ trabalho minucioso, completo, vivo, de leitura obrigatória para quantos se dedicam aos estudos da geografia brasileira, abrangendo em amplitude cada vez maior, os problemas econômicos, sociais e políticos.

Acompanhando-o em sua viagem pelo leste do Brasil, estudamos as formações geológicas dos terrenos, suas condições propícias à cultura da cana de açúcar, a evolução do relêvo condicionando alterações fluviais, nossa região desértica com

trechos como o que o autor chama de torturado relevo borboremico”, que suportam anos sem chuva. E’ a geografia integral da zona que se chama comumente de Nordeste: a terra, com seus rios, ventos, chuvas ou falta de chuvas, clima, enfim, e a gente — sua história sua economia e, como sempre, o contraste entre os “expansionistas de cana, que quase pode-se dizer imperialistas, tamanho o impulso de dominação do solo inerente à famosa gramínea” e seus trabalhadores, cujo “salário é tão baixo que os operários mal cobrem o corpo com farrapos”.

O livro é fartamente documentado com fotografias, desenhos, dados estatísticos, cartas geográficas. Fotografias de relevos, de cursos d’água, de erosões, de locais e construções históricas, como de flagrantes de cenas típicas das regiões do leste brasileiro.

Tratando da Caatinga e de sua população flagelada pela fome, diz o autor: “Sem saúde e sem educação para os gêneros de vida de bom rendimento da cidade e da gleba, o caboclo jecatatuiza-se abraçado à carabina, e então o que resta de energia se concentra e se desenvolve no talento do índio para se infiltrar em todas as formações vegetais, especializando-se no conhecimento detalhado dos hábitos dos animais silvestres comestíveis...”, cuja morte representa o sustento de milhares de famílias brasileiras.

Mais adiante diz: “A história da conquista das Américas pelos europeus não é apenas mais uma comprovante da vitória pela superioridade de armamento, mas também do triunfo esmagador do melhor alimentado”.

Chamou-nos a atenção, pelo assombroso fato que representa, o desenho, o de um arado de madeira “chamado “Pai Adão” de secular tradição no Recôncavo, introduzido pelos lavradores lusos, iniciadores da cultura da cana no século XVI. “Pai Adão” continua prestando serviços aos canaviais baianos”.

As extensas florestas de pau brasil, nosso primeiro produto de exportação, foram substituídas pelos canaviais. O enviado de Portugal desampossou “os velhos posseiros tupís, entregando aos lavradores que trouxeram das ilhas atlânticas e aos mestres de açúcares ótimos terrenos bem regados para a expansão da gramínea imperialista”.

Em capítulo muito vivo que o autor intitula de **Cruzada de Extermínio**, assim se expressa: “Si do lado do mar, a preocupação era a Guerra do Pau Brasil, do lado do continente continuava a reação tupí na guerra para reconquista dos terrenos de Caça e Pesca...” E a seguir:

“Os lusos tabajaras tiveram dois anos de rude peleja, perdendo dois engenhos, e essa perda de um par de fábricas de açúcar é um dos argumentos que o novo comandante manda pessoalmente ao rei para dar-lhe idéia da fereza daquela que era também **Guerra do Açúcar**, bem pessoalmente sentida por êle, fundador do que viria a ser a toda poderosa Casta dos senhores de engenho...” Guerra do Pau Brasil foi a luta contra os franceses e Guerra do Açúcar, como o autor denomina as guerras contra os holandeses.

Não estranhe o leitor os dados históricos

que o autor prodigaliza através de todo o livro. Êste é de fato uma “geografia do açúcar” como a geografia é compreendida em ciência moderna. Depois de Euclides da Cunha, a antropogeografia tem sido pouco trabalhada no Brasil. Os professores estrangeiros que recentemente a estudaram entre nós, não a aplicaram a fatos da vida brasileira. Pierre Monbeig e Deffontaines, pode-se dizer, vêm fazendo geografia geral. Afonso Varzea em nada lhes fica a dever. Ao contrário, retoma a tradição euclidiana e aplica o que há de mais moderno e novo na ciência geográfica, ao estudo e à interpretação de um grande problema nacional, vindo das próprias fontes formadoras da nacionalidade.

Não estranhe, repetimos, o leitor menos acostumado ao uso do método geográfico como o faz Afonso Varzea. Onde vir referência a um fato, uma guerra, a preço, a costume, lá encontrará também o “fato geográfico”. O terreno, o clima, a formação dos rios, das montanhas e dos vales são explicados em conjunto com o homem dentro da economia, dos costumes e da vida social, condicionada pela lavoura da cana e pela indústria do açúcar.

O autor cita pouco. Mas nota-se desde as primeiras páginas de seu livro a ausência do didatismo. Sai-se da atmosfera dos compêndios, a que não conseguem escapar alguns autores brasileiros.

Os mestres De Martonne, Brunhes, de la Blanche e, mesmo, Ratzel parecem formar, com seu espírito científico, todo o ar que se respira, através do texto, dos desenhos, dos mapas e fotografias com que o geógrafo brasileiro documenta. E é atual. De início logo se encontra nossa civilização que mal sobe algumas ladeiras do litoral como os carangueijos do cronista, comparada com a do Chile, obrigado, ao contrário do Brasil, a viver em faixa litorânea, essa sim limitada por fronteira geográfica e política. E, para diante, o que se explica é o Brasil de hoje.

Temos, mesmo, um livro de geografia, da geografia do Brasil que estamos vivendo.”

Índice alfabético e remissivo

de

“**Brasil Açucareiro**”

Dó I ao XIII volume

Preço . . . . . Cr\$ 5,00



## BIBLIOGRAFIA

Mantendo o Instituto do Açúcar e do Alcool uma Biblioteca, anexa a esta Revista, para consulta dos seus funcionários e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos concernentes à indústria do açúcar e do álcool, desde a produção agrícola até os processos técnicos, essa Biblioteca contém ainda obras sôbre economia geral, legislação do país, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta secção

### REVISTA DE DIREITO AGRARIO —

Recebemos um exemplar do n.º 3 da “Revista de Direito Agrário”, publicação especializada sob a direção do Sr. Vicente Chermont de Miranda, chefe da Secção Jurídica do I.A.A. e professor da Faculdade Católica de Direito. Trata-se de uma revista que já se impôs pelo valor dos seus directores, pela excelência dos seus trabalhos editoriais e pela sua escolhida colaboração. O seu primeiro artigo, “Finanças Usineiras”, é assinado por Gyl Seara, pseudônimo de um ex-parlamentar e economista. O Sr. Francisco da Rosa Oiticica contribui também, nesse número, com substancioso estudo sôbre o direito agrário. Uma parte noticiosa, com as últimas decisões oficiais sôbre coisas agrárias no país, afora colaborações estrangeiras, completa a revista, situando-a como leitura das mais úteis para os estudiosos dos nossos problemas de ordem econômica e social.

### RELATORIO DO MINISTERIO DA FAZENDA — 1942.

Recebemos um exemplar do relatório do Ministério da Fazenda, referente ao exercício de 1942. Esse documento, que agora aparece em volume, foi apresentado ao chefe do governo, em 31 de dezembro do ano passado, pelo titular daquela Secretaria de Estado, Sr. Artur de Sousa Costa.

O primeiro capítulo é dedicado ao exame das contas públicas; no segundo, encontra-se detalhado estudo sôbre a situação econômico-financeira do país, fazendo-se aí longa exposição sôbre os acordos de Washington, o comércio interno e externo, a balança comercial e o movimento bancário. O terceiro capítulo é dedicado à reforma do padrão monetário; o quarto ao Conselho Técnico de Economia e Finanças e o quinto à administração fazendária.

O volume contém, em anexo, matéria também interessante.

Pela importância dos assuntos que versa, o relatório do ministro Sousa Costa é um documento do mais alto valor, cuja leitura proporciona um conhecimento exato e minucioso das atividades daquele Ministério e da situação econômico-financeira do país, nos seus aspectos mais significativos.

### ECONOMIC RECONSTRUCTION — J. R. Bellerby.

— Registra-se atualmente na Inglaterra uma febre de estudos sôbre o futuro da sociedade nos tempos incertos, que sucedem às conflagrações. O volume I, de “Economic reconstruction”, de J. R. Bellerby, o qual veio às nossas mãos por cortezia do representante, no Brasil, do Conselho Britânico, representa mais uma dessas tentativas para aclarar o nevoeiro diante de todos nós. O livro é um amplo inquérito procurando mostrar como o emprêgo integral (isto é, aquele que garanta a dignidade da existência) poderia ser estabelecido em tempos de post-guerra. A área industrial de Clydeside, em contínua depressão entre as duas guerras, foi a pesquisada.

Diz o autor que não há problema econômico insolúvel no delinear um plano de trabalho para todos, num sistema de competição. As causas de êrro são de ordem psicológica, moral e política. Se bem que tecnicamente realizável, a solução do problema apoia-se muita vez na condição humana e isto, na opinião do autor, é que dificulta se não liquida a questão.

O campo revolvido pelo trabalho do Bellerby é bem grande. Sua extensão justifica assim algumas deficiências do livro, as quais não representam omissão ou descuido do autor. O esforço para abranger outros setores correlatos exigiria uma equipe numerosa e competente. O autor contou com reduzido número de colaboradores. Afora o desemprego, outros problemas de ordem social foram deixados de lado ou observados superficialmente: a habitação, a urbanização, salários, horários de trabalho, condições do trabalho, a redistribuição das indústrias e das populações, no pós-guerra, não mereceram atenção demorada. Mas, como bem salienta o autor, o fim do inquérito, no presente volume, foi tornado o mais específico possível e daí a necessidade de confinar o tema ao imediatamente prático e objetivo, guardando apenas os pontos de referência de maior importância.

O autor promete-nos, para seu volume II, ainda a ser publicado, sua contribuição ao planejamento de uma norma de ação internacional, em matéria de economia.

### DIVERSOS

BRASIL: — Boletim da Associação Comercial de São Paulo, ns. 43 a 47; Boletim da S.O.S. ns.

## COMENTÁRIOS DA IMPRENSA

A transcrição de notas e comentários da imprensa, nesta secção, não significa, convém deixar bem claro, concordância, da nossa parte, com os conceitos neles exarados.

### PADRÃO E EXEMPLO

O problema do abastecimento das populações frente à guerra é problema deveras difícil, mesmo para as nações com centros produtores de envergadura e aparelhadas de transportes suficientes. Diante da realidade que nos entra pelos olhos a dentro, como seja a da redução da nossa frota mercante e a deficiência da nossa rede ferroviária, por certo o escoamento da nossa produção para os mercados consumidores há de encontrar óbices irremovíveis. Mas, é fora de dúvida que a questão dos suprimentos de gêneros de primeira necessidade, entre nós, não foi inicialmente submetida ao regime sancionado pela experiência, ou seja o do racionamento. Esse erro de origem ainda responde pela confusão

reinante em matéria precípua para o trabalho, a ordem e a paz dos espíritos. Por isso mesmo, reiteradamente, tivemos que opor críticas e reparos ao que se vinha fazendo em caráter experimental.

Todos reconhecem que o Governo não tem poupado esforços para garantir o abastecimento da nossa população. Nesse sentido, o Ministro João Alberto e ulteriormente o Comandante Amaral Peixoto, ambos tudo fizeram e continuam a fazer em benefício do povo. Acontece, porém, que os percalços do abastecimento subsistem com as oscilações inevitáveis de preços, dos tabelamentos, das liberações, da escassez, da falta absoluta, às vezes, das filas inevitáveis, das queixas, dos protestos ostensivos e velados, da ação subterrânea dos "trusts", das manobras altistas e "tutti quanti" sugere a exploração da bolsa do povo, sob o pretexto especioso de que a guerra é responsável por tôdas as desgraças.

E' verdade, entretanto, que os consumidores, no tocante ao açúcar e ao álcool, estão plenamente contentados. Por que? porque o racionamento, a solução adequada e aceita

107 a 109; Boletim da Superintendência dos Serviços do Café, n. 201; Boletim Estatístico do Instituto Nacional do Sal, ns. 43/15 e 43/16; Boletim Semanal da Associação Comercial do Rio de Janeiro, ns. 406 e 408; Boletim do M.T.I.C., n. 112; Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas, n. 2; Boletim da Associação Comercial do Pará, ns. 9 e 10; Boletim do Museu Nacional. zoologia, ns. 6 a 14 e geologia, n. 1; O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã, n. 46; Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior, n. 2; Boletim Shell, n. 20; Ceres, n. 26; Coop, ns. 25 a 27; Cooperação, n. 19; Como requisitar material e Usar o Catálogo do Material, publicação do D.A.S.P.; Dos Jornais e do Rádio, ns. 27 a 28; Economia, n. 57; O Economista, n. 287; Formação, n. 68; Imposto de Consumo, n. 58; Mundo Automobilístico, n. 1; Nação Armada, n. 52; O Observador Econômico e Financeiro, n. 97; Paz e Guerra, publicação do D.I.P.; Revista Bancária Brasileira, n. 134; Revista A.C.M., n. 50; Revista Brasileira de Química, n. 52; Revista de Química Industrial, n. 141; A Rodovia, n. 49; Revista de Agricultura, ns. 1 e 2; Revista do Serviço Público, n. 3; Revista do D.N.C., n. 127; Rodriguésia, n. 16; Vitória, ns 534 a 538.

ESTRANGEIRO: — Amilaceas Microbianas, por Walter A. Bertullo e Alcohol Absoluto, por Rogelyo Ferreyra Guerreros; The Australian Su-

gar Journal, n. 8; As Américas Unidas, publicação do Coordenador de Assuntos Interamericanos, de Washington; Boletim Linotípico, n. 59; Boletim de la Estacion Experimental Agrícola, n. 4 e Circular, n. 119; Caterpillar Magazine, n. 87; Corporación Paraguaya de Alcoholes, n. 31; El Cañero, n. 6; A Comemoração do X Ano do Instituto do Vinho do Porto e Cadernos Mensais de Estatística e Informação do Instituto do Vinho do Porto, n. 44; Cuba Econômica y Finnciera, n. 213; Cenco News Chat, n. de dezembro de 1943; Camara de Comércio Argentino-Brasileña, n. 340; Elaboraciones y Envases, n. 3; The Enthusiast, ns. de outubro de 1943 a janeiro de 1944; Foreign Commerce Weekly, ns. 9 e 13 do vol. XIII e 1 do vol. XIV; Guia de Importadores de Indústrias Americanas, n. 11; Gaceta Algodonera, n. 240; The International Sugar Journal, ns. 539 a 541; La Industria Azucarera, n. 603; Lamborn Sugar-Market Report, ns. 50, 51, 2 e 4; Monsanto Magazine, n. 1; Noticias de México, ns. 85 e 86; Producción, n. 4; Planificación Económica, ns. 10 e 11; Revista de la Camara de Comercio Uruguayo-Brasileña, ns. 55 a 57; Revista de Estadística, n. 10; Revista de Agricultura, República Dominicana, n. 146; El Rotariano Argentino, n. 203; Revista Industrial, n. 2; Revista Industrial y Agrícola de Tucuman, ns. 1 e 3; Técnica Azucarera, ns. 21-22 e 23-24; Tiras de Colores, ns. 12 a 14; Weekly Statistical Sugar Trade Journal, ns. 48, 2 e 4.



por todos os povos, uma vez instituído, fixou a normalização completa do comércio daqueles produtos. Se se tivesse adotado igual providência para a carne, o leite, o carvão, a manteiga, etc., de muita coisa desagradável ter-se-ia livrado o povo.

O comércio livre dos artigos de primeira necessidade estabelece preferências e torna inevitável o aprovisionamento sem limite, para os que podem, fora da fila, entrar com o argumento decisivo da força dos cruzeiros proliferantes. O senso básico do consumo foi levantado com rigor e boa técnica para o fornecimento de açúcar e de álcool. Esse cadastro deve ser aproveitado para o levantamento do consumo "per capita" dos artigos que devem ser objeto de racionamento.

Fixemos o padrão e o exemplo do I.A.A., e a vida do consumidor carioca retornará ao ritmo de sua normalidade.

("Jornal do Brasil", Rio, 17-3-44.)

## A QUESTÃO DO AÇUCAR

**Lindolfo Gomes**

Agrava-se de dia para dia a situação das populações de quase tôdas, senão de tôdas as localidades mineiras, no tocante à insuficiência do suprimento do açúcar destinado a êste Estado — segundo afirmam muitos comerciantes para justificarem a alta dêsse produto nas vendas a varejo, em consequência do também elevado preço pelo qual conseguem adquirí-lo

Não queremos discutir o assunto, nem o podem fazer os consumidores, por não disporem de elementos para êsse fim.

O que é de notar, porém, é que o preço de venda do açúcar, no comércio a varejo, varia, em muitos armazens entre dois cruzeiros e vinte centavos e três cruzeiros e cinquenta centavos, até mesmo em se tratando de produto de qualidade inferior, como o "instantâneo" e o "cristal".

Estamos, portanto, em face de uma situação de todo em todo anormal e lamentável.

Contudo parece que o panorama vai agora modificar-se com a proibição de se expor-

tares certos produtos, julgados indispensáveis ao abastecimento público, como o açúcar, de um para outro município, mesmo dentro do território do Estado a que pertençam tais municípios, sem licença das autoridades, encarregadas da coordenação.

Em referência ao açúcar, o "Jornal do Brasil" de ante-ontem publica um longo e esclarecedor comunicado do Instituto do Açúcar e do Alcool, divulgado por intermédio da Agência Nacional.

Nesse importante documento, encontram-se os seguintes tópicos com informes que precisam ser divulgados, por suficientemente elucidativos :

"Quanto às refinarias mineiras, tem o Instituto se esforçado para assegurar as quotas de que elas precisam. Com a chegada do açúcar do norte do país, se tem saído açúcar refinado para Minas, o certo é que também se vendeu muita rama — tôda rama de que se podia dispor no momento.

Resta o último ponto: o do preço. Reconhece o Instituto que são excessivos os preços e tudo tem feito para combater o mercado negro. Os produtores acusam os comerciantes de especulação: os comerciantes dizem que já adquirem o açúcar onerado com as margens clandestinas, exigidas pelo produtor acima do preço fixado pelo Instituto. Por isso se esforça o Instituto para que o açúcar liberado para Minas seja posto à disposição das Prefeituras, que estão em condições melhores para auxiliar o combate ao mercado negro, denunciando os verdadeiros culpados".

A providência, a que se refere o comunicado, qual a de tencionar aquele Instituto pôr o açúcar liberado para Minas à disposição das respectivas Prefeituras Municipais é deveras louvável.

Não há dúvida. A medida, se rigorosamente aplicada, dará os melhores resultados no duplo objetivo de combater o "mercado negro" e de se punirem os culpados de tão nefanda especulação.

Esperamos, pois, com ansiedade que a justa e acertada providência seja em breves dias posta em execução, a qual o comércio honesto e também vítima de especuladores sem alma não deixará de aplaudir.

("Diário Mercantil", Juiz de Fora, 26-3-44.)

# ANUARIO

# AÇUCAREIRO

PUBLICAÇÃO DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL  
REGISTRADA NO D. I. P.

DE 1935 A 1941

PREÇO DO EXEMPLAR

Brochura	Cr\$ 10,00
Pelo Correio	Cr\$ 12,00
Encadernado	Cr\$ 28,00
Pelo Correio	Cr\$ 30,00

À venda nas Delegacias Regionais do Instituto do Açúcar e do Alcool nos Estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro (Campos), São Paulo, Sergipe e na sede :

Secção de Publicidade

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42 - (9.º pav.)

Tel. 23-6252 — Caixa Postal 420

DISTRITO FEDERAL



# BANCO DO BRASIL

## O maior estabelecimento de crédito do País

Agências em tôdas as capitais e cidades mais importantes do país e correspondentes nas demais cidades e em todos os países do mundo.

### Condições para as contas de depósitos:

COM JUROS (sem limite) . . . . . 2% a. a. (retiradas livres)

POPULARES (limite de Cr\$ 10.000,00) . 4% a. a. ( " " )

LIMITADOS (limite de Cr\$ 50.000,00) . 3% a. a. ( " " )

PRAZO FIXO — de 6 meses. . . . . 4% a. a.

— de 12 meses. . . . . 5% a. a.

### Prazo fixo com renda mensal:

: — de 6 meses. . . . . 3,1/2% a. a.

— de 12 meses. . . . . 4,1/2% a. a.

NOTA — Nesta conta, o depositante retira a renda, mensalmente, por meio de cheque.

DE AVISO — Para retiradas (de quaisquer quantias) mediante

#### prévio aviso :

— de 30 dias. . . . . 3,1/2% a. a.

— de 60 dias. . . . . 4% a. a.

— de 90 dias. . . . . 4,1/2% a. a.

————— :: —————

### Letras a prêmio-(sujeitas a sêlo proporcional)

— de 6 meses. . . . . 4% a. a.

— de 12 meses. . . . . 5% a. a.

————— :: —————

Nesta Capital, além da Agência Central, sita à rua 1.º de Março n.º 66, estão em pleno funcionamento as seguintes Metropolitanas :

GLÓRIA - Largo do Machado (Edifício Rosa). | MADUREIRA - Rua Carvalho de Sousa n.º 299.

BANDEIRA - Rua do Matoso, n.º 12 | MEYER - Av. Amaro Cavalcanti n.º 27

# Companhia Usinas Nacionais

ACÚCAR  
"PÉROLA"

Saco azul

Cinta encarnada

Pacotes de 1 e 5

quilos

**FÁBRICAS :**

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO

SANTOS

TAUBATÉ

JUIZ DE FORA

BELO HORIZONTE

NITEROI

CAXIAS - EST. DO RIO

ENTRE RIOS " "

**SEDE :**

**RUA PEDRO ALVES, 319**

**TELEGRAMAS "USINAS"**

**TELEFONE 43-4830**

**RIO DE JANEIRO**